

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA –
MESTRADO**



DISSERTAÇÃO

**O Desenvolvimento Local e a relação com as Políticas Públicas
REUNI e SISU: O Estudo de caso da Universidade Federal de
Pelotas**

Andria Caroline Angelo Santin

Pelotas, 2014.

ANDRIA CAROLINE ANGELO SANTIN

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS
PÚBLICAS REUNI E SISU: O ESTUDO DE CASO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dr. Patrícia R. C. da Cunha

PELOTAS, 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça - UFPel

Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Lucileia Aparecida Colombo - UFRGS

Prof.^a Dr.^a Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha - UFPel

A todos aqueles que acreditam na educação como prática de liberdade, em especial àqueles que me fizeram vê-la como forma de mudança de sociedade e ascensão social. A meus pais, Lucilene e João Antônio, e à minha avó, Alice, por terem me ensinado a importância da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me tem como uma de suas “preferidas” e me concede toda a sorte do mundo, me possibilita uma vida maravilhosa e me proporcionou a conclusão de tantos projetos já alcançados até aqui, incluindo o presente.

A meus pais, Lucilene e João Antônio, a meus avós, Alice e Neivo e Lair e João, que me ensinaram o valor da vida, o poder da luta e da educação, o justo, sempre me incentivando nas horas fáceis e difíceis.

Com todo o destaque permitido, agradeço a minha orientadora Professora Dra. Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha, pela orientação, pela paciência, pelos conselhos, pelo profissionalismo, pela dedicação, pelo empenho, pela ajuda, por ter acreditado neste trabalho, enfim, não só por ser uma excelente professora e orientadora, mas, também, pela amizade que se desenhou neste breve espaço de tempo.

As amigas, Aliana Rostand, por ocupar um espaço único na minha vida e coração, por ser única; Ana Porto Fabres, pelo incentivo, pelos puxões de orelha e pelo papel desempenhado como mãe adotiva; Franciele Santos, pela amizade de mais de dez anos, pelas risadas, pela companhia, por ter partilhado a loucura e pelo ombro. Ísis Matos, colega e amiga, pela amizade, pelo incentivo, pelo pavor compartilhado, pelos trabalhos conjuntos; Juliana Behrend, Juliana Sodré, Nicole Soares pela amizade (cada uma com sua particularidade insubstituível), pela companhia, pelo ombro, pelos conselhos, pela descontração, pelas risadas, e por todos os dias maravilhosos que já me proporcionaram até o presente momento. Rosana Gomes, obviamente, pela amizade mais uma vez, pela parceria, por tornar este trabalho possível diante de tantos imprevistos surgidos em forma de emoções de última hora, pela paciência e pela cerveja. A Lúcia, irmã a mais de 10 anos, pela amizade. A Ísis Kruger por ser uma amiga impar.

Ao Lucas, pela companhia, pela compreensão e pelo estímulo. Aos familiares, aos amigos e a todos aqueles que compartilharam comigo o fim desta etapa, torcendo, acreditando e compreendendo todas as minhas faltas como ser humano. A todos estes deixo o meu muito obrigada.

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva. Trata-se de difundir a cultura humana, mas de fazê-lo com inspiração, enriquecendo e vitalizando o saber do passado com a sedução, a atração e o ímpeto do presente (TEIXEIRA, 1998, p.35).

RESUMO

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC) deu início a uma política pública de expansão e reestruturação das Universidades Federais, esta expansão conta com o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - o REUNI, o qual foi implementado na Universidade Federal de Pelotas – UFPel, no ano de 2008, junto à adesão ao SISU – Sistema de Seleção Unificado, sendo, portanto, uma das pioneiras na implementação desta política pública. Desde sua criação, em 1968, a UFPel era vista como uma forma de trazer mais dinamismo à economia pelotense e auxiliar na solução dos problemas históricos que entravavam, na visão dos seus promotores, o desenvolvimento da região sul como um todo (MAGALHÃES, 1999, p. 44-45). Assim, observando a intensa ampliação e reorganização da Universidade Federal de Pelotas e a possível participação desta no desenvolvimento da cidade de Pelotas, este trabalho objetiva realizar uma análise sobre o desenvolvimento local e a relação com as políticas públicas REUNI e SISU implementadas na UFPel.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento, Universidade, UFPel, Pelotas.

ABSTRACT

In 2007, the Ministry of Education (MEC) began a policy of expansion and restructuring of Federal Universities, this expansion works with a Support Program to Plans Restructuring and Expansion of Federal Universities - the REUNI, which was implemented in Federal University of Pelotas - UFPel, in 2008, with the accession to the SISU - Unified Selection System, this institution was one of the pioneers in implementing this policy. Since its creation in 1968, the UFPel was seen as a way to bring more dynamism to Pelotas economy and help solve the historical problems that hindered, in view of its promoters, the development of the southern region as a whole (Magalhães, 1999 p. 44-45). Observing the intense expansion and reorganization of the Federal University of Pelotas and possible participation in the development of this city of Pelotas, this work aims to conduct an analysis on local development and the relationship with public policy REUNI and SISU implemented in UFPel.

Keywords: Public Policy, Development, University, UFPel, Pelotas.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Sistema Político de Easton	26
Figura 02. Bases do Desenvolvimento Sustentável	53
Figura 03. Bases da Sustentabilidade	54
Figura 04. Impactos Diretos e Indiretos esperados de uma universidade no desenvolvimento regional.....	67
Figura 05. Localização das Universidades Federais	106
Figura 06. Localização dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Figura 5 – Localização das Universidades Federais	107
Figura 07. Projetos de extensão por área temática – 2009 -2012.....	143
Figura 08. Prédios Adquiridos de 2007 a 2012.....	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Criação das Universidades Federais	72
Gráfico 02. Crescimento das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1991/2004	81
Gráfico 03. Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011 Criação das Universidades Federais	100
Gráfico 04. Matrículas na graduação e pós-graduação nas universidades federais de 2003 a 2011 – Criação das Universidades Federais	102
Gráfico 05. Orçamento das Universidades Federais de 2002 a 2012 (R\$ bilhões)	103
Gráfico 06. Número de docentes nas universidades federais de 2003 a 2012	105
Gráfico 07. Número de Alunos por Modalidade de Matrícula	135

LISTA DE TABELAS E QUADROS

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Recursos orçamentários do programa de expansão 2005-201.....	104
Tabela 02. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Pelotas – RS	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Unidades de Análise e Abordagens em Políticas Públicas.....	32
Quadro 02. Padrões de Crescimento Econômico.....	55
Quadro 03. Ampliação do número de Instituições por Dependência Administrativa no Brasil – 1980/2007.....	86
Quadro 04. Evolução do número de instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil 1980 – 2008.....	95
Quadro 05. Evolução do número de vagas na graduação presencial de ensino superior no Brasil 1985 – 2008.....	97
Quadro 06. Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro, por períodos de crescimento (1933-2008).....	98
Quadro 07. Média anual de crescimento das taxas bruta e líquida de matrícula no Brasil.....	98
Quadro 08. Evolução das taxas bruta e líquida de inclusão no Ensino Superior – Brasil.....	99
Quadro 09. Cursos de Graduação.....	120
Quadro 10. Cursos de Graduação da UFPel e da Cidade de Pelotas	122
Quadro 11. Listagem dos cursos de Graduação antes e depois do REUNI.....	Apêndice A
Quadro 12. Cursos de Pós-Graduação.....	127
Quadro 13. Crescimento da Pós-Graduação antes e depois do REUNI.....	128

Quadro 14. Listagem dos cursos de Pós-Graduação antes e depois do REUNI	129
Quadro 15. Cursos de Pós-Graduação em Pelotas.....	131
Quadro 16. Listagem dos cursos de Pós-Graduação em Pelotas	132
Quadro 17. Número de alunos por modalidade de matrícula	134
Quadro 18. Organização das unidades acadêmicas.....	136
Quadro 19. Número de matrículas e concluintes.....	137
Quadro 20. Número de matrículas e concluintes.....	137
Quadro 21. Assistência aos alunos.....	139
Quadro 22. Bolsas Capes na UFPel.....	140
Quadro 23. Número de Pesquisas Publicadas.....	141
Quadro 24. Projetos de Extensão.....	144
Quadro 25. Serviços prestados pela UFPel à Comunidade Local.....	144
Quadro 26. Empregos diretos gerados pela UFPel.....	148
Quadro 27. Empregos Indiretos na UFPel.....	149
Quadro 28. Execução Orçamentária UFPel – 2004-2012.....	151
Quadro 29. Detalhamento de algumas despesas.....	152
Quadro 30. Orçamento da Universidade e de Pelotas.....	153
Quadro 31. Comunidade Interna.....	155
Quadro 32. Convênios Educacionais UFPel x Prefeitura.....	158
Quadro 33. Imóveis alugados.....	164
Quadro 34. Bibliotecas UFPel.....	166

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Cefets - Centros Federais de Educação Tecnológica

CaVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CPE – Centro de Pesquisas Epidemiológicas

COREDE–Sul – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul

DLE - Desenvolvimento, Local Endógeno

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FEE - Fundação Econômica e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

IFs – Institutos Federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

INFAP – Instituto de Formação e ação em Políticas Sociais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC - Ministério da Educação

ONG – Organização não-governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

ORUS - Observatório Internacional das Reformas Universitárias

OCC - Outros Custeios e Capital

PLD - Plano Estratégico de Desenvolvimento Local

PDE - Plano de Desenvolvimento de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI- Política Pública de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais

SISPROUNI – Sistema de Acesso ao Programa Universidade para Todos

SISU - Sistema de Seleção Unificado

SUDENE -Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFABC – Universidade Federal do ABC

UCPel – Universidade Católica de Pelotas

UFPeL – Universidade Federal de Pelotas

UFRRS - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul

UNE – União Nacional dos Estudantes

URS – Universidade Rural do Sul

USP - Universidades de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
I. INTRODUÇÃO	16
II. PROBLEMA DE PESQUISA	19
III. OBJETIVOS	20
III. I. OBJETIVO GERAL:.....	20
III. II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	20
IV. HIPÓTESES:	20
V. METODOLOGIA	24
VI. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	24
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA PÚBLICA	25
1.1 POLÍTICA PÚBLICA.....	25
1.2 SURGIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA.....	25
1.2.1 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA.....	27
1.2.2 TIPOLOGIAS E CLASSIFICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	31
1.2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO.....	39
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO	41
2.1 DESENVOLVIMENTO – SURGIMENTO E DISCUSSÕES ACERCA DO CONCEITO.....	41
2.1.1 DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	56
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	60
2.3 A UNIVERSIDADE COMO PROMOTORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL.....	62
2.3.1 NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	62
2.3.2 NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	65
CAPÍTULO 3 - UNIVERSIDADE NO BRASIL	70
3.1 UMA BREVE EXPLANAÇÃO DAS ORIGENS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ.....	70
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO FHC (1995 - 2002).....	77
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003 – 2010).....	84
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR – UM BALANÇO ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA.....	93
CAPÍTULO 4 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel	109
4.1 HISTÓRICO	109
4.2 A UFPel de 2014	111
4.3 A CIDADE DE PELOTAS.....	113
CAPÍTULO 5 – A INFLUÊNCIA DA UFPel NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	118
5.1 DIMENSÃO SOCIOECONOMICA	119
5.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA.....	154

5.3 DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	156
5.4 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL	162
5.5 DIMENSÃO CULTURAL.....	165
CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
APÊNDICE A. Quadro 11 – Listagem dos cursos de Graduação antes e depois do REUNI.....	199
APÊNDICE B. Unidades Acadêmicas.....	199
APÊNDICE C. Polos e Cursos de Ensino de Educação campo, Espanhol, Geografia, Letras, Matemática e Pedagogia à Distância	205
APÊNDICE D. Organização dos Cursos de Graduação por Unidade Acadêmica e Listagem dos Cursos de Pós-Graduação.....	210
APÊNDICE E. Organização Administrativa da Universidade	218

APRESENTAÇÃO

I. INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990, a política pública de educação superior brasileira passa por um processo de rápidas mudanças no que diz respeito à ampliação e reestruturação deste nível de ensino. Houve um considerável aumento não só no número de cursos e instituições públicas, mas, principalmente, no número de instituições de ensino privadas.

Na década de 1990 e no início da década de 2000, especialmente, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), pôde-se perceber uma inflexão atribuída à adoção do modelo neoliberal¹ como política de governo. A reforma do Estado, que redirecionava as políticas públicas em sintonia com os organismos internacionais, originou diversas iniciativas marcadas por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional e, especialmente, de privatização da esfera pública (DOURADO, 2002, p.2). Nesse mesmo sentido, com relação à educação superior, surgiram inúmeras instituições de ensino privadas, porém, pouca ou nenhuma expansão foi percebida pelas Instituições de Ensino Superior Públicas. O índice de matrículas no ensino superior aumentou 134%, de 1993 a 2003, e 70,8% destas matrículas eram de instituições privadas (SILVA, SOUZA, 2010, p.2).

Com o objetivo de aumentar a participação das Instituições Federais na oferta de ensino superior, o governo Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), propõe uma nova Reforma da Educação Superior. Através da cartilha oficial do REUNI (2005) e do relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), foi expressa a visão de que o Brasil ainda conservava modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e que precisava passar por profundas transformações. Segundo o documento, prevalecia no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 1960 e

¹ Para maiores informações: ler Eduardo Nobre (2012), texto “As Transformações Recentes do Sistema Capitalista: reestruturação econômica e os paradigmas de desenvolvimento”.

1970 que não respondiam às necessidades e expectativas da população. Assim, programas diferenciados, tais como a política pública de expansão e reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) foram desenvolvidos e propostos às Universidades Públicas.

A partir do Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, o desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), deu-se o início oficial da Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva (BRASIL, 2010).

Tanto no relatório emitido pelo GTI – *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma brasileira* -, quanto no Censo da Educação Superior de 2005, o governo federal realiza um diagnóstico da realidade da educação superior no país, e a classifica como incompatível com as demandas da sociedade brasileira, afirmando a estagnação e uma crise das universidades federais, além de salientar a prioridade dada, até então, às instituições do setor privado. Estas constatações deram início à reforma universitária do governo Lula, a qual propôs programas que buscavam desenvolver, expandir e inovar a Educação superior brasileira, tais como a política pública de expansão e reestruturação das Universidades Federais – REUNI e o Sistema de Seleção Unificada – SISU.

Iniciado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC) e instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (anexo 1), o REUNI integra o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) e tem como meta global

a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007)

O programa, que pretende consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública, objetiva principalmente a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

Além do REUNI, o governo federal, através do Ministério da Educação, inovou ao desenvolver o sistema de seleção unificado – SISU, que consiste em um sistema informatizado onde as instituições públicas de ensino superior ofertam vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem (SISU, MEC, 2012).

O sistema instituído e regulamentado pela portaria normativa nº 2, de 26 de Janeiro de 2010 possibilita que candidatos de todo o país sejam selecionados em diversos cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior participantes, podendo essa instituição estar localizada em cidade e/ou Estado distintos da região de origem do candidato.

O termo "instituições participantes" é utilizado para indicar que a adesão ao programa e ao sistema apresentado é facultada à instituição de ensino superior. Segundo o relatório do primeiro ano do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, das 54 Universidades existentes no país, ao final de 2007, 53 aderiram ao programa em duas chamadas, a exceção fica por conta da Universidade do ABC (UFABC) que, por ocasião de sua criação em 2005, já se encontrava no molde da política proposta.

Ainda no relatório do primeiro ano do Programa, é possível observar que, dentre as universidades que aderiram ao programa na primeira chamada, a vigésima quarta (24) posição é ocupada pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, a qual implantou o programa no primeiro semestre do ano de 2008. A Universidade, ainda, combinou a adesão ao REUNI com a seleção 100% através do programa SISU – Sistema de Seleção Unificado, sendo, portanto, uma das pioneiras na implementação dessa política pública.

Posto que, a fundação da Universidade Federal de Pelotas tinha como um objetivo essencial auxiliar no desenvolvimento econômico e cultural do município (MAGALHÃES, 1999, p.43) e uma instituição de ensino superior provoca impactos, de grande influência, em toda uma sociedade que está envolvida de forma direta e indireta, através de suas obstinações e se desenvolve a mercê dela (LOPES, 2003), se torna necessário um estudo sobre a relação dessa reforma na política

educacional do nível superior e o desenvolvimento da cidade de Pelotas antes e depois das políticas expansionistas implementadas na UFPel.

A análise realizada por este trabalho permitirá, ainda, uma maior percepção da participação da UFPel no desenvolvimento social e econômico de Pelotas, assim, torna-se relevante sua realização, para a comunidade acadêmica e para a população da cidade de Pelotas. Para além, tal análise possibilitará às instâncias e aos diversos setores da UFPel uma avaliação referente ao grau de participação do seu segmento na cidade e possibilitará a formulação de políticas e ações para ampliar essa participação.

Logo, este trabalho propõe-se a realizar um estudo qualitativo e quantitativo da implementação da política de expansão do Ensino Superior – REUNI – e o sistema de seleção – SISU na Universidade Federal de Pelotas e sua relação com o desenvolvimento da cidade, observando dados da UFPel e da cidade de Pelotas, referente aos quatro anos antes da implementação do REUNI e do SISU (2004-2007), o ano de implementação (2008) e aos quatro anos depois (2009-2012).

II. PROBLEMA DE PESQUISA

Partindo do pressuposto de que a existência de uma boa universidade pública muitas vezes é suficiente para modificar a vida de uma cidade (BOSI, 1998), cabe realizar um estudo sobre a política de expansão do Ensino Superior – REUNI – e do sistema de seleção – SISU na Universidade Federal de Pelotas e sua relação com o desenvolvimento local a partir da implementação dessas políticas.

Objetiva-se, a partir desta, analisar o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre a implantação dos programas de políticas públicas REUNI e SISU, pela Universidade Federal de Pelotas, e o desenvolvimento local (a partir das dimensões socioeconômica, demográfica, político-institucional e cultural) da cidade de Pelotas?

III. OBJETIVOS

III. I. OBJETIVO GERAL:

Avaliar a implantação das políticas públicas REUNI E SISU na Universidade Federal de Pelotas e sua relação com o desenvolvimento local do município.

III. II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Caracterizar as políticas de educação superior – REUNI e SISU.
- Comparar os resultados das políticas públicas de expansão ao acesso no Ensino Superior nos períodos de 1995-1998, 1999-2002; 2003-2006, 2007-2010.
- Verificar de que forma foi implementada a política REUNI e o sistema SISU - na Universidade Federal de Pelotas.

IV. HIPÓTESES:

A política de expansão da educação superior – REUNI – e o sistema de seleção – SISU – foram implementados na Universidade Federal de Pelotas de forma bastante rápida (no período de um ano), a instituição aderiu ao programa na primeira chamada e implantou o programa no primeiro semestre do ano de 2008. A UFPel, ainda, combinou a adesão ao REUNI com a seleção 100% através do programa SISU – Sistema de Seleção Unificado, sendo, portanto, uma das pioneiras na implementação dessa política pública, tal adesão fez aumentar o número de alunos, técnicos administrativos, professores e estrutura física. Logo,

- 1) a cidade de Pelotas sofreu um impacto positivo em seu desenvolvimento econômico e social, ou seja, a presença (aumentada) da Universidade Federal de Pelotas proporcionou um maior desenvolvimento nestes aspectos na cidade de Pelotas;
- 2) a política pública, REUNI, e o sistema de seleção, SISU, ainda, ampliaram o acesso ao ensino superior e;

- 3) como resultado da política, ocorre uma maior oferta de serviços da Universidade à comunidade local.

V. METODOLOGIA

A dissertação, aqui apresentada, foi motivada pela proximidade da pesquisadora com o objeto e pela curiosidade acerca da temática, permitiu a compilação de dados da universidade e a apropriação de informações e elementos bastante relevantes para um estudo da instituição.

A pesquisa adotou técnicas diversas, como análise documental e análise de dados primários e secundários, para cumprir com o programa de metodologia específico da análise de políticas públicas. Dessa forma, a análise da implementação do programa REUNI e do sistema SISU na Universidade Federal de Pelotas foi executada utilizando o item um (1) da tipologia de *análise de política* proposta por HOGWOOD e GUN (1981 e 1984)² que permite realizar o estudo do conteúdo das políticas (*study of policy content*), no qual os analistas procuram descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas, isto é, determinar como elas surgiram, como foram implementadas e quais os seus resultados (GAPI – UNICAMP, 2002). Assim tal item permite contemplar todos os aspectos aspirados neste estudo.

Inicialmente, com o intuito de obter informações sobre os programas de educação superior REUNI e SISU, suas características e sua implementação na Universidade Federal de Pelotas, tornou-se necessária a realização de uma revisão bibliográfica acerca dos temas: políticas públicas, políticas públicas de educação superior, REUNI e SISU, desenvolvimento, da cidade e da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. A revisão bibliográfica proporcionou um melhor entendimento sobre o assunto, permitindo conhecer as publicações já existentes, caracterizar o

² Para maiores informações sobre o assunto ler: GAPI-UNICAMP, 2002 “Metodologia de Análise de Políticas Públicas”.

desenvolvimento da cidade, e a forma como foram abordadas estas políticas em tais publicações.

Na segunda etapa, foi efetuada a coleta de dados primários nas unidades acadêmicas da UFPel, referente aos quatro anos antes da implementação do REUNI e do SISU (2004-2007) e aos quatro anos depois (2009-2012), e secundários nas secretarias da cidade de Pelotas (secretaria de cidadania, cultura, educação, desenvolvimento econômico e saúde) e nos sites de institutos oficiais que disponibilizam estas informações, tais como o INEP, MEC e FEE.

Esta coleta foi realizada a partir da definição do conceito de desenvolvimento proposta pelo economista Amartya Sen. Tal visão propõe que o desenvolvimento seja visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam (SEN, 1999, p17), o autor elenca cinco liberdades instrumentais, as liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, cada um desses tipos ajudar a promover a capacidade geral de uma pessoa (SEN, 1999, 25). Para o autor, o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania, e, isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

Os dados primários, trabalhados aqui, são da Universidade Federal de Pelotas, e estão disponíveis nos sites, relatórios, documentos emitidos pelas Pró-Reitorias e prestações de contas de cada ano (2004 – 2011), já os dados secundários de Pelotas estão disponíveis nas secretarias do Município e em sites oficiais (FEE e secretarias do Município).

A despeito das dificuldades e adversidades encontradas neste processo, salienta-se que tanto a UFPel, quanto o município de Pelotas, não possuem um setor responsável pela compilação de dados institucionais, o que dificultou a coleta de informações necessárias para a realização desta pesquisa no sentido de identificar, buscar e compilar estes dados. Os documentos mais completos encontrados ao longo da feitura desta proposta foram as prestações de contas da universidade e, ainda assim, como estas são montadas de acordo com instruções

normativas anuais emitidas pelo Governo Federal, as quais solicitam as informações mais relevantes de acordo com os projetos desenvolvidos naquele ano, estas modificam-se ano a ano, mostrando nem sempre os mesmos dados e nem sempre os mesmos projetos. Grande parte dos dados foi obtida manualmente, com buscas em arquivos mortos. O possível foi realizado, todavia, alguns dados não foram encontrados por não haver registros, nem controle, ou, ainda, por extravio de informações.

Portanto, a fim de analisar a participação da Universidade Federal de Pelotas, antes e depois da implementação do REUNI e do SISU no desenvolvimento da cidade, este trabalho analisou as seguintes dimensões socioeconômica, dimensão demográfica, dimensão político-institucional, infraestrutural e cultural, as quais conversam diretamente com o conceito de desenvolvimento proposto por Amartya Sen.

Com o objetivo de atender todos os objetivos aqui explanados, adaptou-se às dimensões, aos dados obtidos. Logo, a pesquisa e análise de dados foram organizadas da seguinte forma:

Na dimensão socioeconômica, optou-se em analisar os seguintes elos entre sociedade e universidade:

1. Número de áreas e cursos de graduação e Pós-Graduação;
2. Número de vagas dos cursos;
3. Número de alunos da UFPel, separados por modalidade de matrícula;
4. Matrículas e concluintes das graduações presenciais;
5. Número de Pesquisas publicadas;
6. Número de beneficiados por meio de serviços prestados pela extensão universitária;
7. Número de atendimentos jurídicos e odontológicos;
8. Atendimentos hospitalares realizados pelo HU e a comparação deste número com o número de atendimentos públicos total à população de Pelotas;
9. Despesas da universidade (pagamento de terceirizados, servidores, bolsistas);

10. Orçamento da universidade e da cidade de Pelotas.

Na dimensão demográfica, foi observado o aumento da população acadêmica. Já na dimensão político-institucional, analisou-se as transferências da UFPel para o Município e as parcerias firmadas por estes através de convênio. Na dimensão de infraestrutura, as obras e os alugueis da UFPel foram objeto de observação. E por fim, a dimensão cultural, analisou as questões relacionadas ao acervo bibliográfico, museus, centros culturais e unidades acadêmicas.

VI. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta apresentação e das considerações finais, a dissertação se subdivide em cinco capítulos. O capítulo 1 esboça a definição conceitual de política pública, na primeira seção do capítulo apresenta-se o surgimento do conceito de política pública, na sequência demonstra-se o conceito e algumas das principais definições. Logo, o capítulo mostra algumas tipologias e classificações de políticas públicas. E, por fim, o capítulo relaciona políticas públicas e desenvolvimento.

Dando continuidade a linha condutora do trabalho, o segundo capítulo traz os diversos conceitos de desenvolvimento, algumas discussões sobre o tema e a relação com as universidades federais.

Com o objetivo de esboçar a realidade delineada na introdução deste trabalho e o histórico da educação superior brasileira, o terceiro capítulo mostra um breve histórico das universidades no país, explana sobre as políticas implementadas durante os governos FHC e apresenta e caracteriza a política de educação superior implementada durante o governo Lula, além de realizar o exercício da comparação entre as políticas desenvolvidas durante os dois governos.

O capítulo 4 discorre sobre a Universidade Federal de Pelotas, apresentando, também a cidade de Pelotas, onde a universidade está inserida.

Já o capítulo 5 compreende a metodologia, apresentação e a análise de dados da Universidade Federal de Pelotas e da cidade de Pelotas, a partir do conceito de desenvolvimento utilizado neste trabalho.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA PÚBLICA

1.1 POLÍTICA PÚBLICA

Política pública é um conceito discutido em diversas áreas do conhecimento, mas é no âmbito da ciência política que este ganha destaque. Neste trabalho não se pretende esgotar a revisão da literatura sobre o assunto, mas sim abordar a variedade conceitual, seu desenvolvimento, identificar alguns modelos de análise, esboçar o estado da arte e buscar subsídios conceituais que possibilitem a compreensão e análise das políticas de expansão do ensino superior que compõe o objetivo fim deste estudo, o qual consiste em avaliar a relação da expansão da Universidade Federal de Pelotas e o desenvolvimento da cidade de Pelotas. O capítulo se subdivide em quatro seções. Primeiramente, mostra-se o surgimento da política pública e os pais fundadores da área. Em um segundo momento, debruça-se sobre o conceito de políticas públicas e algumas variações de acordo com o enfoque teórico que lhe é atribuído. Em seguida, é realizado um levantamento sobre suas tipologias e classificações. Por fim, relaciona-se políticas públicas e desenvolvimento, abrindo espaço para o capítulo dois que se debruça sobre o tema.

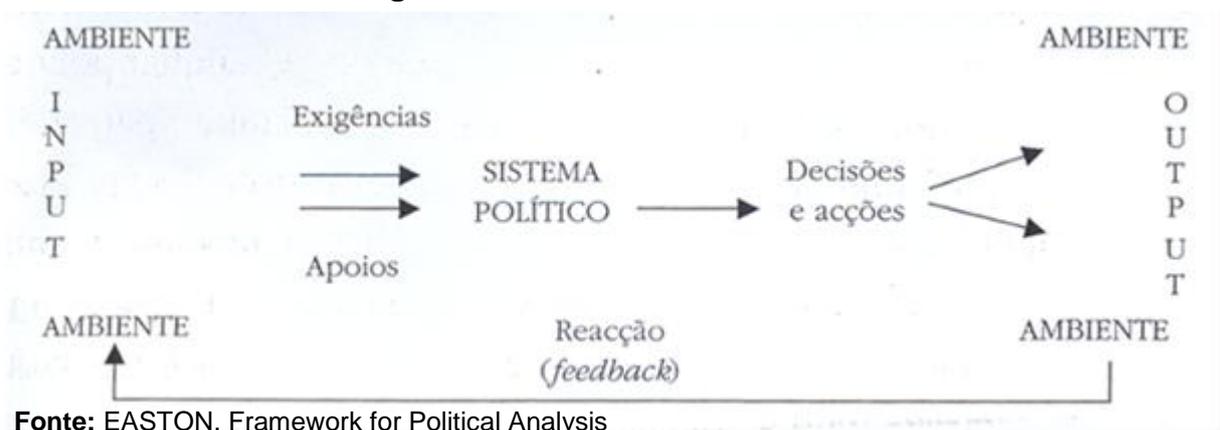
1.2 SURGIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA

Celina Souza coloca que a política pública como disciplina acadêmica e área de conhecimento nasceu nos Estados Unidos, diferente da Europa, onde a política pública surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e das instituições do governo (SOUZA, 2006, p.22), ou seja, enquanto nos Estados Unidos a área surge no mundo acadêmico no início dos anos 1950, na Europa, ela surge através de trabalhos produzidos sobre o papel do Estado, da relação do Estado com o governo. No entanto, a utilização dos estudos sobre políticas públicas como ferramenta nas decisões políticas tornou-se

prática somente a partir da guerra fria e frente à valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências (SOUZA, 2006, p22).

Celina Souza (2006) aponta os pais fundadores da área de políticas públicas e suas principais contribuições, são eles: H. Lasweel, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de políticas públicas) estabelecendo o diálogo entre o conhecimento acadêmico/científico e a produção empírica dos governos. Simon (1957) apontou que a limitação da racionalidade dos decisores públicos (*policy makers*) se dá, basicamente, por informações incompletas ou imperfeitas, diante do tempo e auto interesse dos decisores. Porém, tal racionalidade pode ser maximizada pela criação de estruturas que enquadrem o comportamento dos atores. Já Lindblom (1959;1979) propõe a incorporação ao racionalismo de Laswell e Simon de variáveis como relação de poder, integração entre as fases do processo, papel dos grupos de interesse, entre outros. Por fim, Easton (1965) definiu política pública como um sistema com formulação, resultados e ambiente, ou seja, as políticas públicas recebem inputs de grupos de interesse, mídia, partidos e produzem outputs que seriam os resultados e efeitos, conforme mostra a figura abaixo.

Figura 01 – Sistema Político de Easton



Neste esquema, o sistema político identifica as demandas dos grupos de interesse (inputs), o governo toma decisões, cujos resultados produzem efeitos na sociedade, retroalimentando o sistema de entradas e saídas. A partir daí, inúmeros pesquisadores aprimoraram/modificaram/criaram ciclos de políticas, alguns

ressaltando mais os processos de formulação de políticas, outros, os participantes dessas formulações. Porém três partes são comuns em todos esses ciclos: 1) formulação; 2) implementação e 3) controle das políticas públicas (SOUZA, 2006).

Já no Brasil, a análise de políticas públicas constituiu-se como uma tradição intelectual no meio acadêmico, o qual propiciou a formação de um campo de pesquisa específico e estruturado (FREY, 1999) e, segundo Melo (1999) ganhou maior impulso durante o processo de transição democrática. Porém, o autor aponta que o campo de análise é bastante incipiente, fragmentado organizacionalmente e tem como característica uma institucionalização precária (MELO, 1999, p. 63). Celina Souza aponta como principais problemas que dificultam a consolidação da área no país: 1) a escassa acumulação do conhecimento, a autora coloca que disciplinas que dispõem de certa unidade de métodos e nitidez em relação ao objeto de análise podem gerar maior conhecimento cumulativo; 2) a proximidade da área com órgãos ligados ao governo, Souza aponta que este problema é visível na relação de financiamentos de pesquisa pelos órgãos do governo e por agências multilaterais; 3) os estudos são excessivamente fragmentados, pouco voltados para as questões políticas e vinculados à ideia de que a formulação e implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. Logo, é possível observar que tais dificuldades devem ser superadas para a garantia da consolidação da área no país.

1.2.1 CONCEITO DE POLÍTICA PÚBLICA

A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas (SILVA, BASSI, 2012, p.16). Mas o que exatamente seriam essas políticas públicas? O conceito de Política Pública já foi bastante debatido por muitos intelectuais da área de ciência política:

Mead (1995) a define como um campo do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006, p.24).

Dentre as inúmeras definições, uma das mais (se não a mais) sucinta é a de Thomas Dye. O autor aponta que a política pública é “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer” (DYE, 1972, p.2). Porém, Howlett (2013, p.6) identifica alguns problemas nesta definição, por ser tão sucinta, acaba reunindo todo e qualquer comportamento governamental, desde comprar materiais de escritório até travar uma guerra, além de não oferecer meios para diferenciar os aspectos triviais daqueles que são mais importantes nas atividades do governo (HOWLETT, 2013, p.6).

Ainda na definição de Thomas Dye, o autor identifica três pontos sobre políticas públicas: 1) que o agente primário da *policy-making* pública é o governo, ou seja, todas as decisões tomadas por agentes ou atores não governamentais não configuram uma política pública propriamente dita; 2) que a *policy-making* envolve uma decisão tomada pelos governos de fazer ou não fazer algo a respeito de um problema, tal decisão é tomada por políticos eleitos e outros funcionários oficiais. Ainda que estes atores decidam por não realizar nenhuma ação ou por manter o status quo, isto é uma decisão “negativa”, ou seja, que precisa ser deliberada; 3) Por fim, o autor ressalta que a política pública é uma determinação consciente de um governo, logo, as consequências não intencionadas ou os efeitos imprevistos de uma política não podem ser consideradas políticas públicas.

Apesar de sucinta, a definição de Thomas Dye contribuiu para o estudo das políticas públicas ao elencar estes três pontos sobre o conceito. Outros autores passaram a tentar conceituar o tema de forma mais precisa. Jenkins (1978) define política pública como “um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que, dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que a meta dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores” (JENKINS, 1978). Diferentemente da definição de Dye, o qual apresenta que a política pública pode ser uma decisão tomada isoladamente, Jenkins aponta que a política pública: 1) consiste em uma série de decisões inter-relacionadas tomadas, como um processo dinâmico e não como uma escolha, que visa/busca um objetivo e/ou

impacto na realidade; 2) depende da capacidade do governo para implementar seu plano; 3) é um comportamento orientado para o alcance de objetivos (HOWLETT, 2013, p.9), ou seja, define-se os objetivos, as metas e os meios para alcançá-los.

Outra noção de política pública e, talvez, uma das mais conhecidas é a de Laswell (1936), que afirma que decisões e análises sobre políticas públicas implicam responder: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Vale ressaltar que as políticas públicas localizam-se na área da Ciência Política, porém a análise das mesmas constitui uma área do conhecimento multidisciplinar, envolvendo campos como administração, sociologia, economia, entre outras. E, conforme afirmação de Celina Souza, uma teoria geral da política pública tenta explicar as relações de Estado, política, economia e sociedade. A autora ressalta a importância desta área de conhecimento e coloca que não existe uma única nem melhor definição de política pública, mas que se pode resumir uma política pública:

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

As políticas públicas resultam da atividade política, além disso, envolvem mais de uma decisão política e requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos esperados (RODRIGUES, 2010, p.52), para além,

constituem um conjunto articulado de ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos. Essas ações são desencadeadas por atores que lidam com algum problema público e são desenvolvidas por instituições públicas governamentais pelo processo político (legislativo, judiciário, tribunais de contas, ministério público etc.) que as condicionam. O objetivo é assegurar que o desempenho dessas instituições esteja a serviço do interesse público e submetido ao controle democrático (RODRIGUES, 2010, p. 52 e 53).

Outra definição simplista de política pública afirma que está é o “governo em movimento” (HÖFLING, 2001), são as ações desencadeadas pelo Estado com vistas

ao bem coletivo, sejam elas preventivas (impedem a ocorrência de um problema social) ou compensatórias (solucionam ou minimizam os problemas gerados em larga escala por ineficiência de políticas preventivas anteriores), é o conjunto de práticas e de normas que emanam de um ou vários atores públicos, implica decisão e atividades políticas.

Di Giovanni (2009) vai além da ideia de que uma política é simplesmente uma intervenção do Estado em uma situação problemática, o autor defende que a política pública é uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade. O autor acrescenta que é justamente nesta interação entre sociedade e Estado que se definem as situações sociais consideradas problemáticas.

Birkland (2005, 17-18) explicita que não há um conceito de política pública, mas destaca alguns pontos que, segundo ele, estão presentes em todos os conceitos propostos, são eles: a política é feita em nome do público, a política é, geralmente, feita ou iniciada pelo governo, a política é interpretada e implementada por atores públicos e privados, política é o que o governo intenciona fazer, política é o que o governo escolhe não fazer.

Silva e Bassi (2012) apontam que a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz e colocam que a intenção de fazer tem origens distintas que podem inter-relacionar-se entre si. As autoras elencam cinco tipos de origens: em desejo, em interesses, em necessidade, em sobrevivência ou em ideologia. Já Norberto Bobbio (1983) afirma que políticas públicas consistem em uma intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas.

Apesar de não possuir um conceito único (podendo oscilar dependentemente do contexto ao qual se aplica), para atingir os fins já explicitados, a percepção de política pública adotada neste trabalho é de que as políticas públicas envolvem a ação direta do Estado, envolvem mais do que uma decisão política e requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos esperados ou para se atingir as metas estabelecidas, conforme apontado por Rodrigues (2010, p.52). Acrescenta-se, de forma não menos importante que, conforme apontado por Easton

(1965), as políticas públicas recebem inputs de grupos de interesse, mídia, partidos e consistem no resultado de uma interação entre o Estado e Sociedade, como aponta Di Giovanni (2009), ou seja, uma política pública seria o produto desta relação, onde os diferentes atores da sociedade civil influenciam na formulação da agenda política, retroalimentando o sistema (EASTON, 1965), podendo pautar a (re)inclusão de temas diversos que eventualmente estão localizados a margem da discussão política.

Percebe-se que o conceito de política pública não é único, mas, ao contrário, tem inúmeras variações de acordo com o enfoque teórico que lhe é atribuído. Tal variedade originou tipologias e classificações, as quais são apresentadas a seguir, não em sua totalidade (pois tal missão seria desproporcional ao tempo disponível para a realização deste trabalho), mas na forma de um apanhado sobre o tema que permite uma visualização geral de como ocorre a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas

1.2.2 TIPOLOGIAS E CLASSIFICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Somando-se ao debate sobre a definição conceitual de políticas públicas, a constituição da disciplina exigiu a criação de tipologias e suas classificações; sendo uma das mais famosas a de Theodor Lowi. Segundo Lowi (1964; 1972), as políticas podem ser classificadas, como: 1) Políticas distributivas, ou seja, são aquelas decisões tomadas pelo governo que privilegiam certos grupos sociais em detrimento do todo, geram impactos mais individuais do que universais, são voltadas para uma determinada classe ou categoria; 2) Políticas regulatórias, as quais envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse, são as mais visíveis ao público, trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Nestas políticas, os benefícios e custos podem ser distribuídos de forma equilibrada ou desigual, o resultado é decorrente dos processos de conflito, de consenso e de coalização formados, que podem se modificar conforme interesses e políticas específicas, como, por exemplo, a política de regulação do salário mínimo, marco regulatório de exercício profissional; 3) Políticas redistributivas, são políticas, ações, decisões que

envolvem a perda no curto prazo para determinados grupos sociais e o ganho futuro para outros, atingem um maior número de pessoas, são as políticas sociais universais, tais como o sistema tributário, o previdenciário; 4) Políticas constitutivas ou estruturadoras, as quais lidam com procedimentos, são aquelas que definem as regras do jogo político e com isso estruturam os processos e conflitos, ou seja, as condições gerais de negociação das políticas citadas anteriormente. Pode-se elencar, como exemplo, a regulação partidária, a política de separação dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário.

Conforme esboçado acima, a política pública é um processo a ser analisado através de teorias produzidas em diversos campos do conhecimento. Essas teorias podem ser diferenciadas de acordo com a unidade de análise:

Quadro 01 – Unidades de Análise e Abordagens em Políticas Públicas

UNIDADE DE ANÁLISE	ABORDAGENS
INDIVÍDUO	PUBLIC CHOICE
COLETIVA	ANÁLISE DE CLASSES; ANÁLISE DE GRUPO (PLURALISMO, CORPORATIVISMO)
ESTRUTURAS	INTITUCIONALISMO E NEOINSTITUCIONALISMO; ESTATISMO

Fonte: Howlett et all. 2013. p. 37

Para cada tipo de unidade de análise existem diferentes modelos (formas) de abordagem. De acordo com Howlett [et all] (2005) as melhores policy analyses combinam elementos de abordagens diversas e em níveis distintos (macro e micro), sendo as abordagens:

- A Marxista: que vê o Estado como meio de legitimação e dominação de uma classe social sobre outra, dando destaque para o poder econômico na ação política;

- A Corporativista: que vê o Estado como mecanismo de administração e controle de conflitos entre grupos de pressões (patrões e trabalhadores) que passam a ser incorporados pelo Estado. As releituras dessa visão são conhecidas como neocorporativismo;
- E a Pluralista: o Estado está sob a influência de grupos de pressão diversos, com graus de poder diferentes, que atuam na concepção de políticas públicas, determinando o seu conteúdo, sem que haja um grupo dominante. Em alguns expositores dessa visão, o Estado também é visto como um grupo de pressão.

Enquanto novas abordagens (MULLER, P. SUREL, 2004 Y; Howlett et all, 2013; SOUZA, 2006) chamam a atenção para as seguintes vertentes teóricas:

- Teoria da Escolha Pública – na teoria da escolha pública, o processo decisório sobre políticas públicas resulta em barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seus próprios interesses, e, portanto, as regras de mercado são vistas como as mais eficientes para orientar a tomada de decisão.
- Estatismo: Termo empregado para descrever uma segunda espécie de abordagem institucional indutiva à *policy making* que tem por objetivo tratar tanto as lacunas neoinstitucionais relativas a origens e mudanças institucionais quanto o esquecimento do Estado por parte das abordagens pluralistas, corporativista, de classe e da *public choice*. As interpretações estatistas originam-se nos trabalhos dos sociólogos históricos e dos teóricos jurídicos alemães do final do século XIX e início do século XX que ressaltaram como o estabelecimento das instituições do Estado moderno influenciou o desenvolvimento da sociedade. Peter Hall descreveu a abordagem estatista à análise institucionalista como aquela que enfoca o impacto das estruturas de grande escala sobre os indivíduos e vice-versa.
- Neoinstitucionalismo – a ênfase recai sobre as instituições/regras para decisão, formulação e implementação das políticas públicas. Diferencia-se do institucionalismo tradicional porque acredita que nem tudo pode ser explicado através das instituições. Acentua duas dimensões da ação pública: 1) As instituições como fator de ordem; 2) A política como interpretação do mundo.

Para a abordagem institucional as políticas devem ser analisadas a partir de seus resultados (*outcomes*) ou efeitos. Já para abordagem neoinstitucional, a política não é fundada somente sobre a escolha, mas também sobre os mecanismos de construção e de interpretação do mundo, isoláveis no processo, mais que nos resultados das políticas públicas, e que determinam “cartas mentais”, operando como os quadros da experiência e dos redutores de incerteza (NORTH, 1990).

- A Teoria da Escolha Racional enfatiza a ação racional e auto interessada dos sujeitos, aquela que permite a cooperação na defesa da formulação e implementação das políticas públicas.
- A Análise dos Estilos Políticos destaca os aspectos culturais, padrões de comportamento político, como o clientelismo e o patrimonialismo, e atitudes de atores políticos singulares, como o comportamento político de corporações, partidos, organizações, entre outros. Com o objetivo de investigar possíveis fatores que podem levar à consolidação de um certo estilo de política empiricamente observado; e investigar como os programas ou políticas podem ser influenciados por estilos políticos concretos.
- No caso do Neoinstitucionalismo Histórico – a ênfase está no processo de construção das políticas públicas e nos condicionamentos herdados pelas instituições e processo de socialização dos atores para formulação e implementação das políticas públicas. O institucionalismo histórico - centrado na necessidade de apreender o Estado em interação numa perspectiva de longo tempo e pelo viés de análises comparadas - permite traçar “trajetórias” nacionais particulares (STEINMO, THELEN, LONGSTRETH, 1992).

Um dos principais conceitos desta abordagem é o da “dependência de caminho/trajetória” (*path dependence*). Segundo Nascimento (2009, p. 104), os modelos de *path dependence* são aqueles que se referem à relevância temporal, ou seja, a ideia de que as instituições são formadas, tomam vida própria e conduzem o processo político.

Este conceito apresenta a ideia de que um país ou região fazem escolhas institucionais e iniciam movimentos quase autônomos, cujos custos de reversão são

muito altos, pois, quase sempre, os rumos tomados pelos arranjos institucionais obstruem reversões à escolha inicial (RUESCHEMEYER & SCKOPOL, 1979 apud Nascimento, 2009, p. 104).

As abordagens das políticas públicas, portanto, utilizam em suas pesquisas um conjunto bastante vasto de categorias ou modelo de análise, dentre as mais usadas pode-se citar: *policy networks*, *policy arena*, modelo *cabbage can*, Incrementalismo, Coalizão de defesa – (*advocacy coalition*), Modelo de Equilíbrio Interrompido³.

Outra forma de abordar a análise de políticas públicas é por meio de ciclo. O ciclo de políticas públicas é um dos modelos mais utilizados e pode ser visto como um conjunto de estágios, que envolve etapas após sua decisão, ou seja, um ciclo da política pública. Este ciclo da política foi dividido por Lasswell (1971) em sete estágios, demonstrando, inclusive, como as políticas deveriam ser geradas: 1) informação, 2) promoção, 3) prescrição, 4) invocação, 5) aplicação, 6) término e 7) avaliação. Assim, o processo começa com a coleta e a disseminação de informações, passa a promoção de opções, em seguida, a prescrição de um curso de ação, o qual é invocado juntamente com as sanções para penalizar aqueles que não as cumprirem, a política é aplicada, até que termine e, finalmente, passe a ser avaliada.

O debate em torno da abordagem de análise do ciclo traz modificações a partir de limites inicialmente identificados. Howlett et all (2013, p.13) apontam que para além deste ciclo considerar somente o interior do governo como local de tomada de decisão, a avaliação seria realizada somente quando a política já estivesse terminada. Já Brewer (1983 apud Howlett et all 2013, p. 25) apresentou o processo político-administrativo como um ciclo em constante movimento e demonstra em seus trabalhos como ele se apresenta: 1) Montagem da agenda; 2) Formulação da política; 3) Tomada de decisão política; 4) Implementação da política; 5) Avaliação da política.

³ Sobre o assunto: SOUZA, C. Políticas Públicas uma Revisão da Literatura. In: Sociologias, Ano 8 n° 16. 2006

Howlett et all (2013, p.16) salienta que uma das vantagens deste ciclo, é a facilidade que ele proporciona no entendimento de um processo multidimensional por meio da desagregação da complexidade do processo em um número de estágios e subestágios, onde cada um pode ser investigado isoladamente ou relacionado com os demais estágios do ciclo. Todavia, Howlett et all apontam que uma desvantagem presente neste ciclo é que ele pode ser mal interpretado, sugerindo que os *policy-makers* passem a resolver problemas públicos de um modo sistemático e mais ou menos linear.

Já Celina Souza (2006) considera o ciclo da política pública um processo dinâmico e de aprendizado, a autora organiza o ciclo da seguinte forma: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Souza enfatiza a definição da agenda, mostrando em seu trabalho diversos modelos e possibilidades de formulação de agenda política⁴.

Cabe ressaltar que a análise de decisões políticas e, conseqüentemente, de políticas públicas requer um olhar abrangente visto que inclui considerar não apenas os atores estatais envolvidos, mas, também, grupos de pressão e a sociedade organizada que pode influenciar no agir político e na formação da agenda política. Além disso, Howlett et all (2013, p. 10) aponta que se bastasse olhar apenas para as decisões políticas em si, a descrição da política do governo seria direta e fácil, portanto uma visão mais ampla se faz necessária, já que um governo pode anunciar razões subjacentes a uma decisão, e essas podem não corresponder a verdade, ou pode não oferecer razão alguma. Howlett ressalta a importância dos analistas, neste sentido, ao determinar por que uma alternativa foi escolhida e, outra, aparentemente mais atrativa, foi deixada de lado.

Ainda, sobre a análise de políticas públicas alguns autores trabalham com os conceitos de eficiência e eficácia para avaliar os resultados e impactos destas. Torres (2004, p.175) diferencia os dois conceitos, afirmando que eficácia se relaciona com o atingimento dos objetivos desejados por determinada ação estatal, sem se importar com os meios e mecanismos utilizados para atingir tais objetivos, enquanto eficiência trata de como estes foram conseguidos, foca nos mecanismos

⁴ Para maiores informações sobre o assunto ler: SOUZA, C., 2006 "Políticas Públicas: uma revisão da literatura".

utilizados para a obtenção do êxito da ação estatal, ou seja, procura-se buscar meios mais adequados e viáveis, utilizando, sempre que possível, a racionalidade econômica que busca maximizar os resultados e minimizar os custos.

Souza (2006, p.36-37) afirma que alguns elementos que podem ser considerados importantes para o estudo das políticas públicas. Segundo a autora:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

As políticas públicas implementadas pelo Estado possuem aspectos diferenciados, como, por exemplo, as políticas educacionais, que têm caráter social e, portanto, podem ser vistas como políticas sociais. Hofling define políticas sociais como

ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HOFLING, 2001, p.31)

De acordo com Carvalho (2007), os direitos sociais, aqueles que dizem respeito ao usufruto da riqueza e dos recursos produzidos por uma nação, ou seja, direito à educação, à previdência, à assistência social, entre outros (os quais são referidos pelas políticas sociais), necessitam essencialmente da atuação do Estado, seja no sentido de perceber ou admitir uma demanda que gere uma política social, seja na construção de um serviço público.

Pós-ditadura militar, os planos políticos implementados logo após a abertura democrática do país trouxeram consigo uma perspectiva liberal de gestão das políticas sociais. Em sociedades desiguais, com experiência de democracia recente, como a brasileira, é comum a implementação de políticas sociais redistributivas, objetivando oportunidades iguais para diversos cidadãos em condições desiguais. Neste sentido a formulação de políticas públicas deve observar desigualdades presentes na sociedade e tentar garantir igualdade de oportunidades a todos os indivíduos.

Portanto, as políticas educacionais de nível superior podem ser classificadas de acordo com a definição de HOFLING, (2001) como políticas sociais. Já dentro da tipologia de Lowi (1964; 1972), as políticas educacionais se caracterizam por um baixo grau de conflito dos processos políticos, podendo ser classificadas como políticas distributivas, uma vez que possuem caráter universal beneficiam um grande número de destinatários em escala pequena, tendo por objetivo gerar igualdade de oportunidades e ignorando a igualdade de condições. Contudo, as políticas educacionais de nível superior não são políticas sociais de caráter universal no Brasil. Isso explica, em parte, o grau de conflito gerado por políticas públicas que promovem a ampliação do acesso ao ensino superior público brasileiro e/ou políticas compensatórias como as políticas afirmativas⁵. A possibilidade de acesso ao ensino superior tem impacto direto na renda e status do sujeito que acessa este sistema educacional. Por conta de tais características a política educacional de acesso ao nível superior, apesar de continuar sendo uma política social, se encaixa melhor nas características de políticas redistributivas da tipologia de Lowi, pois são orientadas para o conflito e tem por objetivo o deslocamento de recursos financeiros, direitos ou outros valores (status) entre camadas sociais e grupos da sociedade (Windhoff-Héritier, 1987, p.49).

Já explicitados alguns conceitos, teorias e tipologias das políticas públicas, volta-se para a relação destas políticas, especificamente as políticas implementadas no ensino superior, com o desenvolvimento de uma localidade.

⁵ Políticas afirmativas, as quais se referem a políticas públicas ou privadas de combate à desigualdade estrutural de grupos mais vulneráveis à discriminação (VASCONCELOS, SILVA, 2005, p.456).

1.2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO

Vivemos em um país com inúmeras desigualdades, não são poucas as ocasiões em que o Estado lança políticas públicas para que os cidadãos tenham oportunidades mais equitativas. Tais políticas devem ser inovadoras, o que significa dizer que são uma combinação de recursos, por exemplo, que permitam inferir na transformação de uma realidade social a partir da intervenção do Estado em determinado local (SILVA, BASSI, 2012, p.15-16).

O desenvolvimento de uma sociedade resulta das decisões formuladas e implementadas pelos governos em suas diversas instâncias, em conjunto com as demais forças da sociedade (SILVA, BASSI, 2012, p.17). O conjunto dessas decisões e ações forma as políticas públicas, e, estas políticas assumem o papel de indutoras de desenvolvimento.

Ressalta-se, aqui que o desenvolvimento e a formulação das políticas públicas não acontecem somente com a ação do governo, mas sim, com a participação de inúmeros agentes e atores da sociedade civil. A implementação de políticas públicas pelo Estado em conjunto com a sociedade civil pode ser uma forma bastante eficaz de se promover o desenvolvimento. Todavia, nem toda a sociedade se envolve em todas as políticas, segundo Silva e Bassi (2012), o envolvimento, normalmente, depende dos interesses de cada grupo. E, em uma sociedade multicultural e multifacetada como o Brasil, são notórias inúmeras demandas por políticas públicas das mais diversas naturezas.

Assim, observa-se as políticas públicas como um importante instrumento para efetivar a democracia, promover o desenvolvimento e dar resposta a problemas socioeconômicos e culturais do país (SOUZA, 2006, p.27). Frey (2000) aponta que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento, como a brasileira, devem ser consideradas ao analisarem-se as políticas públicas destes países. Logo, dependendo o desenvolvimento da implementação de políticas públicas e sendo o Brasil este país repleto de peculiaridades e localidades singulares, é necessário que, mesmo que as políticas públicas tenham um caráter universal, estas se adequem a cada realidade ou instituição que as implementarão.

No caso de uma política educacional, parte integrante do Plano Nacional de Educação, quando implementada pelas instituições apresentará variações de acordo com a realidade daquele espaço e uma análise destas políticas e a identificação de seus resultados se faz necessária. É neste sentido que o capítulo seguinte objetiva realizar um levantamento sobre a definição conceitual de desenvolvimento e de desenvolvimento local, para que, posteriormente, possa-se realizar o objetivo fim deste trabalho que consiste em analisar a relação entre a implementação do REUNI na UFPel e o desenvolvimento de Pelotas.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo busca-se, primeiramente, apresentar o surgimento do conceito de desenvolvimento, para, em seguida, trabalhar-se algumas das principais concepções atuais sobre o tema. Logo, realiza-se uma exposição de como este objeto foi discutido no Brasil (apresenta-se, neste ponto, a ideia de desenvolvimento local). Por fim, é realizada a discussão sobre como a universidade pode ser considerada promotora de desenvolvimento, tanto local quanto regionalmente.

2.1 DESENVOLVIMENTO – SURGIMENTO E DISCUSSÕES ACERCA DO CONCEITO

A palavra desenvolvimento é pauta permanente em inúmeras discussões em todos os países. Desenvolvimento é palavra de ordem mundial e está presente em agendas políticas distribuídas ao redor do globo. Busca-se permanentemente algum tipo de desenvolvimento, seja ele econômico, social, cultural, humano, sustentável, entre outros, além de formas de mensuração deste elemento. Apesar de o conceito ter sido construído a partir de uma evolução histórica de ideias e instituições, é reconhecido que, enquanto tema a ser debatido, estudado e buscado, desenvolvimento é algo bastante recente, e marcadamente é presente na vida social e política do pensamento ocidental (NISBET, 1969). Tornou-se presente, principalmente, no pós Segunda Guerra Mundial, frente às transformações políticas e econômicas do cenário internacional (OLIVEIRA, 2010, p. 49). De acordo com Escobar (1995), foi neste cenário, que o discurso ganhou espaço em escala global, ao se modificar a maneira de lidar com o fenômeno da pobreza.

Oliveira (2010), com o objetivo de esclarecer o processo de evolução do tema, elucida como o desenvolvimento se constituiu em um discurso presente nas agendas políticas e em discussões teóricas atuais. O autor, baseando-se nos textos de Robert Nisbet (1969) e John Bury (1955), coloca que desenvolvimento é uma noção que tem origem na antiguidade e tem como precursora a ideia de progresso, ganhando destaque nas discussões do campo da filosofia. Todavia, progresso enquanto conceito,

entendido como algo inerente ao ser humano e à vida humana e ideal a ser buscado, ganha ímpeto, durante o Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII. O cartesianismo e o conhecimento sofreram as primeiras transformações na estrutura do pensamento da época, em seguida, a ideia de progresso passou do acúmulo de conhecimento para uma visão mais ampla, que abrangia governos, economia e instituições sociais.

Passado o fim da Idade Média, durante o nascimento da sociedade industrial, Oliveira (2010) aponta que grandes filósofos, como Adam Smith⁶ e Rousseau, alimentados pelas novas ideias iluministas, argumentavam que as reformas necessárias na sociedade eram medidas inerentes à natureza progressiva da sociedade humana. Além de que, foi também no século XVIII que a noção de progresso passou a ser relacionada com a possibilidade de melhora nas condições de vida humana, a partir do incremento em tecnologias, em ciências e evolução e organização social. Sobre a evolução social, é em meados do século XIX, que Darwin publica “A origem das espécies” fazendo com que o caráter benéfico da evolução e do progresso seja disseminado mais fortemente, vale ressaltar que outros autores já estavam trabalhando o conceito de evolução social anteriormente, tais como Comte⁷ e Spencer, mas a publicação de “A origem das espécies” impulsionou maiores discussões acerca deste conceito. Oliveira (2010) ressalta que Nisbet ao delimitar a teoria da evolução social destaca as seguintes premissas: 1) mudança é algo natural; 2) mudança é direcional (com início, meio e fim); 3) mudança é imanente; 4) mudança é contínua; 5) mudança é necessária; 6) mudança deriva de causas uniformes.

É neste momento, no século XIX, que nasce o método comparativo de análise, servindo para comparar pessoas, culturas, nações. Termos como “civilizado”,

⁶ Adam Smith, que critica o mercantilismo com dureza na sua obra "A riqueza das nações", qualifica-o como uma "economia ao serviço do Príncipe". Em um ataque direto ao mercantilismo, Smith argumentou que o governo não deveria interferir no comércio internacional. As nações, como os indivíduos e as famílias, deveriam se especializar na produção de bens nos quais elas têm uma vantagem e negociá-los por outros bens os quais outras nações têm uma vantagem. Nesta obra, Smith procurou demonstrar que a riqueza das nações (no sentido de desenvolvimento/crescimento econômico) resultava da atuação de indivíduos que, movidos apenas pelo seu próprio interesse, promoviam o crescimento econômico e a inovação tecnológica.

⁷ August Comte era ligado ao positivismo, corrente na qual o conhecimento científico é o único conhecimento válido, trouxe, das ciências exatas e biológicas, princípios que, segundo sua crença, organizariam o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos.

“moderno” e “desenvolvido” passam a ter sentido positivo, significando melhoria, enquanto “tradicional” e “atrasado” remontam a algo que ficou para trás na história e aguarda o processo de modernização. E é no final do século XIX e início do século XX que a modernização passa a ser difundida como processo de evolução na urbanização, tecnologia e industrialização.

Dentre os autores que seguiam as premissas iluministas em seus estudos, pode-se citar Émile Durkheim, o qual afirma que as sociedades mais desenvolvidas são aquelas que possuem maior complexidade nas funções desempenhadas pelo seu corpo social. Em Durkheim, a divisão do trabalho é o ponto chave para a sustentação da ordem social. Outro autor, não menos importante, que pode ser citado e é lembrado no trabalho de Oliveira (2010), é Talcott Parson, o qual desenvolveu a ideia de estágios evolutivos na sociedade e enumera três estágios de evolução: 1) o primitivo; 2) o arcaico e 3) o moderno.

Já nas décadas de 1950 e 1960, os autores que seguiram a Teoria da Modernização passam a direcionar o foco para a questão econômica, Walt Rostow, um destes autores, ao lançar “Etapas do Desenvolvimento Econômico” enuncia cinco categorias para enquadramento das sociedades: 1) sociedade tradicional; 2) as condições para o arranco, 3) o arranco, 4) a marcha para a maturidade e 5) a era do consumo de massa. Atualmente a Teoria da Modernização é amplamente difundida na academia como um discurso, predominantemente, americano (OLIVEIRA, 2010, p. 60).

Rostow (1963) recorta histórias nacionais e lança as etapas do crescimento, ao se passar pelas cinco fases por ele enunciadas, chegar-se-ia ao desenvolvimento. Segundo Cândido (1999) a publicação de Rostow seria o produto intelectual concebido para enfrentar as interpretações de esquerda, que nasceu durante a guerra fria, quando o medo de revoluções sociais do Terceiro Mundo, inspiradas na teoria marxista-leninista, dirigida a política exterior americana (CÂNDIDO, 1999, p.4).

Para Sachs (2004, p.26) os fundamentalistas de mercado, os quais consideram o desenvolvimento como resultado natural do crescimento econômico, graças a um efeito cascata (*trincke down effect*), afirmam não haver a necessidade de uma teoria de desenvolvimento, bastaria aplicar a economia moderna, uma disciplina a-histórica e universalmente válida. O autor coloca que mesmo se funcionasse (o que

não ocorre) o “efeito cascata” seria inaceitável em termos éticos diante de um mundo de desigualdades.

Cândido (1999) aponta outra visão do desenvolvimento, a teoria neo-marxista, a qual é proposta, principalmente, por Samir Amin e que sustenta que a exclusão é um componente intrínseco do modelo de desenvolvimento capitalista e como os países, em sua totalidade, obedecem à lógica da expansão do capitalismo, o resultado desembocaria no subdesenvolvimento das economias periféricas. Amim se opõe à: 1) explicação Malthusiana, que exalta os efeitos devastadores da demografia sobre o desenvolvimento, 2) a tese que se serve do círculo vicioso da pobreza, segundo a qual o subdesenvolvimento resulta da insuficiência de poupança; e 3) interpretação evolucionista, que afirma que os países subdesenvolvidos vivem aquilo que os países desenvolvidos viveram em determinada época da história e chegarão ao desenvolvimento copiando as ações destes países.

O funcionamento das economias subdesenvolvidas, segundo Amin, apresenta três características estruturais: a) os setores produtivos mostram uma produtividade desigual; b) o sistema econômico é desarticulado e c) este sofre a dominação exterior. A característica "b" sublinha que, numa economia subdesenvolvida, o consumo de cada setor não é produzido pelo outro. Assim, "a desarticulação impede o desenvolvimento de qualquer setor de ter efeito sobre o desenvolvimento do outro" (AMIM, 1988, P.27 apud CÂNDIDO, 1999, p11).

Desta forma Amim chega à máxima “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, ou seja, enquanto nos países centrais se tem desenvolvimento, nos países periféricos o crescimento não é desenvolvimento, pois ele ocorre de maneira desarticulada, logo, integrados ao mercado mundial, os países periféricos apresentam um subdesenvolvimento do desenvolvimento.

Sachs (2004, p.26), ao explicar sobre a perspectiva teórica dos autodenominados pós-modernos, afirma que apesar destes proporem a renúncia do conceito de desenvolvimento alegando que esse é uma armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas, dentro dos e entre os países, estes pensadores não apontam uma alternativa de como superar os problemas herdados do século XX, os quais se resumem, basicamente, ao desemprego em massa e as desigualdades crescentes.

Alternativa à Teoria da Modernização é a Teoria da Dependência, uma das principais teorias desenvolvidas na periferia do Mundo (OLIVEIRA, 2010, p.61). Enquanto a Teoria da Modernização prega que as sociedades passam pelos mesmos estágios de evolução, ou seja, um país subdesenvolvido estaria em um estágio anterior a um país desenvolvido e, assim, teria que “seguir os passos” para o desenvolvimento objetivando ser uma nação evoluída, a Teoria da Dependência afirma que os países mais pobres não são versões primitivas dos países ricos, mas devido às características do país e condicionamentos estruturais encontram-se na condição de pobreza.

Neste sentido, na América Latina tal discussão ganhou fôlego a partir da criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1947, com sede em Santiago do Chile. A CEPAL elaborou toda uma análise sobre a especificidade da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, propondo um conjunto de políticas visando à superação do atraso pela via da industrialização (NERY, 2004, p. 21).

O texto *“El desarrollo económico de La América Latina y algunos de sus principales problemas”*, apresentado por Raúl Prebisch, na Conferência de Havana em 1949, afirma que a dependência dos países pobres com relação aos países ricos faz com que a condição de pobreza se perpetue ou se agrave. Celso Furtado, economista e pensador político brasileiro, foi o primeiro chefe da Divisão de Planejamento da CEPAL, o autor afirma que a ideia de que o desenvolvimento pode ser universalizado não passa de um mito (visto a estrutura desigual de todos os países do mundo), um prolongamento do mito do progresso, presente na ideologia da revolução burguesa, na qual surgiu a sociedade industrial. Furtado defende, então, a teoria do subdesenvolvimento, a qual traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial (Furtado, 1999, p.48) e, ao lado de Raul Prebisch, sugere um projeto de modernização através do modelo de substituição de importação.

Já autores como Gunder Frank e Samir Amim defendiam a ideia de que o modelo de desenvolvimento deveria contar com a ativa participação do Estado, visando à acumulação de riquezas no interior do país e resistindo às pressões do capital internacional (OLIVEIRA, 2010, p. 63).

Desta forma, surge, então, o pensamento Cepalino e a Teoria da Dependência que apontam que a realidade de países periféricos é bastante distinta daquela encontrada em países centrais e buscar o desenvolvimento através da cópia e repetição das experiências vividas pelos países desenvolvidos não seria alternativa apropriada, visto que as sociedades dos países periféricos não são tidas como sociedades que se encontram em estágios iniciais da evolução.

Maria Elizabete Xavier afirma que a concepção de desenvolvimento esteve bastante ligada a ideologia liberal, a autora afirma que

tão antiga quanto Aristóteles, a noção de desenvolvimento, presente nesse discurso revolucionário, após ser absorvida consecutivamente pelas ciências da natureza e do homem, pela física, pela biologia e pela psicologia, penetrou finalmente as chamadas ciências sociais e arrematou a confecção liberal do mito da sociedade plena e justa, feita pelo e para o homem esforçado, empreendedor e solidário (XAVIER, 2007, p.11).

Mazzuco et al (2007, p, 195) apontam que dentro da perspectiva da Teoria da Dependência, a relação econômica entre os países desenvolvidos e os países periféricos determina a prevalência dos interesses dos primeiros em detrimento dos interesses dos segundos, tornando os últimos dependentes. Os autores sinalizam ainda que estas relações têm sua continuidade garantida graças a uma dependência cada vez maior dos países periféricos em relação aos países centrais, o que sinaliza que um país periférico jamais alcança o mesmo desenvolvimento de um país central (MAZZUCO ET ALL, 2007, p. 195).

Pode-se perceber que o conceito de desenvolvimento e o pensamento desenvolvimentista têm diversas vertentes e pode assumir diferentes enfoques. No pós Segunda Guerra Mundial, este discurso assume um papel mais central nas discussões, principalmente porque a dinâmica entre países pobres e ricos muda. De acordo com Oliveira (2010), antes e durante a Segunda Guerra, a periferia do mundo era vista pelos países centrais como fonte de matéria prima. Após a Segunda Guerra, estes países passam a fazer parte da agenda econômica e da política mundial. É neste período que noções de “subdesenvolvimento” e “Terceiro Mundo” entram nos discursos para se referir aos países não industrializados.

Neste momento, são criadas instituições internacionais que objetivam resolver o problema ou parte dos problemas relacionados à pobreza e desigualdades entre os países. Em 1945, cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU) que objetiva

Promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultura ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor. (OLIVEIRA, 2002, p.39)

Sachs (2004, p.28) destaca que como os trinta anos dourados do capitalismo (1945-1975) coincidiram com a Guerra Fria, os esforços das Nações Unidas de construir uma ordem internacional mais equitativa foram frustrados, todavia, os países em desenvolvimento conseguiram se envolver em políticas não-alinhadas e tiraram proveito das experiências entre os dois blocos competidores. Junto a ONU, outras instituições, tais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944, são fundadas e se ocupam com estas questões econômicas, sociais e políticas de países subdesenvolvidos. Já durante a década de 1970, a situação muda, Sachs aponta que com a invasão da Checoslováquia, em 1968 e a exclusão das ilusões quanto à capacidade do bloco soviético, os capitalistas ganharam força e uma contrarreforma neoliberal ganha ímpeto, principalmente com as eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

Conforme as definições de desenvolvimento foram sendo construídas, as formas de mensurar este desenvolvimento também estavam sendo organizadas. Ligado à tradição clássica da economia que coloca o desenvolvimento, basicamente, como sinônimo de crescimento econômico, alguns economistas afirmam que o Produto Interno Bruto (PIB) seria a melhor forma de avaliar o desenvolvimento de determinado local. O índice é calculado de acordo com a soma de todos os bens e serviços finais produzidos num determinado país, durante um período determinado, dividindo-se este valor pela população do mesmo país. Porém, tal índice desconsidera desigualdades, questões sociais, culturais e políticas.

Na tentativa de resgatar tais pontos, Sen, já na década de 1990, observa a teoria econômica tradicional, e coloca que o desenvolvimento é visto sempre ligado basicamente ao crescimento econômico e medido por índices, tais como o PIB, que reafirmam essa posição. Para o autor, é importante também apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar (AMARTYA SEN, 2000, p. 24).

O autor nega que o desenvolvimento focado somente na dimensão econômica seja adequado para analisar as realidades dos países em desenvolvimento ou periféricos. Com essa constatação ele propõe outro tipo conceito de desenvolvimento, onde, este está ligado a diversos tipos de liberdade e as liberdades dependem de outros determinantes, além das rendas individuais, tais como os direitos civis, disposições sociais e também as econômicas.

Amartya Sen (2000) parte então de uma visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas. Ele afirma, ainda, que a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir para expandir a liberdade humana, mas ela depende de outras influências.

A liberdade é o que o desenvolvimento promove e a ideia de desenvolvimento está diretamente ligada a expansão de liberdades substantivas e instrumentais. O desenvolvimento, aqui proposto, requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade (pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância de Estados repressivos).

Sen coloca que a liberdade é central para o desenvolvimento, por duas razões:

A razão avaliatória – a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas;

A razão da eficácia – a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas (é parte constitutiva e fortalece outros tipos de condições de agentes livres) (SEN, 2007, p.18).

O autor, ainda, classifica as liberdades em dois tipos, as liberdades substantivas e as liberdades instrumentais. Ele elenca cinco tipos de liberdades instrumentais, as quais ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa (reforçando sua condição de agente) e podem complementar-se mutuamente:

1 - Liberdades políticas - Incluem os direitos civis, e referem-se à liberdade de escolha por parte das pessoas sobre quem deve governar e porque, além dos direitos de fiscalização e crítica dos governantes através de uma imprensa livre e atuante.

2 - Facilidades econômicas - Oportunidades por parte das pessoas para utilizar recursos econômicos para o consumo, produção ou troca. Para isto, os mecanismos de mercado podem ter um valor fundamental, já que permitem a livre circulação de pessoas e produtos na economia.

3 - Oportunidades sociais - Referem-se aos serviços de saúde, educação, etc., que permitem ao indivíduo não apenas viver melhor em sua vida privada (escapando da miséria através de um trabalho melhor qualificado, por exemplo), quanto também participar melhor da vida pública (a capacidade de ler jornais é fundamental para a atividade política, por exemplo).

4 - Garantias de transparência - Referem-se à necessidade de uma pessoa esperar sinceridade em sua relação com outras pessoas, instituições e com o próprio Estado. Além de essencial para a coesão social, ela pode ter papel importante na prevenção da corrupção, por exemplo;

5 - Segurança protetora - Resguarda os vulneráveis de caírem na miséria extrema através de uma rede de seguridade social e outras medidas que visem as garantias mínimas de sobrevivência das pessoas. Medidas que não são tão caras quanto alardeiam alguns, especialmente nos países em desenvolvimento, onde o custo da mão de obra e dos produtos é menor.

As liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral. Elas não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, são também os meios principais para se atingir outras liberdades e se fortalecem umas às outras. As políticas públicas podem promover essas liberdades inter-relacionadas.

Outros autores, tais como João Roberto Moreira (1960) e Costa Pinho (1970) entendem o desenvolvimento como uma questão complexa e colocam que a educação (além de promotora do aceleração do desenvolvimento) e o desenvolvimento se condicionam mutuamente (DANIEL, 2009 apud MOREIRA, 1960, p.36), ou seja, a educação é condição básica para o desenvolvimento de um país. Porém, não somente a educação, segundo o Moreira, é preciso atentar para os problemas de instrução pública, resolvidos, de forma geral por políticas públicas.

Ignacy Sachs (2004, p.35) afirma que o desenvolvimento deve habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na busca da auto realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, combinando tempo dedicado a atividades não produtivas e trabalho autônomo e heterônomo. Logo, a boa sociedade seria aquela que permite ou maximiza essas oportunidades, cria um ambiente de convivência e condições para a produção de meios de materiais básicas da vida – comida, abrigo, roupas – numa variedade de formas e cenários – famílias, parentelas, redes, comunidades (SACHS, 2004, p.35).

Com o avanço das discussões acerca do desenvolvimento na década de 1970 e a atenção voltada à problemática ambiental, em 1979, a expressão “desenvolvimento sustentável” foi utilizada pela primeira vez em um Simpósio das Nações Unidas sobre as inter-relações entre recursos, ambiente e desenvolvimento, realizado em Estocolmo. Todavia, o termo ganhou firmeza em 1987, quando, em uma Assembleia Geral da ONU, foi apresentado, pela Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, um relatório intitulado “Nosso futuro comum”.

Tal relatório contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. (BARBOSA, 2008, p.2)

A partir de debates promovidos pela ONU no início da década e citado pela primeira vez no Relatório de Brundtland, o termo “desenvolvimento sustentável” foi denominado como “a satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

O relatório de Brundtland, apresentado ao mundo em 1987, apontou a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes na época. O seu conteúdo já trazia um tom de alerta para que os governantes assumissem a responsabilidade pelos impactos ambientais e as decisões políticas que os originavam (ANTUNES, 2010).

O relatório ainda recomendava uma série de medidas que deveriam ser tomadas pelos países para a promoção deste desenvolvimento sustentável, tais como: limitação do crescimento populacional, garantia de recursos básicos em longo prazo (água, energia e alimentos), atendimento das necessidades básicas, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores.

Logo, o conceito de desenvolvimento sustentável virou pauta de inúmeras reuniões mundiais, tema de diversas análises e trabalhos acadêmicos, ganhou lugar na agenda política de alguns países e atingiu, inclusive, o mundo corporativo e lugar nos planos empresariais de grandes corporações.

Spangenberg (2001) afirma que a sustentabilidade é essencialmente um novo modo de ver o mundo, baseado nas relações de justiça e partilha de responsabilidade intra e intergerações. Desenvolvimento sustentável foi pauta na Rio Eco-92⁸, onde foram aprovadas as convenções internacionais: Convenção sobre a Diversidade Biológica e a Convenção Quadro Sobre Mudanças Climáticas, além de duas declarações de princípios (a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração sobre Florestas). Nesta conferência nasceram, também, alguns documentos, como: as bases para o instrumento de construção do processo de desenvolvimento sustentável global: a Agenda 21⁹; “A Declaração do Rio Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” e a “Convenção da Biodiversidade” aprovada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº2, de 3 de fevereiro de 1994 e promulgada pelo Decreto de 2.519, de 16 de março de 1998.

⁸ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, objetivou o debate sobre formas de desenvolvimento sustentável. Foi realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Chamada, também, de Cúpula da Terra, esta conferência reuniu mais de 100 chefes de Estado.

⁹ Uma declaração de intenções que foi imediatamente subscrita por 179 países, ou quase toda a totalidade das representações presentes e todas as nações do planeta. Considerada, por muitos socioambientalistas, o mais completo e importante documento redigido pela humanidade por pregar uma nova forma de desenvolvimento.

Para além, foi na Rio Eco-92 que surgiu a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que serviu de base ao Protocolo de Kyoto, de 1997¹⁰.

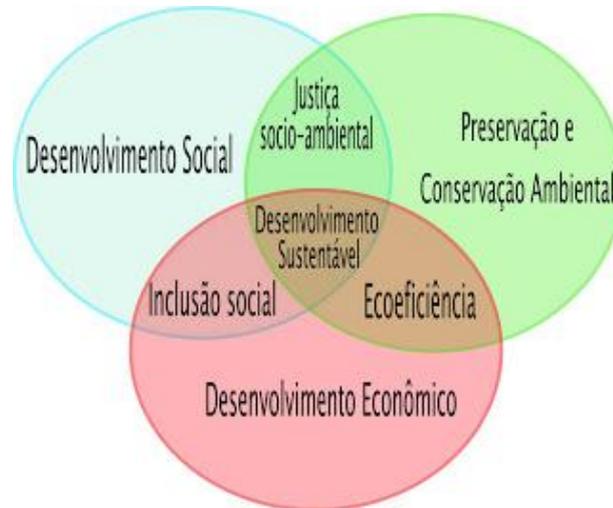
A Agenda 21 apresenta como objetivos:

- 1- Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício;
- 2- Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas;
- 3- Retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional;
- 4- Energia renovável e biomassa;
- 5- Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável;
- 6- Educação permanente para o trabalho e a vida;
- 7- Promover a saúde e evitar a doença democratizando o SUS;
- 8- Inclusão social e distribuição de renda;
- 9- Universalizar o saneamento ambiental promovendo o ambiente e a saúde;
- 10- Gestão do espaço urbano e autoridade metropolitana;
- 11- Desenvolvimento sustentável do Brasil rural;
- 12- Promoção da agricultura sustentável.
- 13- Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável;
- 14- Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável;
- 15- Preservar a quantidade e a melhor qualidade da água nas bacias hidrográficas;
- 16- Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade;
- 17- Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local;
- 18- Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos;
- 19- Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável;

¹⁰ Objetiva firmar acordos e discussões internacionais para conjuntamente estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa (considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global) na atmosfera, principalmente por parte dos países industrializados, além de criar formas de desenvolvimento de maneira menos impactante. Resumidamente, é o protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Foi discutido e negociado em Quioto no Japão em 1997. Este Protocolo foi gerado a partir de uma série de eventos, os quais se iniciaram com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá, em 1988, seguida pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), em 1990, na Suécia e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC) na ECO-92, que ocorreu no Rio de Janeiro, em Junho de 1992.

- 20- Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação;
 21- Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.

Figura 02 - Bases do Desenvolvimento Sustentável

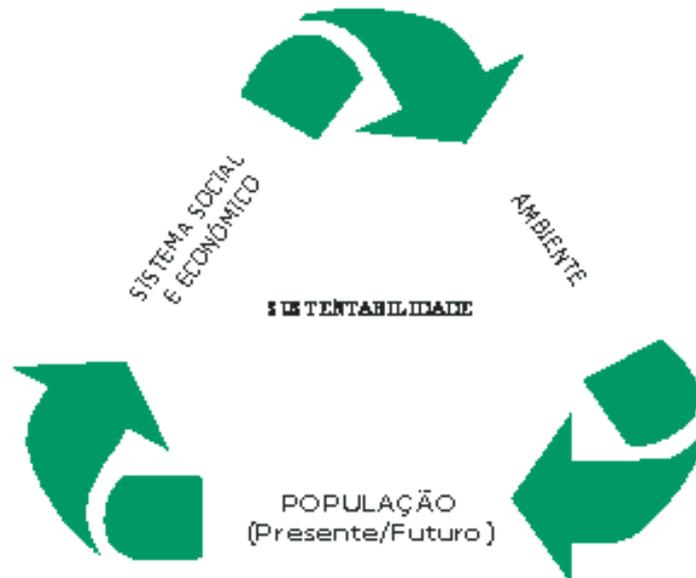


Fonte: INFAP – Instituto de Formação e ação em Políticas Sociais.

Conhecido por ter uma base econômica, social e ambiental, o desenvolvimento sustentável está expresso no artigo 225 da Constituição Federal Brasileira, que diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O conceito de desenvolvimento sustentável e a agenda 21 apresentam objetivos intimamente ligados à questão ambiental, porém enfatizam, também, a questão social, fazendo alusão à saúde, educação, saneamento, energia, economia, logística e mobilidade urbana. A partir dessas novas possibilidades, vê-se a abertura de novas possibilidades e resoluções aos transtornos urbanos.

Figura 03 - Bases da Sustentabilidade



Fonte: INFAP – Instituto de Formação e ação em Políticas Sociais

Sachs (2004, P.36) ressalta que o conceito de desenvolvimento sustentável foi sendo refinado entre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, e a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, em 2002. O autor coloca que a evolução da ideia de desenvolvimento e a sua complexificação pode ser representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável – e pelas novas problemáticas. Para o autor, desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético a solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica (SACHS, 2004, p.36).

Sachs aponta que somente aquele crescimento econômico causador de impactos sociais e ambientais positivos merecem a denominação de desenvolvimento. A tabela a seguir mostra esta visão do autor.

Quadro 02 - Padrões de Crescimento Econômico

	Impactos sociais	Impactos ambientais
Desenvolvimento	+	+
Selvagem	-	-
Socialmente benigno	+	-
Ambientalmente benigno	-	+

Fonte: Ignacy Sachs, Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado (2004)

A pesquisa científica sobre as relações entre sociedade e meio ambiente encontra-se em rápida evolução em todo o mundo (VIEIRA, 1995, p.103), especialmente no que se refere à preocupação, atual, da sociedade civil e dos Estados com a questão socioambiental.

Provando a importância da questão, a pauta ambiental ganhou espaço, inclusive, na escola, a partir de disciplinas que envolvem “educação ambiental” e “avaliação de impactos ambientais”. No Brasil, pode-se perceber algumas iniciativas políticas e políticas públicas voltadas para uma sociedade mais justa, que garanta maior equidade e responsabilidade social. Tais políticas buscam resolver alguns, dos principais problemas nacionais.

Neste sentido, além de contribuir na literatura sobre desenvolvimento sustentável, Sachs lança o conceito de desenvolvimento includente, que se caracteriza por requerer garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos; acesso, em igualdade de condições, a programas de assistência para deficientes, mães e filhos, idosos, entre outros, a todos os cidadãos; políticas sociais compensatórias financiadas pela redistribuição de renda, incluindo subsídios ao desemprego; e iguais oportunidades ao acesso de serviços públicos a totalidade da população.

O desenvolvimento includente se apresenta de forma contrária ao excludente, o qual é caracterizado por: 1) mercados de trabalho fortemente segmentados, que mantêm uma grande parcela da maioria trabalhadora confinada a atividades informais ou condenada a extrair sua subsistência à proteção social (idem, p.38) e 2) pela fraca participação de grande parte da população, pouco instruída,

suborganizada e absorvida na luta diária pela sobrevivência, sendo as mulheres as mais atingidas (idem, p.39) na vida política ou completa exclusão dela.

É pertinente durante esta seção do trabalho pausar a discussão neste ponto e abrir uma subseção para realizar um paralelo e apresentar uma breve exposição dos pensamentos e visões desenvolvidas no Brasil durante este período. Após essa subseção, o trabalho seguirá apresentando as discussões sobre desenvolvimento, a partir do desenvolvimento sustentável. Conforme já comentado anteriormente, não se pretende esgotar o assunto ou mapear todas as visões desenvolvidas por pensadores brasileiros, mas sim permitir ao leitor a construção de uma linha do tempo comparativa entre o que ocorria interna e externamente ao país.

2.1.1 DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Como já exposto acima, o conceito de desenvolvimento como um ideal a ser buscado mundialmente foi forjado no pós-guerra em um contexto político-econômico que dava início a uma nova realidade. Até o final da segunda guerra, os países periféricos eram vistos como meros abastecedores de matérias primas aos países centrais, todavia com a nova lógica capitalista instalada e o surgimento de teorias tentando explicar como alcançar o crescimento econômico/desenvolvimento, tanto no campo da economia como no campo da sociologia, os países periféricos passaram de meros abastecedores a participantes da economia mundial.

Com o avanço das numerosas discussões acerca do desenvolvimento, no Brasil as linhas de pensadores que se formavam tentavam formular uma teoria que fosse mais adequada à realidade aqui encontrada. Visto que

a teoria do crescimento, apesar de sua penetração nos círculos acadêmicos e governamentais e de sua constante reatualização, possui sérios limites para explicar o subdesenvolvimento dos países periféricos. No caso particular do Brasil, é preciso levar em conta o processo histórico de formação do capitalismo mundial, no qual o Brasil, a América Latina e a África desempenharam um papel. Não se pode esquecer que eles fazem parte dessa história. As teorias do subdesenvolvimento levam em conta essa participação quando das explicações do subdesenvolvimento e da exclusão daí decorrente, em nível interno e externo ao país. (CÂNDIDO, 1999, p.9-10).

O autor (idem, 1999) enfatiza que a reflexão sobre a economia brasileira, sob critérios mais científicos, deve muito à Cepal, a qual, desde os primeiros documentos, pregava a industrialização da América Latina e a reestruturação do comércio. O órgão apontava que as trocas econômicas internacionais eram mais favoráveis aos países industrializados e muito menos aos produtores de matérias primas e de gêneros alimentícios (idem, 1999, p.12), a exemplo do Brasil. Como os preços não se equiparavam, os países periféricos tinham uma menor capacidade de acumulação, para sair dessa situação seria necessário industrializar, modernizar a tecnologia empregada na agricultura e aumentar os salários (idem, 1999, p.13), buscando financiamento no capital estrangeiro, com a presença de um estado regulador, uma política fiscal justa e uma reforma agrária.

Largamente influenciada pelas ideias de John Maynard Keynes, suas diretrizes advogavam uma redefinição do papel do Estado e à perspectiva de uma nova inserção internacional da América Latina. A solução proposta para os impasses continentais era a industrialização, através de um processo de substituição de importações. O paradigma ficaria conhecido como o *nacional-desenvolvimentismo*. (IPEA, 2010, p.19)

Todavia, Cândido coloca que a entrada e presença massiva de multinacionais a partir de 1950 alterou a divisão internacional do trabalho e alterou as teorias nascidas na Cepal. Segundo o autor, como se promoveu uma internacionalização da produção, as políticas nacionais começaram a sofrer ataques mais sistemáticos, derrubando, inclusive, governos e instaurando ditaduras, frequentemente, militares, como foi o caso do Brasil e parte da América Latina.

Segundo Cândido (1999, p. 12), a solidariedade entre os grupos estrangeiros e os grupos nacionais foi realçada por alianças celebradas entre a elite local que detinha o controle do Estado e o imperialismo. Cabe ressaltar que de 1956 a 1960, o governo de Juscelino Kubitschek apresentava um projeto econômico de 50 anos em 5, representando um Estado bastante presente em intervenções econômicas. Foi neste período, em 1959, que ocorre a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de espalhar investimentos em desenvolvimento pelo país. Segundo Cândido (1999), a partir de 1964, com o

golpe de Estado, a SUDENE assume outras responsabilidades e características, os movimentos populares e as suas participações são cortadas da instituição e esta assume um caráter autoritário.

Voltando a atenção à Cepal, Celso Furtado, primeiro chefe da Divisão de Planejamento da instituição, coloca o desenvolvimento como mito, diante da estrutura desigual de todos os países, o autor é defensor da teoria do subdesenvolvimento e da dependência. A teoria da dependência difere dos pensamentos da Cepal dos primeiros anos, aquela critica além das relações entre as nações, a desigualdade das trocas e as relações entre o imperialismo e as classes dominantes locais, enquanto a Cepal, inicialmente, criticava apenas as relações entre as nações.

O *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser a condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se transforma em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

Até a década de 50, as ideias do pensamento acadêmico brasileiro e dos organismos governamentais pregavam que crescimento era o aumento da produção em um setor especializado, enquanto desenvolvimento se referiria as repercussões de um aumento da produção sobre o conjunto da economia, ou seja, em todos os outros setores. Celso Furtado acrescenta um elemento a este pensamento, ele coloca que os preços nos mercados internacionais podem anular os efeitos do aumento da produtividade. Essa desigualdade de relações comerciais vai então impedir a acumulação. (FURTADO, 1976, p.76).

Celso Furtado trouxe essa concepção de que desenvolvimento, tal como era concebido naquele momento histórico, não passava de um mito, a ideia de que o desenvolvimento *econômico* pudesse ser universalizado, incluindo os países periféricos, prometia um futuro que não se realizaria efetivamente. Nesse sentido, as economias periféricas jamais chegariam ao desenvolvimento tal qual vivenciado pelas economias do centro do sistema capitalista. O conceito de subdesenvolvimento está ligado à situação dos países periféricos que não conseguiram obter os mesmos resultados dos países centrais no que tange a questão do acúmulo de capital.

Cândido (1999) coloca que a partir deste momento, a Teoria da Dependência ganha força. Esta teoria pode ser considerada tanto uma continuidade das ideias da Cepal, como uma ruptura com este pensamento. Cardoso e Falleto (1978) colocam que as ideias e análises da Cepal desconsideravam o processo social, as relações imperialistas entre os países e as desigualdades entre as classes. Os autores afirmavam que faltava uma análise das relações de exploração internacional, no quadro do colonialismo e do imperialismo (CARDOSO, FALLETO, 1978, p.29). Para os autores, as economias de países periféricos dependem de fatores estruturais e do processo histórico de transformação.

Segundo Cândido (1999), a teoria da dependência analisa a economia, passando por uma visão social, percebendo as nuances políticas nas relações econômicas de produção. Portanto seria uma economia política e, antes de tudo, uma relação social (CÂNDIDO, 1999, p.15).

Cardoso e Falleto afirmam que o sistema de dominação se interioriza e as relações são reproduzidas pelas classes internamente no país. Portanto, a dependência estrutural não ocorre somente por fatores externos ao país, mas internos também, visto que essas relações são interiorizadas e reproduzidas pelas sociedades destes países. Outro ponto importante é com relação à filiação teórica de sua teoria, Cardoso afirma que a Teoria da Dependência só tem sentido no campo da teoria marxista do capitalismo, pois a dependência só pode ser pensada a partir de conceitos tais como mais valia, acumulação, expropriação, entre outros.

Cândido (1999) apresenta em seu trabalho, os três períodos na história moderna do desenvolvimento no Brasil apontados pelo sociólogo Herbert de Souza (1977), são eles: 1) início do século XX até a segunda guerra – desenvolvimento econômico, chamado de agrário exportador, onde o Estado regula e administra as exportações de algumas matérias primas e da importação de produtos industrializados; 2) de 1950 a 1964, o Estado faz a tentativa de substituição das importações por produtos nacionais; 3) Nos anos de 1970, o Estado intervém em várias frentes: infraestrutura para produção agrícola, ocorre a modernização tecnocrática do Estado, assume, inclusive, o papel de modernizador da agricultura.

Cândido aponta que o desenvolvimento no Brasil acabou não apresentando o mesmo comportamento dos países centrais e um dos principais pontos que caracteriza tal feito é a presença do Estado nas atividades econômicas.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

No Brasil, as políticas da década de 90 apresentavam uma tendência descentralizadora. Ainda na década de 80, o país já vivenciava algumas mudanças (as eleições diretas para governador em 1982 e a eleição direta para presidente reestabelecida em 1989) as quais sinalizavam o rumo de redemocratização que o país iniciava.

Com a consolidação da descentralização do poder decisório em favor dos demais níveis de governo instituídos em princípios percebidos na Constituição Federal de 1988, o Governo Estadual e os Municípios passaram a ser detentores de maior autonomia político-administrativa e social para/com os seus cidadãos.

A partir da década de 90,

a exceção da área de previdência, nas demais áreas da política social, - educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular -, estão sendo implantados programas de descentralização que vêm transferindo paulatinamente um conjunto significativo de atribuições de gestão aos níveis estadual e municipal de governo (ARRETCHE, 2000).

Essa descentralização das políticas sociais e a diversidade das regiões brasileiras estimularam, novamente, estudos a respeito do desenvolvimento do país, porém, a partir de uma nova perspectiva, a perspectiva do desenvolvimento local,

o qual consiste em um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população de pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2008, p. 25).

Vale ressaltar que estudos sobre o desenvolvimento local/regional são realizados ao redor do mundo desde a década de 1960, conforme demonstrado a seguir. O desenvolvimento local comporta as dimensões em que se exerce a cidadania (OLIVEIRA, 2001, p.13) e deve mobilizar e explorar as potencialidades

locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2008, p.25).

Como o leitor já deve ter percebido anteriormente, o conceito de desenvolvimento, os avanços sobre o tema e as discussões que se criam ao redor, normalmente, acompanham alguma situação ou mudança político-econômica ou social. Do mesmo modo, as discussões acerca do desenvolvimento local se fizeram presentes na agenda política brasileira. De acordo com o IPEA, as disparidades sociais observadas no país têm forte repercussão regional, refletindo não só uma concentração espacial de atividades econômicas, como, também, de postos de trabalho. Segundo dados das contas regionais do IBGE, em 2007, a unidade federativa mais rica representava, em termos de PIB per capita, quase oito vezes o valor do Estado mais pobre (IPEA, 2010).

Brava (2002) coloca que é evidente que o tema de desenvolvimento local foi colocado na agenda político-econômico-social e cultural vide o fracasso das abordagens macroestruturais objetivando romper com a desigualdade. E, também foi neste sentido, que os municípios brasileiros passaram a ser detentores de maior autonomia para a resolução de questões internas (ULTRAMARI, DUARTE, 2009, p. 21).

Para explicar o crescimento diferencial que algumas regiões apresentam quando comparadas a outras, Perroux, em 1967, e Boudeville, em 1973, apresentaram a Teoria dos Polos de crescimento. Tal teoria tem, como ponto central, a indústria motriz (FERREIRA, LEOPOLDI, AMARAL, 2013, p.340), a qual tem o poder de disseminar o progresso técnico no espaço e gerar novas tecnologias, empregar mão de obra especializada e melhor remunerada, além de gerar produtos com maior valor agregado (SOUZA, 2009, apud FERREIRA, LEOPOLDI, AMARAL, 2013, p. 340).

Ferreira, Leopoldi e Amaral (2013) ao citarem Perroux, explicam que o autor afirma que este crescimento pode ser induzido pela ação deliberada do planejamento econômico estatal, podendo, inclusive, direcionar investimentos produtivos para promover mudanças estruturais na economia de uma região (idem, 2014, p. 341), o que pode vir a estimular o desenvolvimento local.

Esta teoria foi fortemente criticada durante a década de 1970 no Brasil, Ferreira, Leopoldi e Amaral (2013) afirmam que tanto por motivos externos (turbulências econômicas internacionais, tais como aumento de juros, choque do petróleo, entre outros) como por motivos internos (inflação, crise fiscal, endividamento, entre outros). Os autores colocam que logo, os problemas regionais passaram a ser discutidos em escala local, com menor intervenção estatal, privilegiando políticas que pudessem desenvolver potencialidades locais. Essa nova abordagem, chamada de Desenvolvimento, Local Endógeno, tinha como um dos principais diferenciais, com relação a anterior, a incorporação de aspectos institucionais tanto formais, quanto informais, tais como conhecimento, capital social, cultural, entre outros. Outra peculiaridade do DLE se refere a este ser realizado de baixo para cima, partindo das potencialidades socioeconômicas do local (idem, 2013, 342), e não o contrário de cima para baixo.

2.3 A UNIVERSIDADE COMO PROMOTORA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

2.3.1 NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em uma variedade de estudos brasileiros que associam a universidade ao desenvolvimento, é apresentado, normalmente, um leque de relações que estas mantêm com o seu entorno local para provar sua participação naquela sociedade, Ferreira, Leopoldi e Amaral (2013) enunciam os seguintes: A universidade fornece capital humano local, a universidade contribui com as pesquisas da sociedade, ela tem capacidade local de resolução de problemas científicos e tecnológicos (inclusive no desenvolvimento de novas empresas) e a universidade se apresenta como um espaço de debate.

Já Ruben Fernandes (2008) ao iniciar a discussão sobre o tema, explana sobre como os modelos tradicionais de desenvolvimento regional oferecem pistas para a compreensão de algumas facetas do papel das universidades nos processos de desenvolvimento. O autor apresenta:

1) O modelo neoclássico, que coloca o progresso técnico como forma de crescimento, este modelo não atribui um papel explícito às universidades, todavia sugere que as condições de oferta da região poderão determinar se as atividades levadas a cabo numa universidade constituem um fator relevante na economia. Vale ressaltar que quando o mercado funciona bem, essa vantagem poderá ser replicada por outras regiões. Este modelo prevê a convergência econômica entre regiões, mesmo quando existe um distanciamento de rendimento entre elas, devido à mobilidade de bens e fatores;

2) As abordagens de polarização regional, as quais, segundo Fernandes (2008), mostram que as interações econômicas entre regiões podem aumentar as diferenças de rendimento entre as mesmas e sugerem que o tamanho da economia regional é um fator crucial para o desenvolvimento. Sugerem, também, que as infraestruturas associadas ao setor universitário e as suas despesas se concentrarão nos designados pólos de crescimento ou que as políticas dirigidas ao setor universitário conduzirão à concentração de atividades nestes pólos, porém, novamente, não se atribui um papel explícito às universidades;

3) Os modelos de crescimento endógeno, os quais emergem nos anos 80, e apresentam o conhecimento como força motriz do desenvolvimento econômico. Logo, as universidades assumem-se como atores críticos e chave nos quais o processo de desenvolvimento deve assentar-se;

4) O modelo linear do processo de inovação (invenção – inovação – difusão), o qual toma a inovação como um processo cumulativo e *path-dependent* que envolve interdependências entre grupos de agentes e instituições. Fernandes (2008) aponta que essa abordagem possui uma forte dimensão territorial associada à concentração de recursos e atores de inovação, podendo emergir externalidades de proximidade. Neste modelo, as universidades se tornam atores chave na formação de distritos tecnológicos, pólos tecnológicos, sistemas de inovação ou meios inovadores, por seu papel na formação de uma força de trabalho adequada às necessidades locais e no apoio aos tecidos industriais e empresariais;

5) A teoria da base, a qual oferece uma visão dos efeitos de curto prazo que são gerados pelas atividades de produção de determinadas indústrias, principalmente

pelo potencial de exportação das suas indústrias e a despesa que estas realizam na economia interna. Fernandes (2008) aponta que no caso das universidades, esta teoria mostra que a despesa deste tipo de instituições gera efeitos multiplicadores nas economias regionais.

Destes modelos de desenvolvimento regional emergem diversas facetas do papel que é desempenhado pelas universidades no desenvolvimento das regiões onde se inserem (idem, 2008, p.11). Fernandes (2008) aponta que 1) a realização de atividades de investigação, a mobilização de financiamento público e privado, a construção de capacidades de investigação no capital humano, a atração de investigadores qualificados e o estabelecimento de parcerias com outras entidades sugerem que as universidades desempenham um papel crítico na geração de conhecimento. Para além, segundo Boucher et al., 2003, apud Fernandes (2008), as universidades contribuem 2) para a difusão do conhecimento através da emissão de patentes ou co-modificação do conhecimento através dos direitos de propriedade intelectual. Por último, 3) Fernandes (2008) afirma que os modelos sugerem que as universidades podem criar as condições necessárias para a transferência tecnológica, principalmente através dos sistemas de inovação.

Como já apresentado acima, inúmeras são as facetas do papel hoje assumido pelas universidades (FERNANDES, 2008). Goebel e Miura (2000) apontam que as universidades são promotoras de desenvolvimento tanto na preparação de recursos humanos para abastecimento do país, como enquanto dinamizadoras de economias locais e regionais onde estão instaladas. Neste mesmo sentido, Oliveira Junior (2014) afirma que estas instituições são multi-escalares, pois

possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam localmente e regionalmente e se conectam globalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo da economia que repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais. A curto e médio prazo expressam claramente o aporte de recursos do Governo Federal, que contribuí para o surgimento de várias outras atividades; e a médio e a longo prazo, as universidades contribuem com a qualificação de mão-de-obra, promovendo o desenvolvimento e a oferta de serviços qualificados, que seriam difíceis de dinamizar a nível local sem o ensino superior. (OLIVEIRA JUNIOR, 2014, p.2).

Ruben Fernandes (2008) coloca que as universidades desempenham um papel expressivo na configuração do capital humano (tendo a educação como

processo formal de aprendizagem), na produção do conhecimento (geração e aplicação de novos conhecimentos), enquanto entidades empreendedoras (na sinergia entre universidade e tecidos empresariais e industriais) e enquanto atores institucionais em redes (pelos agentes que cooperam e partilham conhecimento).

2.3.2 NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por estar vinculada ao setor produtivo e por dispor de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com seu papel, a universidade possui elementos essenciais para a promoção de desenvolvimento local. Resumidamente, a instalação de uma universidade em cidades pequenas e médias pode representar uma retomada no desenvolvimento e no crescimento social, político e econômico dos municípios (FERREIRA, LEOPOLDI e AMARAL, 2013, p. 340),

influenciando no aumento da oferta de emprego e renda, devido ao montante elevado de recursos públicos destinados aos custos de implantação, que envolvem principalmente infra-estrutura.(OLIVEIRA JUNIOR, 2014, p.6).

Neste mesmo sentido, Goebel e Miura (2004) afirmam que nas cidades de pequeno e médio porte, como, por exemplo, Pelotas, a maior parte de circulação de recursos financeiros oriundos de pagamentos de salários de funcionários e professores, agregados à necessidade de obras, equipamentos e despesas de custeio e manutenção das Instituições de Ensino Superior (IES), são de grande importância para o meio socioeconômico onde os campi universitários se localizam.

As universidades são, hoje, instituições urbanas “envolvidas” e com “objetivos urbanos” (FERNANDES, 2008, p.18). Fernandes afirma, ao beber de estudos de Glasson (2003), Bromley, (2006), Coffey e Dierwechter (2005), Drucker e Goldenstein (2007) e Bunnell e Lawson (2006) que as universidades provocam, efeitos na paisagem urbana, designadamente no ambiente edificado e nos usos do solo (desenvolvimento imobiliário); contribuem para o fortalecimento das “imagens locais” e para a vitalidade das cidades (atraindo funcionários, estudantes e outros agentes, atuando com parcerias público-privadas e criando estratégias de marketing); promovem a regeneração das áreas urbanas onde se inserem;

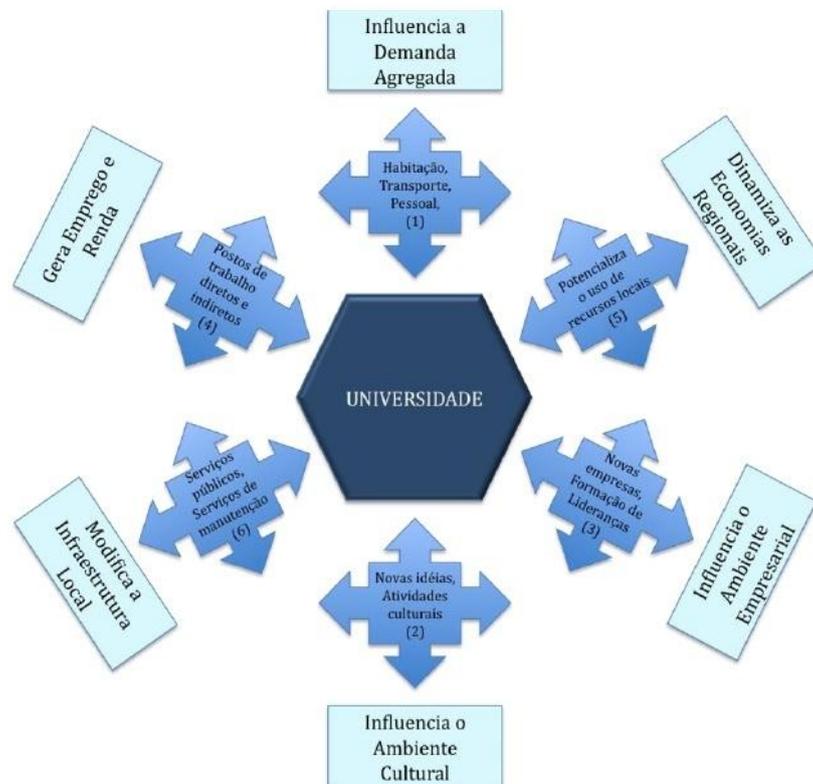
estimulam a qualificação social, cultural e desportiva da cidade (atração de agentes qualificados, criativos ou mistura étnica de estudantes que criam dinâmicas particulares no que toca à vida social e organizativa da cidade e geram a oferta de novas atividades locais); contribuem para o *empowerment* e capacitação das comunidades locais (parcerias com as comunidades, prestação de serviços realização de atividades de extensão, educação comunitária), ou seja, como *stakeholders* locais.

Segundo o autor, as universidades impactam no desenvolvimento como: 1) líderes institucionais, através da sua capacidade de compromisso e liderança, com capacidade de juntar diversos atores em parcerias, mobilizar os recursos necessários à concretização das estratégias de desenvolvimento, alinhar as estratégias universitárias à agenda de desenvolvimento local e gerir as relações com as comunidades locais; 2) promotoras de atividades de extensão, as quais envolvem os estudantes na resolução de problemas reais e no planeamento local; 3) parceiras locais privilegiadas, estabelecimento de parcerias público-privadas e negociação com parceiros locais.

Mais detalhadamente, Hoff, Martin e Sopena (2011) apontam que a universidade pode contribuir com o desenvolvimento local nos seguintes aspectos:

- a) demanda pessoal e movimenta recursos financeiros por meio de salários de professores e servidores técnicos, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos, principalmente os vindos de outras cidades;
- b) propicia o desenvolvimento regional endógeno, a partir do contato com a comunidade, construindo e socializando conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão e influenciando a eficiência da estrutura espacial da economia regional;
- c) gera necessidade de modificação da infraestrutura local relacionada a habitação, transporte, lazer, serviços públicos, entre outros tipos de serviços demandados pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a universidade;
- d) no seu entorno tendem a instar-se outras universidades e estabelecimentos de conveniência (empresas de fotocópia, livrarias, papelarias, lanchonetes, etc.);
- e) propicia o surgimento de um ambiente de inovação, através da disponibilização de suporte científico e tecnológico;
- f) proporciona um aumento da produtividade, através do desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos que intervêm no processo produtivo (Wiltgen, 1991 e Silva, 2001 apud Hoff, Martin e Sopena, 2011, p.163-164).

Figura 04 - Impactos Diretos e Indiretos esperados de uma universidade no desenvolvimento regional¹¹



Fonte: San Martin e Hoff (2011)

¹¹ Legenda:

(1) Amplia ou cria demanda através de: Investimentos; Despesas de custeio; Obras e equipamentos; Mão-de-obra; Habitação; Transporte; Lazer; Serviços públicos; Serviços de conveniência (fotocópias, livrarias, papelarias, lanchonetes).

(2) Forma cidadãos; Dissemina novas idéias; Sensibiliza para idéias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas; Sensibiliza para idéias vinculadas ao desenvolvimento; Propicia contato com atividades culturais diversas.

(3) Gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente; Inclusão de P&D nas organizações; Qualificação dos recursos humanos; Aumento da produtividade dos fatores de Produção; Formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais; surgimento de novos empreendimentos; Surgimento de ambiente de inovação; Disponibilização de suporte científico e tecnológico;

(4) Cria postos de trabalho diretos; Cria postos de trabalho indiretos (contratação de terceiros e ampliação da demanda agregada); Distribui bolsas de estudo diretas; Viabiliza bolsas de estudo indiretas.

(5) Gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos; Colabora na potencialização de recursos locais; Colabora na melhor alocação das atividades produtivas no território; Colabora na qualificação das políticas públicas; Colabora no acesso a recursos externos à região; Propicia desenvolvimento e transferência de capital intelectual.

(6) A ampliação de demanda pressiona a modificação da estrutura em Educação; Habitação; Transporte; Lazer; Comércio; Serviços públicos; Serviços de manutenção; Serviços de conveniência.

Com relação à avaliação destes impactos, Fernandes (2008) aponta que apesar de remontar aos anos 70, o interesse acadêmico e político desta natureza aumentou nos últimos 20 anos. Nos estados Unidos, por exemplo, o declínio das finanças locais levou à redefinição das relações entre os governos e universidades (idem, 2008, p. 21). Já, no Brasil, segundo Righi e Ruppenthal (2013) é nos últimos cinco anos, especialmente depois da implementação das políticas de educação superior implementadas nas universidades federais, que estas têm sido alvo de diversas análises que buscam identificar sua contribuição ao desenvolvimento local. Em geral esta análise é realizada a partir de duas percepções: 1) o impacto da universidade como geradora de conhecimentos, cujos efeitos se materializam em médio e longo prazo e 2) a universidade como um agente econômico, proprietária de um orçamento e executora de despesas.

Os impactos gerados pela implantação de uma universidade em uma região ocorrem nas áreas: demográfica, política, econômica, de infraestrutura, cultural, educacional, de atração de investimentos e de aspectos sociais (RIGHI, RUPPENTHALI, 2013, p. 2). Neste sentido, a implantação de universidades em cidades pequenas e médias causa um conjunto de efeitos, que possam vir a dinamizar ou não o crescimento de seus lugares (OLIVEIRA JUNIOR, 2014, p.3).

Rubens Fernandes (2008) apresenta algumas abordagens metodológicas que tornam possível a avaliação do impacto das universidades no desenvolvimento local, a saber:

- Estudos que se insiram na teoria de base, focando-se na quantificação dos efeitos diretos, indiretos e induzidos da despesa e do investimento das universidades. O método mais utilizado, neste caso, é o Método dos Multiplicadores, outros métodos foram adaptados posteriormente, tais como os Modelos Input-Output. Segundo Fernandes (2008), estes métodos apresentam limitações, pois consideram um espectro estreito de influencias das universidades no desenvolvimento regional e local e realizam hipóteses específicas que variam de estudos para estudo. Impactos do capital humano e padrões de migração regional são extensões desta abordagem;

- Estudos motivados pelos modelos de crescimento endógeno, os quais usam funções de produção de conhecimento para a avaliação de impactos econômicos, no entanto, Fernandes (2008) aponta que estes estudos apresentam dificuldades consideráveis no que toca à especificação teórica das relações empíricas que se procuram analisar;
- Abordagens “quase-experimentais”, nas quais os investigadores manipulam deliberadamente as condições que determinam essas relações, selecionando a população amostral, a escala temporal e controlam a influencia de fatores.

Para atingir os objetivos já enunciados nesta dissertação, realizou-se a pesquisa de acordo com os estudos de Rigui e Ruppenthali, os quais dividem os impactos gerados pelas universidades em seis itens, a saber: demográfica, política, econômica, de infraestrutura, cultural, educacional, de atração de investimentos e de aspectos sociais.

CAPÍTULO 3 - UNIVERSIDADE NO BRASIL

Neste capítulo, é realizado um breve histórico sobre as origens da universidade no Brasil desde a colonização portuguesa até a década 1990. Em seguida são apresentadas as políticas desenvolvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luis Inácio Lula da Silva. Observou-se, uma significativa diferença entre os dois governos no que diz respeito ao trato e às políticas das IES públicas, no entanto, com relação às IES privadas, nota-se uma continuidade de práticas governamentais.

3.1 UMA BREVE EXPLANAÇÃO DAS ORIGENS À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Apesar da criação da universidade na sociedade ocidental remontar aos tempos da Idade Média (séc. XI), historicamente, Carvalho (2004, p.21-22) evidencia que a colonização portuguesa não foi favorável ao desenvolvimento deste aspecto no País. O autor apresenta como a educação popular se constituiu no Brasil: Inicialmente sendo tarefa dos jesuítas, os mesmos destruíam a cultura indígena presente no país e empunhavam o catolicismo (cursos superiores de Filosofia e Teologia eram oferecidos), além de que as escolas jesuítas eram muito poucas com relação ao tamanho da colônia. Com a expulsão destes em 1759, a educação popular ficou nas mãos do governo. A falta de escolas era presente no país e os senhores feudais não tinham o menor interesse em educar seus escravos, e, por razão de patriarcalismo, as mulheres eram restritas a tarefas domésticas, no máximo as brancas podiam aprender a tocar piano e cantar. O resultado de toda essa despreocupação foi que meio século após a independência (1872), 16% da população era alfabetizada e, em 1920, o censo registava 24% de alfabetizados.

José Murilo de Carvalho (2004) aponta, ainda, que no âmbito da educação superior, no período colonial, ela se limitava a quem podia estudar na metrópole (Universidade de Coimbra), o que resultou em 1.242 brasileiros formados na universidade. Em contrapartida, inúmeras foram as tentativas de criação de uma universidade até que se conseguisse o funcionamento de algumas escolas

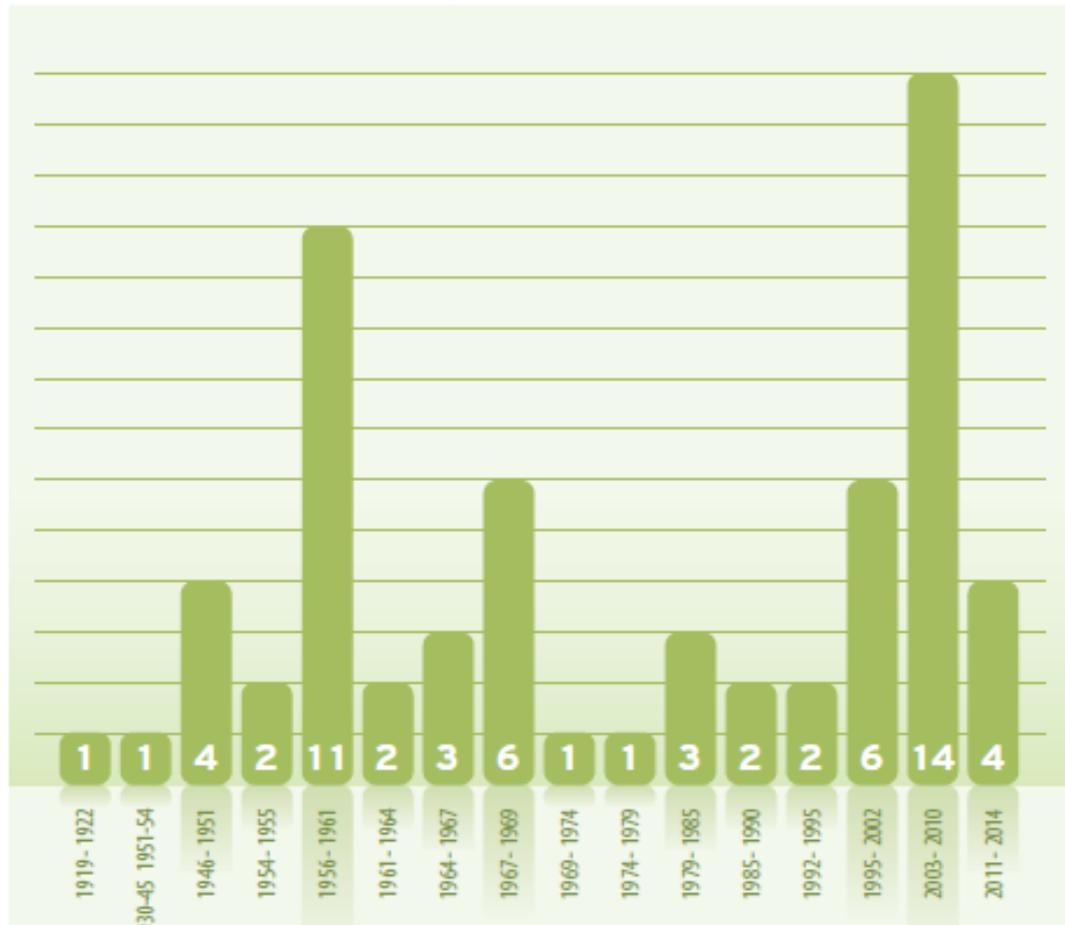
superiores de caráter profissionalizante na colônia. Segundo Favero (2006, p.20) tais tentativas falhas demonstram o interesse de controle cultural e político por parte da Metrópole e a visão de parte dos brasileiros que não encontravam justificativa para a criação de uma universidade na Colônia, considerando adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores.

José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, aponta para uma particularidade de Portugal em contraste com a Espanha, no que tange à questão das universidades, o autor relata que enquanto Portugal não permitia a criação de universidades em sua colônia, ao final do período colonial, a parte espanhola da América já contava com pelo menos 23 universidades, três delas no México e os formados totalizavam um número em torno de 150 mil pessoas.

Só a unidade do México formou 39.367 estudantes, enquanto na parte portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Caso os brasileiros aspirassem formação na educação superior deveriam estudar em Portugal, especialmente em Coimbra.

Favero (2006, p.20) evidencia que até 1808, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado (curso médico de cirurgia na Bahia, 1808, Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica), além de cursos de engenharia (academia militar) até 1830, o Brasil tinha apenas quatro escolas superiores. Apesar de outras tentativas de criação de universidades, inclusive uma apresentada pelo próprio imperador, em 1889 (uma proposta de criação de duas universidades, uma no sul e outra no norte do país), as primeiras universidades foram criadas, somente, no século XX. O gráfico a seguir demonstra uma linha do tempo da criação das universidades federais.

Gráfico 01 – Criação das Universidades Federais



Fonte: MEC, 2012.

Com a proclamação da República, as discussões sobre as universidades se tornam mais presentes na realidade brasileira, ocorre a “desoficialização” do ensino, ou seja, o ensino livre é aprovado, oportunizando o surgimento de universidades estaduais. Assim, nasceram, as instituições livres de Manaus (1909), de São Paulo (1911) e do Paraná (1912).

Figueiredo (2005) evidencia que em decorrência da urbanização e industrialização, somente na Era Vargas surge, pela primeira vez, “uma ação planejada visando à organização nacional da educação”. Neste período, “os decretos de Francisco Campos apontam uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade.” (ARANHA, 1996, p. 201).

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p.17) salientam que os debates políticos dos anos de 1930 e o movimento que resultou na Revolução de 1930 apresentavam caráter de urgência à discussão sobre as questões educacionais. Modernizantes e reacionários valorizavam o papel que a educação deveria cumprir. Foi neste sentido que em 1930 criou-se o Ministério da Educação e Saúde e o Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.852/31) e em 1931, ocorreu a promulgação do Estatuto nº19.851/31 das Universidades Brasileiras, visto que algumas já existiam, como a Universidade do Rio de Janeiro (primeira a ser criada).

As iniciativas com relação à educação superior nos anos 30 eram marcadas por características de centralização e rigidez,

o que pode ser exemplificado pelo Decreto 19.852, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro e possuía trezentos e vinte e oito artigos que tudo regulamentavam: a escolha do reitor, dos diretores, dos membros do conselho técnico-consultivo [...] e assim por diante (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2004, p.19),

reflexo da política autoritária adotada desde o início do Governo Provisório, porém, conforme esboça Favero (2006) posições contrastantes podem ser observadas, tais como a criação das Universidades de São Paulo – USP (1934) e do Distrito Federal – UDF (1935, foi dissolvida durante o Estado Novo e incorporada pela Universidade do Brasil).

De acordo com Shiroma, Moraes, Evangelista (2004, p.26), nos primeiros anos do Estado Novo, por força do fechamento político e suspensão dos direitos civis, o debate educacional foi caracterizado por reduzida circulação de ideias. Segundo Figueiredo (2005), já com o fim do Estado Novo e a retomada do Estado de direito, a Constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país, o que, segundo Favero (2006, p. 27), caracterizou-se pelo caráter liberal de seus enunciados. Porém na organização educacional, não foram sentidas mudanças e a antiga ordem foi mantida

onde a estrutura do ensino médio dividida entre o ensino propedêutico (para as elites) e o ensino profissional (para a classe trabalhadora), de maneira discriminatória já definia quem seria conduzido ao ensino superior (FIGUEIREDO, 2005).

Figueiredo (2005) afirma que o período entre 1950-1954, com o início do segundo governo Vargas, com a industrialização, com o crescimento econômico e

devido à falta de trabalhadores qualificados, apresentou algumas medidas, ampliadas, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB – 1961), que foram adotadas para que fosse possível a progressão no sistema educacional, o que fez aumentar o ensino médio e, conseqüentemente, a demanda pelo ensino superior.

Este aumento da demanda pelo ensino superior foi extremamente positivo para o país, visto que pressionou a União a pautá-lo em sua agenda política, ampliando-o gratuitamente e criando algumas universidades federais existentes até hoje. De acordo com Cunha (2000, p.171), tal demanda foi respondida pelo Governo Federal de três maneiras: criação de novas faculdades onde não havia ou onde só existiam instituições privadas; gratuidade dos cursos das instituições federais de ensino superior, mesmo a legislação prevendo a cobrança de taxas e; a “federalização” das faculdades estaduais e privadas, reunindo-as, posteriormente, em universidades custeadas e controladas pelo Ministério da Educação.

Neste período, também foram criadas as agências governamentais: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES, em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741 e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, o qual formula e conduz as políticas de ciência, tecnologia e inovação.

Apesar de não modificar a estrutura da organização educacional, a Carta de 1946 defendia a liberdade e a educação dos brasileiros e foi dentro deste espírito que o então Ministro da Educação, Clemente Mariano, nomeou uma comissão de especialistas para estudar e propor uma reforma geral da educação nacional (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2004, p.29). Tal reforma foi enviada ao Congresso Nacional e, após intensos debates (mais de treze anos), resultou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, “com a vitória das forças conservadoras e privatistas e sérios prejuízos quanto à distribuição de recursos públicos e ampliação das oportunidades educacionais” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2004, p.29).

Tal cenário fez desencadear uma “Campanha em Defesa da Escola Pública” (FIGUEIREDO, 2005, p.3), movimentos de educação popular eclodiam, sindicatos

de trabalhadores urbanos e rurais, ligas camponesas e Estudantes fortaleciam a União Nacional dos Estudantes - UNE (criada em 1937, na casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro). Porém, com o golpe militar de 1964, todas estas iniciativas foram desativadas.

O regime militar abafou sem hesitação quaisquer obstáculos que no âmbito da sociedade civil pudessem perturbar o processo de adaptação econômica e política que se impunha ao país. Um poder Executivo hipertrofiado e repressor controlava os sindicatos, os meios de comunicação, a universidade (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2004, p.32).

Extremamente ligada ao modelo econômico e à ideia desenvolvimentista, a educação do período militar objetivava atender aos interesses econômicos vigentes e buscava o desenvolvimento econômico do país. Vale ressaltar que o planejamento educacional, neste período, foi exercido por economicistas.

Fávero (2006, p.30) aponta que durante a ditadura militar, foram adotadas três grandes medidas com relação à educação: o plano de assistência técnica estrangeira, o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968), todas elas precedidas pelos acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e *United States Agency for International Development*). Tais medidas consistiam no apoio técnico e financeiro recebido pelo Brasil e, em contrapartida, o país atrelaria o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesses norte-americanos.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p.34) colocam que, ainda neste regime autoritário, uma série de leis e decretos-leis foram implementados objetivando assegurar uma política educacional que garantisse o controle político e ideológico sobre a educação escolar em todos os níveis. Ocorreu, também, a extinção da UNE, as organizações estudantis políticas fora da Universidade foram proibidas, pois eram vistas como subversivas; as disciplinas de Filosofia, Sociologia e Psicologia foram afastadas, enquanto que, outras disciplinas tidas como profissionalizantes foram introduzidas.

Na década de 1980 com a decadência do governo militar brasileiro, assim como outros regimes militares latino-americanos, a economia desestimulada e uma inflação crônica, iniciou-se uma nova movimentação política no país, o momento da

“pró-democracia”. O fim oficial do regime militar data de 1985, com a presidência assumida por José Sarney, “as facetas do conservadorismo civilizado foram mantidas” (SHIROMA, MORAES E EVANGELISTA, 2004, p.44). No que concerne à educação, esse período manteve o modelo herdado do regime militar, notadamente no que se refere ao financiamento (SHIROMA, MORAES E EVANGELISTA, 2004, p.45).

Em 1988, finalmente, temos um novo regime democrático-constitucional, surge a Constituição Federal mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã (CARVALHO, 2007, p. 199), a expressão “cidadania” tornou-se extremamente divulgada. Carvalho apresenta alguns direitos adquiridos na Carta de 1988: Expansão dos direitos políticos, universalidade do voto, facultativo a analfabetos, direito de voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos, registro provisório de partido com apenas 30 pessoas, podendo concorrer a eleições e ter acesso gratuito à televisão e sem fidelidade partidária. No campo dos direitos sociais, salário mínimo para aposentadorias, pensões para deficientes físicos e maiores de 65 anos, a previdência firmou um número mínimo de anos de contribuição e idade mínima para a aposentadoria, trabalhadores rurais passaram a ter direito a piso de aposentadoria igual ao salário mínimo e a universalização da saúde. Todavia, passada a primeira impressão, as políticas da década de 1990 representavam uma verdadeira contrarrevolução nas esferas social, política e ideológica. Apresentando tendências descentralizadoras, as políticas sociais ou de bem-estar passaram por um desmantelamento. No âmbito educacional, já a partir da Constituição Federal de 1988, pôde-se perceber a repartição constitucional de competência e encargos apontando tal descentralização (RANIERI, 2000, p.89). No plano dos encargos é enfatizada a cooperação entre os órgãos federados para o oferecimento da educação fundamental, discriminando-se ainda áreas específicas de atuação. Já em relação ao nível superior, há prevalência da atuação da União tanto no plano dos encargos como no das competências (RANIERI, 2000, p.89).

Apesar de a educação superior, estar diretamente ligada à ideia de desenvolvimento econômico e integração do país na economia mundial (SILVEIRA, 2012) e ter permanecido como uma competência do Governo Federal, pode-se

observar a desregulamentação, a flexibilização, o estado mínimo e outros pontos marcadamente neoliberais.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO FHC (1995 - 2002)

Passado o período da Ditadura Militar (1964-85), marcado por um governo centralizador e um Estado unificado, unitário, e frente ao esgotamento dos efeitos do milagre econômico brasileiro (CORBUCCI, 2004, p. 678), todo o espectro das políticas aplicadas no Brasil, na década de 1990, estavam sob a influência da Agenda neoliberal. O neoliberalismo, neste cenário, surge reificando ideais liberais, sustentando um discurso de modernização e manifestando seus resultados, dentre outras formas, por meio de mecanismos de incentivo e financiamento do ensino superior.

Conforme Borges e Aquino (2012, p.119), apesar de suas orientações proclamarem a liberdade econômica, a política liberal limita a liberdade política das massas, deixando as decisões a cargo da burguesia, que usufrui da liberdade concedida pelo Estado. Logo, “o neoliberalismo coloca o Estado menos proprietário e interventor na economia e na previdência social, mas não é, necessariamente, por isso, um Estado fraco” (BORGES; AQUINO, 2012, p. 120).

Durante o governo FHC foi possível observar o neoliberalismo ou o estilo social de economia mista e seus reflexos sobre a educação. Um dos principais atores na implementação de tal cartilha nas políticas públicas educacionais foi o Banco Mundial. Este organismo intervém nas políticas educacionais desde a década de 1980, articulando educação e produção do conhecimento através do binômio privatização x mercantilização da educação (STAUFFER, 2004, p.5).

O banco mundial é um dos principais organismos multilaterais internacionais de financiamento do desenvolvimento social e econômico (MICHELOTTO, COELHO, ZAINKO, 2006, p.184). Todavia, o Banco Mundial ao auxiliar a política externa americana, financia ou vende projetos que estejam de acordo com suas determinações e, como qualquer outro banco, lucra com os pagamentos dos

empréstimos concedidos. Neste ponto, uma multiplicidade de autores critica fortemente o posicionamento do banco com relação aos projetos, ressaltando que

este financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente (SOARES, 2003, p.17).

Nos anos 1990, o Banco Mundial, o qual condiciona a aprovação de projetos de acordo com o alinhamento com sua ideologia de instituição, passou a exercer influência efetiva na política educacional (CARVALHO, 2011, p.3). Segundo Cunha (2005, p.48),

o fracasso dos Planos Econômicos (da década de 80) fez com que a América Latina cedesse às pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, adotando as medidas da cartilha que ficou conhecida como neoliberal, diante das receitas prescritas no Consenso de Washington (1989). A nova concepção de desenvolvimento econômico pregou a abertura dos mercados à competição internacional, o rigor orçamentário, a redução do papel do Estado e uma ênfase especial às desigualdades sociais. Entretanto, esta última não passou da condição de intenção registrada no papel, pois a vigorosa redução do Estado cassou medidas de bem-estar que procuravam corrigir distorções sociais (CUNHA, 2005, p.48).

Patrícia Cunha (2005, p.38) salienta, ainda, que a estreita ligação entre o Agente financiador, Banco Mundial e o Estado justifica-se não apenas com base nas dificuldades explícitas do Estado em superar o atraso educacional no Brasil e na América Latina, mas porque a educação é um dos elementos mais importantes de um estilo de desenvolvimento. Os projetos nacionais apoiam-se em projetos educacionais.

Logo, novos conceitos passaram a fazer parte da educação superior: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização (CARVALHO, 2011, p.3). As políticas educacionais do governo FHC sustentam-se em três eixos centrais: autonomia, avaliação e financiamento.

1. Autonomia

A autonomia proposta nas políticas educacionais da década de 1990 baseava-se basicamente na diversificação do sistema por meio de políticas de expansão do

ensino superior e em diretrizes explícitas no documento “*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” (1995), do Banco Mundial, a saber: 1) deve haver estímulos à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, a fim de permitir alterações e arranjos jurídico-institucionais para que se propicie a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada e 2) deve-se propiciar a diversificação do ensino superior por meio do incremento à expansão do número de instituições não-universitárias.

Tais diretrizes tiveram impacto bastante visível nos Dados do Censo da educação Superior, os quais demonstram parte do processo de privatização e expansão das instituições de ensino superior privadas: No ano de 1994, as instituições de educação superior somavam 851, sendo 218 IES públicas e 633 IES privadas, já no ano de 2002, estes números passam a ser, 1.637, 195, 1.442 respectivamente. Observa-se uma diminuição das IES públicas de 10,56% e um aumento das IES privadas de 127,80%. Já referente aos ingressos, enquanto no ano de 1994, 349.790 estudantes ingressaram nas universidades públicas, em 2002, este número foi reduzido a 320.354 alunos. Em contrapartida, o ingresso nas IES privadas, no ano de 1994 foi de 463.118 alunos, e, posteriormente, em 2002, o número representava 1.090.854¹² estudantes matriculados.

O que se verifica, portanto, não é outra coisa senão a distribuição da educação, prioritariamente no nível do ensino superior, direcionada à iniciativa privada, para a ampliação do capital através do lucro, em detrimento da responsabilidade pública em relação ao financiamento da educação (MAGALHÃES, 2009, p32).

A análise de números como estes demonstra a influência de recomendações, por parte do Banco Mundial, na política educacional superior do país, onde algumas premissas tornaram-se parte da agenda política brasileira, a saber: expansão de matrículas, diferenciação de instituições, diversificação das fontes de financiamento, redefinição do papel do Estado na educação superior, prioridade aos objetivos da

12 Dados obtidos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Censo da Educação Superior.

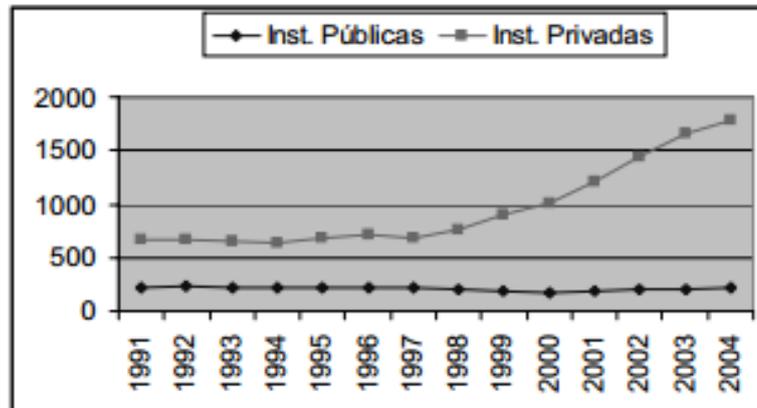
qualidade e da equidade, ao lado da educação básica (SILVEIRA, 2012).
Publicações como:

Ensino superior: as lições da experiência (1994), Financiamento e gestão da educação superior: um relatório da situação das reformas no mundo (1998), Educação superior nos países em desenvolvimento: perigos e promessas (2000) e Construir sociedades do conhecimento: novos desafios para (2003) educação terciária – manifestavam a preocupação marcante com a educação tecnológica de nível superior, incorporada ao discurso governamental, vista como um campo aberto à produção de inovações tecnológicas, bem como de novas possibilidades de comércio; além disso, destaca-se a importância da educação superior, em geral, para o desenvolvimento econômico, a integração na economia mundial e, sobretudo, a coesão social em torno das “estruturas de governança”(SILVEIRA, 2012).

Estes indicadores revelam o caráter utilitarista presente nas concepções do Banco Mundial para a educação, pois fragmentam e desarticulam a luta pela democratização da educação em todos os níveis, entendida como um direito social inalienável (DOURADO, 2002, p.6). Assim, o Banco Mundial passou a difundir uma nova orientação para a articulação entre educação e produção do conhecimento, por meio de uma lógica que combinava iniciativas de privatização com grande possibilidade de mercantilização.

Vale ressaltar, conforme Michelotto, Coelho, Zainko (2006, p.192) salientam, que a educação superior no Brasil passou por dois momentos distintos de expansão. Em um primeiro momento, no período da ditadura militar, de 1964 a 1980, no qual o número de matrículas aumentou quase dez vezes. A segunda expansão foi percebida, conforme já apresentado, a partir de 1995 a 2004, com o crescimento da rede privada em 151,6%.

Gráfico 02 – Crescimento das Instituições de Ensino Superior no Brasil – 1991/2004



Fonte: Michelotto, Coelho, Zainko, 2006, p.192.

É importante lembrar que o processo de privatização das universidades ocorreu pela flexibilização na legislação, a qual impulsionou a liberalização de serviços no interior das instituições públicas (LEHER, 2001) e pelo incentivo governamental para a ampliação do setor privado (CUNHA, 1999; TRINDADE, 1999), e não pelo leilão das instituições públicas de ensino (SANTOS, 2008).

Assim, a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi marcada pela reforma do Estado, a qual redireciona as políticas públicas em sintonia com os organismos internacionais, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que expressa a óptica neoliberal e

reserva à educação superior um conjunto de princípios que indicam alterações para esse nível de ensino, balizado, de um lado, paradoxalmente, pelos processos ditos de descentralização e flexibilização presentes nessa legislação e, de outro lado, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos estandardizados (DOURADO, 2002).

A LDB estabeleceu, ainda, que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Plano Nacional de Educação (PNE), indicando diretrizes e metas para a Década da Educação (1996-2006) (DOURADO, 2002). Conforme Dourado (2002, p.10), o PNE aponta alguns indicativos que reforçam a política neoliberal: diversificação do sistema por meio de políticas de expansão da educação superior, a não-ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de

ensino mediante sistema de avaliação, ampliação do crédito educativo envolvendo recursos estaduais, ênfase no papel da educação à distância, além da quebra do modelo universitário baseado na tríade ensino-pesquisa-extensão e a diferenciação das IES que passam a ser assim classificadas: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Institutos Superiores ou Escolas Superiores (LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011) possibilitando o proliferação de diversas instituições privadas.

A LDB combinava a coexistência de instituições de ensino públicas e privadas. No entanto, a política, segundo Carvalho (2011, p.4) concretizou-se pelo sucateamento do segmento público, devido à redução do financiamento do governo federal e uma ampliação de instituições privadas, inclusive pela privatização interna de algumas universidades, via parcerias entre as universidades públicas e as fundações privadas.

Neste mesmo sentido, CARVALHO (2011, p.3) salienta que um projeto de autonomia foi apresentado, em 1995, pelo Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). O projeto propunha transformar o status jurídico das universidades públicas para organizações sociais, entidades públicas não estatais, fundações de direito privado ou sociedades civis sem fins lucrativos. Tal interação entre as organizações sociais e o Estado se daria por meio de um contrato de gestão, o qual apresentaria a descrição dos serviços prestados, as metas e os recursos transferidos do governo para a organização. O documento preconizava, ainda, a adoção de um modelo de administração gerencial para as instituições públicas.

O modelo de administração gerencial e a proposta da reforma gerencial foram defendidos especialmente por Bresser Pereira, e, um dos principais pontos da reforma era justamente o de manter o consumo coletivo e gratuito, porém transferindo a oferta dos serviços sociais e científicos para organizações sociais, ou seja, para provedores públicos não estatais que receberiam recursos do Estado e seriam controlados através de contratos de gestão (PEREIRA, 2010, p. 115).

A transformação das universidades federais em organizações sociais não ocorreu, segundo Carvalho (2011, p.6), por pressão exercida no poder Legislativo e

nas demais arenas decisórias, assim como uma recomendação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, (órgão que priorizava o ensino fundamental, por este ser considerado a maior taxa de retorno do investimento desse tipo de capital, cooperando com o processo de sucateamento das universidades públicas por falta de investimento) que sugeria a cobrança de mensalidades nas instituições públicas, com a justificativa de garantir maior eficiência e equidade no sistema.

2. Financiamento

Sobre o financiamento das políticas públicas de ensino superior, ressalta-se que para o país receber os financiamentos por parte do Banco Mundial, deveria se adequar a ideologia da instituição, conforme demonstrado no início do capítulo.

Ainda sobre o termo “financiamento”, cabe ressaltar que foi no governo FHC que o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES teve início e era fortemente recomendado pelo Banco Mundial. Direcionado para alunos de baixa renda, o programa de crédito financia a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas (MEC, 2011) e é regulamentado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

O FIES foi instituído em 1999, com o intuito de assegurar o preenchimento de partes das vagas ofertadas pelo setor privado (CORBUCCI, 2004, p.684). Substituindo o antigo crédito educativo, Corbucci (2004, p.684) salienta que o FIES foi desenhado para tornar-se autofinanciável, ao contrário do que vinha ocorrendo com o antecessor.

3. Avaliação

Outro ponto característico e crucial presente nas políticas educacionais do governo FHC consiste nas políticas de avaliação do ensino superior no país, as quais deveriam aferir a qualidade do ensino, mas que, segundo Dourado (2002, p. 244) buscam a padronização e a mensuração da produção acadêmica voltada,

prioritariamente, para as atividades de ensino. Logo, a avaliação seria um instrumento de controle – do individual (adaptação social) a formas de controle social (STAUFFER, 2004, p.7).

Institucionalizada pela Lei nº 9.131/95, o Exame Nacional de Cursos é realizado anualmente pelo MEC, através de agências avaliadoras, exteriores às instituições avaliadas e tem por objetivo medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos, podendo, a partir dos resultados, determinar a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão (STAUFFER, 2004, p.7).

Resumidamente, pode-se sinalizar que os governos Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) não conseguiram vencer a crise do Estado vivenciada pela sociedade brasileira (CUNHA, 2005, p.51), o governo FHC (1995-2003) permitiu a intervenção do Banco Mundial nas decisões educacionais do país e contou com o consentimento das elites brasileiras (idem, p. 53), realizando, assim, a considerada primeira geração de “reformas”, que contava com três eixos centrais e conjugados: autonomia, avaliação e financiamento. Da avaliação, entendida na óptica mercantil, segundo critério de eficiência, produtivista, com enfoque nos resultados, depende a distribuição de recursos às IES e, conseqüentemente, sua autonomia, conceito “ressemantizado” (LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011).

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA (2003 – 2010)

A intenção de escolarizar a população brasileira e, mais recentemente, de estender seus níveis de escolaridade esteve sempre relacionada à ideia – que goza de amplo consenso – de que a educação é indispensável à concretização do projeto de desenvolvimento (VALLE, MIZUKI, CASTRO, 2004). O Plano Nacional de Educação, instituído pela lei nº 10.172, reitera tal visão: “Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior” (PNE, 2001). Hoje, no entanto, cresce cada vez mais, a percepção de que a educação e, em particular, a educação superior, começa a se constituir num ponto de estrangulamento das chances de um vigoroso processo de desenvolvimento

nacional (NEVES, RAIZER, FACHINETTO, 2007). Os estudantes brasileiros, que aspiram ingressar em um curso superior disponibilizado por uma Instituição de Ensino Público, devem passar obrigatoriamente por um processo de seleção.

Inúmeras alterações foram incorporadas às políticas educacionais brasileiras, do nível superior, nas últimas duas décadas, observa-se a implementação de diferentes políticas públicas objetivando a expansão das Universidades Federais, maior equidade e ampliação do acesso à educação superior. A democratização do acesso à educação superior passa a ser tema central em uma multiplicidade de análises (CATANI, HEY, GILIOLI, 2006; CORBUCCI, 2004; NEVES, RAIZER, FACHINETTO, 2007; LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011), programas e iniciativas como PROUNI, REUNI, SISU e ENEM que são discutidos cotidianamente.

A partir do Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), deu-se o início oficial a Reforma da Educação Superior do governo Lula da Silva.

Tanto no relatório emitido pelo GTI – *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira* -, quanto no Censo da Educação Superior de 2005, o governo federal realiza um diagnóstico da realidade da educação superior no país, e a classifica como incompatível com as demandas da sociedade brasileira, afirmando a estagnação e uma crise das universidades federais brasileiras, além de salientar a prioridade dada, até então, às instituições do setor privado. Nesse mesmo sentido, a cartilha oficial do REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do Plano de Desenvolvimento da Educação – de 2005, disserta sobre os problemas da educação superior do país, ressaltando que o Brasil ainda conservava modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisava passar por profundas transformações. Segundo o documento, prevalecia no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas

décadas de 1960 e 1970 do século passado que não respondiam às necessidades e expectativas da população.

A proposta de Lei de Reforma da Educação Superior apresenta, dentre os motivos de exposição, que

as instituições de ensino superior, e as universidades em particular, portanto, devem ser pensadas em conexão com os grandes impasses e dilemas que deverão ser superados pela Brasil nas próximas décadas, entre os quais se sobressaem a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental (BRASIL, 2005).

Tais constatações deram início à reforma universitária do governo Lula, denominada “Universidade do Século XXI”, o quadro a seguir demonstra parte da expansão percebida ao longo das décadas já esboçadas neste trabalho.

Quadro 03 – Ampliação do número de Instituições por Dependência Administrativa no Brasil – 1980/2007

Período	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	882	56	53	91	682
1985	859	53	75	105	626
1990	918	55	83	84	696
1995	894	57	76	77	684
1998	973	56	76	77	764
2002	1637	73	65	57	1442
2007	2281	106	82	61	2032

Fonte: Magalhães, 2009, p.24.

Percebe-se que, diferentemente da reforma percebida durante o governo FHC, o qual priorizou majoritariamente a expansão de instituições privadas e a iniciativa empresarial nesta área, a reforma do governo Lula proporcionou uma expansão nas universidades federais de 31,1% até o ano de 2007. Todavia, a tendência privatista ainda é bastante presente no governo Lula. Tal reforma é, também, patrocinada pelo Banco Mundial e direcionada pelo Observatório Internacional das Reformas Universitárias – ORUS, uma ONG francesa, dirigida por Edgard Morin, que atuou de

forma decisiva, junto ao governo Lula da Silva, na definição das diretrizes da Reforma Universitária (REGINA, 2006, p.4).

Uma das marcas da sociedade brasileira é que o Estado nacional perdeu a capacidade de controlar os capitais. A força imposta pelo poder do capital transcende os campos econômicos e afeta direta e conseqüentemente as políticas públicas nacionais, enfraquecendo-as e impondo estruturas decorrentes do movimento mundial e da centralização de poder. (FERMINO, ELTERMANN, BOLLMANN, 2010, p.3).

De acordo com o MEC, a reforma da educação superior é orientada por três pontos: 1) refinar a universidade pública; 2) transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior e; 3) estabelecer nova regulação entre o sistema público e o privado.

Alguns autores analisam a programa partidário do Partido dos Trabalhadores (PT), antes e depois da ascensão do partido à Presidência da República. Segundo Magalhães (2009), por exemplo, algumas mudanças podem ser observadas no que diz respeito às ideias iniciais com relação à educação. Já no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) se observa o alinhamento com as diretrizes dos organismos multilaterais, Banco Mundial e FMI, seguindo-se as parcerias público-privadas e permitindo a participação de empresas e grupos estrangeiros na educação superior (MAGALHÃES, 2009, p. 31).

Magalhães (2009) aponta que, mais uma vez, deve-se considerar que sob o governo Lula permaneceram alguns princípios neoliberais que norteiam as políticas públicas para o ensino superior, visualizados, principalmente, através da diversificação das IES, de cursos e o direcionamento da pesquisa, às modalidades de financiamento.

Por outro lado, Programas e iniciativas diferenciadas que buscavam desenvolver, expandir e inovar a Educação superior brasileira, tais como o programa de Expansão Fase I, a política pública de expansão e reestruturação das Universidades Federais – REUNI, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, o Sistema de Seleção Unificada – SISU, novo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o PROUNI foram iniciados.

I. Programa de Expansão Fase I e REUNI

A expansão universitária do governo Lula teve início em 2003, com o Programa de Expansão Fase I, o qual tinha como principal objetivo promover a interiorização da educação superior pública e o estabelecimento de metas para ingresso até 2008. Dentre as metas estabelecidas observa-se a de ampliação do ingresso em 30 mil novos estudantes nas instituições federais de ensino superior (SILVA; OURIQUE. 2012, p. 222) ação que teve continuidade com o REUNI. As universidades, que decidissem por aderir ao REUNI, deveriam apresentar um projeto demonstrando a reestruturação, de acordo com a proposta da “universidade nova” (BORGES; AQUINO, 2012, p.4).

Borges e Aquino (2012), baseadas em estudos de Lima, Azevedo e Catani (2008), expõe que a arquitetura do programa desenhado no Brasil coincide parcialmente com o modelo Norte-Americano e com o Processo de Bolonha¹³ (os objetivos delineados na Declaração de Bolonha compreendem: a adoção de um sistema de graus comparáveis e de fácil equivalência e a implementação do suplemento do diploma; a adoção de um sistema baseado em dois ciclos, onde o primeiro ciclo é a graduação, o segundo se refere à pós-graduação, mestrado e doutorado; criação de um sistema de créditos transferíveis e acumuláveis, como incentivo à mobilidade estudantil; incentivo a mobilidade de estudantes, de professores, pesquisadores e pessoal administrativo; incentivo à cooperação europeia para garantia da qualidade do ensino superior). A lógica se afastaria do Processo de Bolonha e se reaproximaria do modelo norte-americano (não totalmente implantado em 1968), porém sem dispor da infraestrutura da Universidade norte-americana e descontando o acompanhamento da formação profissional na graduação, como vem acontecendo na Europa, a partir do Processo de Bolonha. As autoras destacam a tendência que o Brasil tem em apreciar e

¹³ Informações e aprofundamento sobre o assunto disponível em LIMA, L., AZEVEDO, M. L., CATANI, A. O Processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e Algumas Considerações sobre a Universidade Nova. In: Avaliação, v. 13, n° 1, p. 7-36, mar. 2008.

admirar as novidades europeias e se deixar levar pela força gravitacional dos Estados Unidos.

Iniciado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC) e instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni integra o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) e tem como meta global

a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007, art.1, §2º)

O programa, que pretende consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública, objetiva principalmente a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, além de

criar condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007, art.1º, § 2º).

Porém, o programa tem percebido diversas críticas, tais como

a ampliação das matrículas para atingir a meta de 18 alunos por professor, num quadro de não-expansão de vagas para concursos para docentes e de uma situação de precariedade do trabalho docente já instalada nas IES leva a uma massificação do ensino superior pautada na sua expansão sem qualidade (LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011).

Considerado, em alguns estudos, uma expansão sem qualidade, LIMA, PRADO & VIEIRA sinalizam que, para além, o REUNI conta com recursos insuficientes (2,07 bilhões de reais) e induz às instituições federais de ensino superior, mediante as metas estabelecidas, a se comprometer com a expansão do número de matrículas. Segundo o relatório do primeiro ano do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, das 54 Universidades existentes no país ao final de 2007, 53 aderiram ao programa em duas chamadas.

II. Programa Universidade para Todos – PROUNI

Criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, o Programa Universidade para Todos – PROUNI foi uma das primeiras ações governamentais que integram o projeto de reforma da educação superior. Objetiva a democratização do acesso à educação superior e justiça social, através da concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005, art.1). As bolsas de estudo são destinadas a:

- I - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;
- II – estudante portador de deficiência, nos termos da lei;
- III - professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda (BRASIL, 2005, art.2).

Em contrapartida, as IES privadas, que aderirem ao programa, ficam isentas dos seguintes impostos e contribuições:

- I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social;
- IV - Contribuição para o Programa de Integração Social (BRASIL, 2005, art.8).

Assim, o PROUNI acaba por ser um programa que atende aos interesses do setor privado, pois institucionaliza a transferência de recursos do fundo público para este setor mediante isenção fiscal que, a partir da assinatura do Termo de Adesão, tem vigência de dez anos (LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011). Para além,

o número de bolsas ofertadas pelo PROUNI, conforme dados do SISPROUNI - Bolsistas 2005-2º/2009, cresce a cada ano. Em 2005, o Programa ofertou 112.275, sendo 71.905 integrais e 40.370 parciais. Em 2006, esse número saltou para 138.668, sendo 98.698 integrais e 39.970 parciais. No ano seguinte, o total de bolsas atingiu o patamar de 163.854, distribuídas em 97.631 integrais e 66.223 parciais. Em 2008, ocorre um acréscimo significativo, perfazendo 225.005 bolsas, das quais 99.495 são integrais e 125.510 parciais. No ano de 2009, continuou a crescer o volume de bolsas, totalizando 247.643, 153.126 como integrais e 94.517 parciais (LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011, p.9).

Outro ponto, que acaba por denunciar os interesses privados nessa política, é com relação ao percentual referente à contrapartida de bolsas integrais, expresso na legislação de 2004 e 2005, que foi sendo reduzida à medida que aumentava o poder de pressão dos empresários do ensino. No projeto inicial, a contrapartida era de 25% das vagas; na MP 213/2004 caiu para 10% das vagas e, na Lei 11.096/2005, a contrapartida é de 4,25% de bolsas integrais. (LEHER, 2010).

Além de não prever mecanismos de controle sobre a qualidade dos cursos o PROUNI apresenta outro ponto crítico:

como, pelo perfil social, estes estudantes não terão como custear seus cursos, a solução encontrada pelo MEC foi repassar verbas públicas para o pagamento de mensalidades. Com esses recursos (perda de impostos e pagamento de mensalidades), direcionados para as universidades federais, novos professores poderiam ser contratados e todos os cursos de graduação poderiam ser oferecidos no horário noturno. A tendência seria de chegar, em três ou quatro anos, a 1 milhão de novas matrículas nas universidades públicas e não 120.000 bolsas como pressupõe o PROUNI (REGINA, 2006).

Segundo Corbucci (2004, p.695), alguns críticos ressaltam que como os recursos que o PROUNI deixa de arrecadar poderiam ser aplicados na ampliação de vagas nas universidades federais, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa.

Mesmo tendo como um dos principais objetivos iniciais o estabelecimento de uma nova regulação entre o sistema público e o privado, o tipo de relação/parceria entre público e privado, já bastante presente nas políticas educacionais do governo FHC, pode ser observado nesta política do governo LULA.

1. Sistema de Seleção Unificado – SISU e o novo Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM

Criado em 1998, no governo FHC, o exame Nacional de Ensino Médio – ENEM - tinha o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. O governo Lula dá continuidade à realização do exame e o incluiu, em 2004, como um dos critérios para a seleção de bolsas PROUNI, e, posteriormente, em

2009, o exame passa a ser utilizado, também, no Sistema de Seleção Unificado - SISU.

O MEC assevera que a proposta de reformulação do ENEM tem como principais objetivos “democratizar o acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio”. (BRASIL, 2009 apud LIMA, PRADO, VIEIRA, 2011).

As universidades podem utilizar o ENEM no processo de seleção como fase única, com o SISU; como primeira fase; combinado com o exame vestibular da instituição; como fase única para as vagas remanescentes do concurso vestibular (BRASIL, 2009).

Outra iniciativa do governo Lula da Silva, através do Ministério da Educação, é o sistema de seleção unificado – SISU, que consiste em um sistema informatizado onde as instituições públicas de ensino superior ofertam vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio – Enem (SISU, MEC, 2012).

O sistema instituído e regulamentado pela portaria normativa nº 2, de 26 de Janeiro de 2010 possibilita que candidatos de todo o país sejam selecionados em diversos cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior participantes, podendo essa instituição estar localizada em cidade e/ou Estado distintos da região de origem do candidato.

Assim, ao realizar o Exame Nacional de Ensino Médio e a inscrição no SISU, o aluno pode migrar para outra cidade e/ou Estado e estudar em uma IES pública. O sistema, em um primeiro momento, parece ser bastante democrático, no entanto, Leher alerta para a possível ocorrência de um elitismo educacional.

Ao contrário da publicidade oficial, o ENEM privilegia os estudantes de maior renda. Um estudante paulista que, apesar de elevada nota, não ingressou na faculdade de medicina da USP (dada a concorrência), poderá, com os seus pontos, frequentar o mesmo curso em uma universidade pública em outro estado, desde que tenha recursos. A mobilidade estudantil pretendida somente favorece os que possuem renda para se deslocar, uma vez que as universidades não dispõem de moradias estudantis e políticas de assistência estudantil compatível com as necessidades. (LEHER, 2009, p. 1).

Neste sentido, ações do governo federal, com relação à expansão de verbas para políticas assistenciais nas universidades, com rubricas específicas Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), objetivam a permanência dos jovens

na educação superior pública federal. O decreto nº 7.234, 20 de Julho de 2010, sinaliza que as ações são desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Cabe aqui, também, citar a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a qual busca a promoção da expansão da interiorização do ensino superior, principalmente, ofertando ensino na modalidade à distância.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR – UM BALANÇO ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, além de ser promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O direito a educação básica no Brasil apresenta caráter universal, ou seja, todos os brasileiros tem direito a esta, de forma gratuita. Porém, se a educação básica se apresenta como um direito universal, o mesmo não acontece com a educação superior, a qual é posta como um direito social aos brasileiros. Logo, para ingressar no ensino superior, o cidadão deve, além de ter concluído o ensino médio, passar por processos seletivos. Vale ressaltar que nem todos aqueles que objetivam cursar a Universidade conseguem, de fato, ingressar em uma IES, o número de inscritos majoritariamente é maior do que o número de vagas nos cursos ofertados, o que faz com que uma quantidade expressiva de cidadãos, que aspiram iniciar e concluir o ensino superior no Brasil, permaneça longe do diploma.

As políticas implementadas durante o governo FHC claramente seguiam uma cartilha imposta por órgãos financiadores internacionais, os quais priorizavam a educação básica em detrimento da educação superior. Além do pouco investimento percebido pelas universidades federais desta época (o que eclodiu, no que muitos

críticos, chamam de sucateamento das universidades), inúmeras possibilidades a investimentos privados foram abertas durante este governo. Ao possibilitar a diversificação institucional na educação superior, ou seja, não mais exigindo como base o tripé característico das universidades - pesquisa, ensino e extensão -, uma multiplicidade de instituições teve a facilidade percebida ao investir neste “nicho de mercado”. O crescimento das universidades, instituições de ensino, centros de ensino, faculdades foi imenso quando comparado à estagnação dos números explicitados pelas universidades federais. Passado o período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, inicia-se um novo período, com o presidente Luís Inácio Lula da Silva. O discurso presente no início do período surge apresentando palavras como redemocratização, expansão, investimento na educação superior, entre outros termos bastante esperançosos. Porém, nas políticas propostas e implementadas pelo governo Lula da Silva, pode-se perceber continuidades e/ou pontos similares quando comparadas ao governo FHC. Como primeira proposta de política, o Governo Federal apresentou o PROUNI, programa baseado na concessão de bolsas em instituições privadas a alunos de baixa renda, que reafirmava a relação entre privado e público presente no Brasil desde a Colônia. Valores são dispendidos nesta política, a qual isenta as instituições de ensino de impostos bastante volumosos, mantendo uma ligação entre empreendedores, investidores e governo federal. Reafirmando a relação histórica que o Governo Federal tem com empreendimentos privados e a continuidade de características de uma política neoliberal. Borges e Aquino (2012, p.120) apontam que durante o governo FHC, o país percebeu a priorização do livre jogo do mercado e que as políticas educacionais do país no governo Lula seguem reguladas pelos acordos e preceitos da política neoliberal, no que tange aos financiamentos.

No quadro 04 pode-se observar a evolução das instituições de ensino superior no país no período analisado:

Quadro 04 - Evolução do número de instituições públicas e privadas de ensino superior no Brasil 1980 – 2008

ANO	Total	Público		Privado	
		Número	%	Número	%
1980	882	200	22,6	682	77,3
1985	859	233	27,1	626	72,9
1990	918	222	24,2	696	75,8
1994	851	218	25,6	663	77,9
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,6	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	2.016	89,5

Fonte: Elaboração própria com base no INEP e no Censo da Educação/ 2008.

O quadro acima demonstra a situação vivida pelas instituições públicas durante o governo FHC, visto que no início do período, em 1995, o país contava com a presença de 210 instituições públicas (23,5% do total), número que foi diminuído a 195 instituições, em 2002 (11,9% do total). Reafirmando a proposta de política, recomendada pelo Banco Mundial, a qual consistia em priorizar a educação de nível básico e “abrir” a educação de nível superior à iniciativa privada. O que o quadro também demonstra é que ocorreu um aumento de 54,6% no número total de instituições privadas de 1995 a 2002, visto que, em 1995 o país contava com 684 instituições de ensino superior privadas, que corresponde a 76,5% do total das instituições de ensino superior, e em 2002, este número já era de 1.442, 88,1% do total.

Apesar da proposta de expansão do programa de política pública denominado “Expansão Fase I: o sonho se torna realidade”, previsto para ocorrer de 2003 a 2008, não é possível observar um aumento significativo no número de novas instituições de ensino superior no primeiro mandato do governo Lula (2003) em

comparação aos governos FHC. Em consequência, durante todo o primeiro mandato, e nos dois primeiros anos do segundo mandato (2008-2009) de Lula, ocorre um aumento de 393 novas instituições, enquanto nos dois governos FHC (1995-2002) o aumento no número total de instituições é de 743 IES. Contudo, apesar de haver um aumento real de 41 novas instituições de 2002 a 2008, diante do gradual crescimento do número de instituições de ensino superior há uma diminuição percentual da participação das instituições de ensino públicas, as quais passaram de 11,9% do total em 2002, para 10,5% do total em 2008. É possível observar, assim, a preservação das características da política anterior e da lógica na relação entre Estado e instituições de ensino privado.

Se considerada a literatura de políticas públicas uma explicação plausível para este fenômeno se dá através da teoria de *path dependence* (NASCIMENTO. 2009, p. 104). As mudanças promovidas pelo governo Lula no ensino superior figuram, nesse sentido, como incrementais, pois não modificam de fato a estrutura das políticas públicas adotadas ao longo da história. Logo, a lógica anterior da política pública para educação superior parece ter sido mantida, mas o ensino superior recebeu um incremento no ritmo de sua expansão através da criação de novas instituições. Percebe-se, (Quadro 4) que apesar de efetivamente ter aumentado o número de novas instituições no país, de 2002 para 2008, os percentuais apresentam incremento na casa de 21,1% de novas IES. As instituições privadas aumentaram de 1.652, em 2003, para 2.016, em 2008, que corresponde a um aumento de 22%; já as universidades públicas perfazem um aumento de 14%, existindo 207 IES em 2003, e 236 em 2008. De forma geral o percentual de instituições privadas no país durante este período segue praticamente o mesmo: 88,1% em 2002 e 89,5% em 2008.

Contudo, vale ressaltar que a partir de 2008 há uma mudança importante na política estratégica por parte do governo federal na educação superior. Principalmente, no diz respeito às instituições de ensino públicas, pois o papel desempenhado neste período foi maior do que os anteriores, o qual será analisado posteriormente.

Com relação à evolução do número de vagas na graduação presencial, o fenômeno se repete, conforme demonstra a quadro 05:

Quadro 05 - Evolução do número de vagas na graduação presencial de ensino superior no Brasil 1985 – 2008

ANO	Vagas	Pública	%	Privada	%
1985	430.482	141.274	32,8	289.208	67,2
1990	502.784	155.009	30,8	347.775	69,2
1995	610.355	178.145	29,2	432.210	70,8
2000	1.100.224	237.982	21,6	862.242	78,4
2002	1.773.087	295.354	16,7	1.477.733	83,3
2003	2.002.733	281.213	14,0	1.721.520	86,0
2005	2.435.987	313.368	12,9	2.122.619	87,1
2007	2.823.942	329.260	11,7	2.494.682	88,3
2008	2.985.137	344.038	11,5	2.641.099	88,5

Fonte: Elaboração própria com base no INEP e no Censo da Educação/ 2008

Durante os oito anos dos governos FHC, apesar da diminuição do número de instituições públicas, o número de vagas foi aumentado em 117.209 vagas públicas, ou seja, ocorreu um aumento de 65,8%. Enquanto que nas instituições privadas, acompanhando o crescimento do número de instituição, as vagas aumentaram em 235%, ou seja, 1.015.523 vagas a mais de 1995 a 2002. Já no governo Lula, enquanto nas instituições públicas foi percebido um aumento de vagas de 22,3%, nas instituições privadas as vagas aumentaram em 53,4%, em seis anos de governo. Houve um menor aumento nas vagas ofertadas pelas instituições privadas e públicas no governo Lula, até 2008.

Em seguida veremos o que ocorreu após a expansão das universidades federais propostas com o REUNI. Com relação ao número de matrículas e inclusão no ensino superior os quadros 05, 06 e 07 demonstram o percebido pelo país nestes dois governos.

Quadro 06 - Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro, por períodos de crescimento (1933-2008)

ANO	Público		Privado		Total
	Número	%	Número	%	Número
1933	18.986	56,3	14.737	43,7	33.723
1965	182.696	56,2	142.386	43,8	352.096
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
1995	700.540	39,8	1.059.163	60,2	1.759.703
2002	1.014.540	29,5	2.422.194	70,5	3.436.734
2008	1.273.965	25,1	3.806.091	74,9	5.080.056

Fonte: Elaborada pela autora utilizando tabela elaborada por Durham (2010, p.59).

É possível observar que, apesar do aumento de IES públicas e do aumento das matrículas nestas instituições, o percentual de matrículas em instituições públicas, quando comparado ao total de matrículas no país, diminuiu. Isto ocorre porque as IES privadas seguiram crescendo, também, durante o governo Lula. Ou seja, apesar de ter aumentado o número de IES públicas, a representatividade do percentual destas instituições diminuiu se comparado com o total de matrículas no país. Enquanto em 2002, as matrículas em IES privadas representavam 70,5% do total e as matrículas de IES públicas representava 29,5%, em 2008 este número cai para 25,1%, enquanto que as IES privadas representavam 74,9% do total de matrículas demonstrando que elas foram as principais responsáveis pelo aumento das matrículas neste ano.

Quadro 07 - Média anual de crescimento das taxas bruta e líquida de matrícula no Brasil

Evolução das Taxas de Matrícula			
Taxa	Ano		
	1992-1995 (Itamar)	1995-2002(FHC)	2003-2008 (LULA)
Bruta	0,80%	1,2%	2,13%
Líquida	0,50%	0,51%	0,71%

Fonte: Durham (2010)

Enquanto no período do governo FHC o percentual médio de aumento de matrículas em instituições privadas foi de 65,3%, nas instituições públicas este percentual é de 34,6%. Já no primeiro momento de governo Lula estes números são 77,2% e 27,3%, respectivamente. O que demonstra, que sem o REUNI, o governo Lula apresentava uma expansão das vagas públicas menores do que a percebida no governo FHC, ao contrário do que ocorre com o número de vagas das IES particulares. Quando o número geral é analisado, o governo Lula apresenta uma taxa de matrícula maior do que a apresentada pelo governo FHC, ainda sem a implementação do REUNI, e também, sem a formação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formados também em 2008 e apresentados, brevemente, a seguir.

Quadro 08 - Evolução das taxas bruta e líquida de inclusão no Ensino Superior – Brasil

Evolução das Taxas de Matrícula				
Taxa	Ano			
	1992	1995	2002	2008
Bruta	10,60%	13%	22,60%	35,40%
Líquida	4,60%	6,10%	10,20%	14,50%

Fonte: Elaborada pela autora utilizando tabela elaborada por Durham (2010, p.161)

Já a inclusão percebida nestes dois governos, demonstra um aumento notório durante o primeiro momento de governo Lula, quando comparado ao período do FHC, tanto na taxa bruta quanto na taxa líquida, devido à expansão de matrículas já promovida por este governo tanto em IES públicas como em IES privadas.

Surge, então, a proposta, tão esperada, de expansão do ensino superior via universidades federais. Tal proposta apresenta-se com a Expansão Fase I e com o REUNI, os quais prometiam um maior investimento nos IFES e consistiam em um maior número de vagas, de cursos, de docentes e melhorias de infraestrutura. Os resultados de tal programa constam em sua amplitude no documento expedido pelo Governo Federal em 2012, “Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012”. A seguir, apresenta-se os gráficos expostos em tal documento e

considerações acerca dos mesmos, todos os dados apresentados, no relatório expedido pelo MEC, foram obtidos no Censo da Educação.

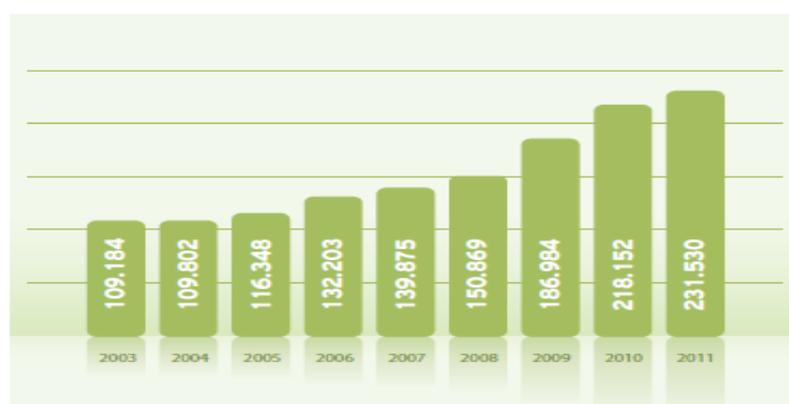
A análise exposta anteriormente demonstra informações, que apontam para uma continuidade, se comparados os governos FHC e LULA, no que se refere à relação do Estado com as Instituições públicas e privadas. Porém, para avaliar se a política pública de reestruturação do ensino superior proposta é efetiva, deve-se isolar o período de 2008-2010, visto que, neste, o programa REUNI foi lançado, como uma política inovadora do governo Lula.

7.1 A reestruturação das Universidades Federais – REUNI

Se observados os objetivos do Programa REUNI, apresentado como uma política pública que visa expansão das Universidades Federais, não é possível realizar uma comparação com o governo FHC, uma vez que neste último, não houve nenhum tipo de política percebida neste sentido. Nesta etapa do trabalho, a análise consistirá em estudar os dados apresentados, exclusivamente, por esta proposta de política pública inovadora, a qual representaria uma descontinuidade na política de educação superior implementada até o momento.

A começar pelo número de vagas ofertadas na graduação, é possível observar no Gráfico 3 o impacto do programa REUNI na política de educação superior brasileira.

Gráfico 03 – Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2011



Fonte: MEC, 2012.

O Gráfico acima demonstra a evolução das vagas ofertadas na graduação compreendida durante toda a gestão do governo Lula. Pode-se observar que o número de vagas duplicou nestes oito anos, passando de 109.184 para 231.530 entre os anos de 2003 e 2011, apresentando um crescimento de 112%, ou seja, o programa que objetivava a expansão da educação superior pública, no que diz respeito à ampliação do número de vagas, cumpriu seu objetivo. Contudo, expansão não tem o mesmo significado que democratização do ensino, que deve ser calcado em igualdade de oportunidades e depende de diversos fatores como os econômicos e culturais. Como visto anteriormente, o ensino superior no Brasil sempre teve características elitistas e era voltado para as classes altas e médias que tinham condições de arcar com os custos econômicos do acesso e manutenção desse nível de ensino, mesmo em instituições públicas. Logo o programa não pode ser considerado, ainda, a plena democratização do ensino superior público, mas frente ao crescimento numérico de número de vagas promove a ampliação do acesso. Ao atingir esse objetivo a política pública de expansão de acesso ao nível superior de educação pode ser considerada eficiente nos termos de Torres (2004, p.175).

Outra característica da expansão do Ensino Superior alcançada pelo REUNI pode ser observada no gráfico 04 que apresenta o número de matrículas da pós-graduação e da graduação nas universidades federais.

Gráfico 04 – Matrículas na graduação e pós-graduação nas universidades federais de 2003 a 2011



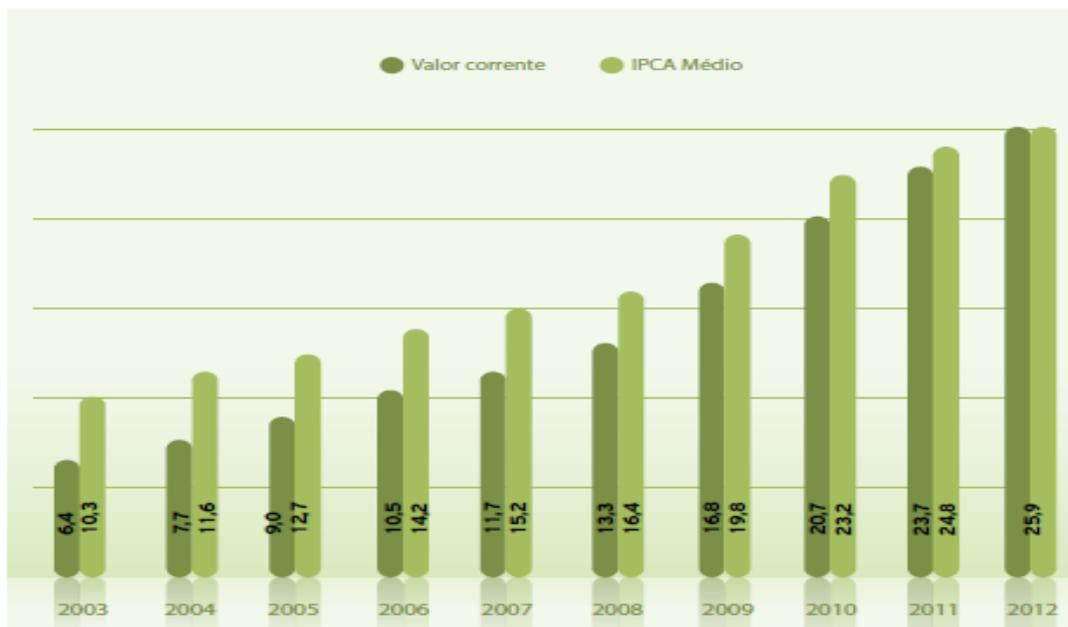
Fonte: MEC, 2012.

O gráfico demonstra o aumento sequencial e continuado durante todo o governo Lula, o maior aumento foi na matrícula no ensino a distância, a qual obteve um crescimento de 527,1%, seguido pela ampliação de matrículas de pós-graduação *strictu sensu*, a qual demonstrou um crescimento de 90,5% e, por último, o crescimento da graduação presencial foi de 59,7%. O aumento do ensino a distância persegue de forma clara o objetivo, contido na política pública, de ampliar o acesso à população do interior do país, uma vez que, é possível observar no Brasil uma maior concentração de Universidades Públicas nas capitais ou grandes centros urbanos.

De acordo com PNE 2001-2010, o governo Lula pretendia alcançar 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos na ampliação de vagas no ensino superior. Considerando o critério de eficiência (TORRES. 2004, p.175) da política pública o REUNI ficou aquém do prometido, uma vez que os documentos emitidos pelo MEC assumam a não concretização desta meta (segundo o resumo técnico do censo de 2010, a taxa de escolarização bruta passou de 15,1% para 26,7% e a líquida de

8,9% em 2001 para 14,4% em 2009). Embora, possa ser aplicado o conceito de eficácia (TORRES. 2004, p.175) da política pública, já que o governo federal, através destes números explicita seu próprio esforço e o das universidades afim de alcançar tal meta previamente acordada. O gráfico abaixo demonstra tal esforço, no que tange ao investimento percebido pelas universidades neste período.

Gráfico 05 – Orçamento das Universidades Federais de 2002 a 2012 (R\$ bilhões)



Fonte: MEC, 2012.

O programa REUNI ao promover a expansão do acesso impacta de forma direta nos orçamentos das Universidades como demonstra o gráfico 05. Nota-se o crescimento do orçamento das universidades, o qual engloba: pessoal ativo e encargos, benefícios a servidor, custeio, capital, convênios e repasses e receita própria, Hospitais universitários federais, Incluem-se também, até o ano de 2009, os quatro Cefets que integravam a matriz de Outros Custeios e Capital das universidades (MEC, 2012).

Tais investimentos têm impacto direto nos municípios em que estão instaladas as Universidades e incidência no desenvolvimento local, pois representam um aumento na geração de emprego (quando direcionadas a pessoal ativo), desenvolvimento de projetos específicos (quando se refere a convênios e

repasses), e, também, quando direcionados aos investimentos nos hospitais universitários.

No mesmo relatório, o MEC apresenta os recursos orçamentários dispendidos em investimento (como, por exemplo, bens permanentes, obras, aquisições de imóveis, entre outros) e custeio (gastos com material de consumo, despesas correntes), e coloca que as variações entre os anos podem ser justificadas pela autonomia concedida às universidades na elaboração dos seus projetos de expansão.

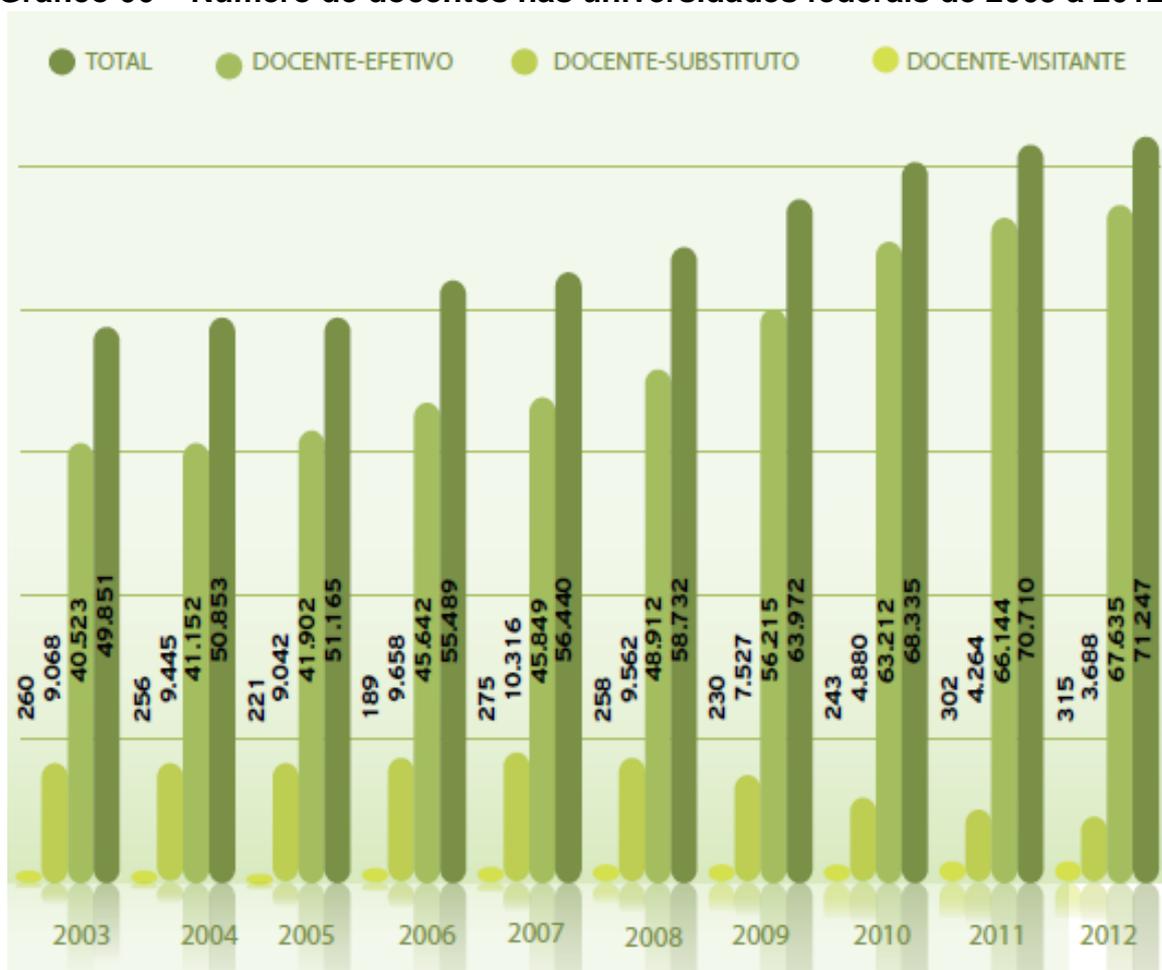
Tabela 01 – Recursos orçamentários do programa de expansão 2005-2012

Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640.396	64.840.709	67.481.106
2006	52.279.785	331.778.298	384.058.083
2007	73.154.311	366.877.394	440.031.705
2008	177.551.293	759.881.047	937.432.341
2009	332.843.609	1.283.763.854	1.616.607.463
2010	535.092.380	1.210.613.309	1.745.705.690
2011	890.924.058	1.922.229.625	2.813.153.683
2012	1.041.007.761	950.818.403	1.991.826.164
Total Geral	3.105.493.594	6.890.802.640	9.996.296.234

Fonte: MEC, 2012.

Vale ressaltar que tal investimento não foi percebido pelas instituições no governo FHC, conforme demonstrado anteriormente. Das 54 universidades federais, 53 aderiram ao programa em duas chamadas, apresentando seus projetos de expansão para receber os recursos destinados aos investimentos. Cabe lembrar, ainda, que as Universidades Federais apresentam tempo de existência e consequentes graus de estruturação diferenciados demonstrando variação em suas condições de expansão.

O Programa de reestruturação do Ensino Superior – REUNI em seu processo de expansão do acesso causou impacto também na contratação dos professores que é demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 06 – Número de docentes nas universidades federais de 2003 a 2012

Fonte: MEC, 2012.

A política, também, apresentava como meta a ampliação na relação aluno-professor, instituindo a relação de 18 alunos por professor, o que, de fato, ainda não foi alcançado. Porém, ocorreu um aumento do número de professores efetivos em detrimento da contratação de docentes substitutos, a qual, conforme exposto no gráfico, foi diminuída. Segundo o MEC, tal ação tem por estratégia a qualificação do ensino na educação superior, visto que a contratação de professores efetivos garante um grupo mais comprometido com as atividades fins da universidade, uma vez que, professores substitutos normalmente não desenvolvem pesquisa e extensão. É possível observar, também, uma maior circulação de profissionais entre

as instituições de ensino promovendo troca de conhecimentos através da presença de professores visitantes, o que pode se vista como uma das ações na estratégia de qualificação do ensino.

Voltado para a expansão das universidades, o REUNI apresenta objetivos com relação à dimensão geográfica, sendo eles: atendimento de municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas, universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; interiorização da oferta pública de educação profissional e ensino superior e; oferta da educação superior federal por estado abaixo da média nacional. A figura a seguir demonstra a localização das universidades pré-existentes e das criadas durante do governo Lula.

Figura 05 – Localização das Universidades Federais



Fonte: MEC, 2010.

Visando o atendimento de regiões interioranas ou interiorizar a educação, o governo federal investiu na abertura de câmpus em cidades distantes dos centros onde estavam localizadas as instituições de educação superior pré-existentes. Esta ação da política pública de Ensino Superior é a que mais se aproxima do objetivo de democratização do ensino, uma vez que permite o acesso à Universidade de

populações locais, que pelo tradicional caráter elitista do ensino superior em um país de dimensão continental como o Brasil, ficaram alijadas dessa oportunidade. Outra importante característica do Programa REUNI que reforça esse objetivo da política pública é o direcionamento para criação de novos cursos noturnos, que permite o acesso dos/as trabalhadores a Universidade. Para além, o governo federal, em 2008, com a Lei 11.892/08, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs). Alguns IFs são resultados da junção de antigas escolas técnicas Federais pré-existentes. Os IFs passaram a ofertar, junto às universidades, cursos de ensino superior, com o diferencial que nestas instituições, cursos de licenciatura e em tecnologias são priorizados.

A observação da figura acima chama atenção para as diferenças e desigualdades regionais enfrentadas pela política pública de reestruturação do ensino superior. Destaca-se que na região sul, onde está localizado o município de Pelotas, observa-se um número menor de instituições novas criadas durante o período do governo Lula e um número já expressivo de universidades já existentes.

Figura 06 – Localização dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: MEC, 2012.

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são instituições, pluricurriculares e multicampi, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira didático-científica e disciplinar. A criação destas instituições, segundo o governo federal, visa contribuir para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão e oportunizar o maior acesso à educação gratuita em todos os níveis a regiões diversas.

A criação dos IFs demonstra outro ponto de diferenciação com relação àquela política implementada no governo FHC. Todavia, visto que o objetivo fim deste trabalho não é a avaliação das políticas educacionais dos IFs e a citação destes se deu apenas com a finalidade de tornar conhecida a expansão da educação tecnológica, o aprofundamento será realizado em outra oportunidade.

Entretanto, relacionando-se ao objeto de estudo em questão é possível observar na figura 06 que a região do estado do Rio Grande do Sul, onde está localizado o município de Pelotas, não possuía IFS pré-existentes sendo criados no governo Lula através da união de escolas técnicas¹⁴ e criação de cursos superiores. Este fato fazia com que o papel das Universidades na região e seu impacto no desenvolvimento local fosse de maior expressão, pois eram as únicas instituições responsáveis pela qualificação no nível superior nessa região do estado.

¹⁴ Em Pelotas, o CEFET e o CaVG existiam, ofertando ensino médio e técnico, com a Lei que criou os Institutos, estes formaram o IF-Sul e passaram a ofertar cursos de graduação.

CAPÍTULO 4 – A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel

4.1 Histórico

Localizada no sul do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Pelotas – UFPEL - conforme o nome já evidencia, existe na cidade de Pelotas há 45 anos. Segundo resenha histórica da universidade, divulgada em meios institucionais no ano de 2014, a história da UFPel remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento, em 1960, resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação. O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, apresentava as seguintes partes formadoras da universidade: a centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, a Escola Superior de Ciências Domésticas, a Escola de Veterinária, a Escola de Pós-Graduação e o Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul). Em 1967, o decreto nº 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passam de cursos a faculdades.

Em 1968, foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade. Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Criada pelo decreto-lei nº 750, de 8 de agosto de 1969, a Universidade Federal de Pelotas, em sua formação contou, com a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958. E agregações de instituições privadas já existentes em Pelotas, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo

ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel.

Após sua criação, iniciou-se o período de estruturação da universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos Institutos básicos ao seu funcionamento. Dá-se então, nesse contexto, a criação dos Institutos de Ciências Humanas, Biologia, Química e Geociências, Física e Matemática, Letras e Artes, conforme previstos no decreto nº 65.881/69. As demais unidades foram surgindo ao longo dos anos.

O processo de criação da UFPel, iniciado em 1968 por políticos e professores da região foi resultado de uma intensa campanha de mobilização de opinião pública, de pressões e gestões junto a políticos e órgãos federais no sentido de unificar-se os vários institutos de ensino superior existentes na cidade num único conjunto, ampliando o número de cursos e unidade e potencializando os recursos disponíveis, até então dispersos ou divididos entre Vários órgãos (MAGALHÃES, 1999, p.41).

A universidade foi criada em forma de fundação de direito público, e a instalação desta era um objetivo essencial, inclusive para auxiliar no desenvolvimento econômico e cultural do município (idem, p. 43). Segundo Magalhães (1999), a universidade era vista como uma forma de trazer mais dinamismo à economia pelotense e auxiliar na solução dos problemas históricos que entravavam o desenvolvimento da região sul como um todo.

Como primeiro reitor, a UFPel teve o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Na sequência, ocuparam o cargo de reitor os professores Ibsen Wetzel Stephan(1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo(1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes(1984-1988), Amílcar Goyhenex Gigante(1989-1993), Antonio Cesar Gonçalves Borges(1993-1997), Ingelore Scheunemann de Souza(1997-out/2004), André Luiz Haack(dez/2004 a janeiro/2005 – pro tempore), Antonio Cesar Gonçalves Borges(2005-2009 e 2009-2013) e Mauro Augusto Burkert Del Pino (atual).

Entre 2005 e 2006, a UFPel recebeu em doação da Fundação Simon Bolívar parte da área antes ocupada pela Charqueada de Brutus Almeida, a qual em 1916, sediou o primeiro frigorífico gaúcho: a Companhia Frigorífica Rio Grande, e foi vendida, em 1924, para a firma inglesa Vestey Brothers. Atualmente, o prédio abriga

a Reitoria, instalada em 2009, 3.695 estudantes, os quais são distribuídos em 27 cursos.

4.2 A UFPel de 2014

A UFPel é considerada uma instituição de importância na cidade, visto que seu orçamento é o segundo maior do município, só inferior ao da Prefeitura e, mesmo assim, por pequena diferença, é uma fundação de direito público, dotada de personalidade jurídica, como órgão da administração federal indireta, com autonomia administrativa, financeira, didático-científica e disciplinar, de duração ilimitada. Rege-se Pela Legislação Federal do ensino, pelas demais leis que lhe forem atinentes, pelo estatuto da fundação, pelo seu estatuto e pelo regimento geral.

No anexo 4 consta, a organização atual da Universidade.

A Universidade Federal de Pelotas tem como objetivo, fundamental, a educação, o ensino, a pesquisa, a formação profissional e pós-graduada em nível universitário, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico. Sua missão consiste em: “Promover a formação integral e permanente do cidadão, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida e com a construção da sociedade”.

A UFPel aderiu ao REUNI, no primeiro ano do programa, sendo uma das instituições pioneiras na adesão à política, ocupa a posição de número 24º no relatório do primeiro ano do programa. Para a adesão da IES à política, se fazia necessário o envio de uma proposta, que atendesse às diretrizes descritas no artigo 2º do Decreto nº 6.096/2007. Tal proposta deveria ser enviada ao SESU por meio de formulário eletrônico fornecido pela Secretaria de Educação Superior e encaminhado pela Administração Superior da Instituição após aprovação em seus conselhos superiores.

As diretrizes do Art. 2º do Decreto nº 6.096/2007 consistem em:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Ao aderir ao programa a UFPel enviou uma proposta ao SESU, na qual constavam as seguintes metas:

O REUNI - UFPEL tem como meta global a elevação gradativa da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de 18 alunos para cada professor, em cursos presenciais, ao final do período da proposta [...] Ao final do Programa a UFPEL terá 16.000 alunos matriculados nos mais diversos cursos, isso significa um aumento de 100% em relação às vagas de 2007 e serão criados 39 novos cursos, sendo 20 noturnos e 19 diurnos.

Ramos, Garcia, Nogueira (2013) debruçam-se sobre a implementação do REUNI na UFPel e chegam a algumas conclusões com relação ao programa. As autoras afirmam que, o Brasil não atingiu as metas propostas no PNE (1001-2010) quanto ao crescimento de matrículas, visto que pretendia inserir na Educação Superior ao menos 30% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos na Educação Superior e, ao final de dez anos, a média subiu de 8,8% para 13,6%. Já voltando-se à UFPel, as autoras concluem que o número de cursos ultrapassou a meta inicial, são mais de 48 cursos novos. Destes, 19 cursos são noturnos representando (39,6%) e 29 (60,4%) são diurnos.

Atualmente, segundo dados divulgados em meios institucionais e na página oficial da universidade, a Instituição conta com 98 cursos, 41 programas de pós-graduação, 1313 docentes, 1364 técnicos administrativa, mais de 18000 alunos, 350 grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, 5037 projetos de pesquisa e 585 bolsistas, 550 projetos e 35 programas que perfazem 585 ações de extensão

contando com 407 bolsas fornecidas pela instituição, além da aprovação de 12 programas e 6 projetos, num total de R\$ 1.958.301,26 de recursos aprovados no Programa de Extensão Universitária (ProExt) do governo federal em 2013, para ser executado em 2014¹⁵; enquanto o ensino conta com 350 bolsas de iniciação ao ensino para Monitoria e 40 bolsa de projeto de ensino no ano de 2014.

A UFPel, atualmente, possui 22 unidades acadêmicas, cuja organização encontra-se no Anexo 2

4.3 A CIDADE DE PELOTAS

Visto o objetivo deste trabalho, parte integrante e de bastante importância para o proposto é uma seção para conhecer a formação, o espaço e as características de Pelotas.

Pelotas localiza-se na região sudeste do Rio Grande do Sul, a 250 km da capital do estado Porto Alegre, situada às margens do Canal São Gonçalo, que liga a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, conta com uma área atual de 1.610,084 km², e 5 instituições de ensino superior.

Historicamente, a primeira referência que se tem do surgimento de Pelotas data de junho de 1758. A cidade foi formada a partir de doações das terras às margens da Lagoa dos Patos de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela ao Coronel Thomáz Luiz Osório. Tais terras serviram de refugio para os habitantes da Vila de Rio Grande, após a invasão espanhola, em 1763 e aos retirantes da Colônia do Sacramento, a qual, cumprindo o tratado de Santo Ildefonso, foi entregue aos espanhóis em 1777.

Em 1780, é fundada a primeira Charqueada, pelo português José Pinto Martins, vindo do Ceará e abandonando a seca lá existente. Tal iniciativa, favorecida pela localização, estimulou a criações de outras charqueadas e o crescimento daquela

¹⁵ PROExt – Foi criado em 2003 pelo governo federal e trata-se de um Programa de Extensão Universitária (ProExt) que tem o objetivo de apoiar as instituições de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas.

região, o que originou a povoação que deu início a cidade de Pelotas. A expansão das charqueadas tornou Pelotas a capital econômica da província e a envolveu em grandes causas cívicas. Os charqueadores, diante do sucesso da atividade, promoviam cultura e educação, no ambiente urbano, um exemplo destas promoções foi a inauguração do Teatro Sete de Abril, em 1831. A presença da pecuária também foi responsável pela criação do Banco Pelotense, em 1906 (PESAVENTO, 1980). Posteriormente, com a imigração alemã, a maioria formada por pomeranos, a cidade passou a ser conhecida também pela cultura do pêssego, o que resultou na inauguração da primeira indústria de compotas do Município, em 1900.

O nome surgiu das embarcações de varas de corticeira forradas de couro e usadas para a travessia dos rios na época das charqueadas e foi sugestão do Deputado Francisco Xavier Pereira, quando Antônio Rodrigues Fernandes Braga, presidente da província, outorgou à Vila São Francisco de Paula (antiga freguesia de São Francisco de Paula fundada em 07 de Julho de 1812 e elevada a categoria de vila em 07 de Julho de 1812) os foros de cidade.

Herança da época das charqueadas, o município, atualmente, apresenta a segunda maior concentração de curtumes do Estado e uma das maiores capacidades curtidoras de couro e peles do Brasil. A cidade ainda tem, como uma das atividades principais, o comércio especializado em empresas de pequeno, médio e grande porte.

No âmbito econômico, Pelotas experimentou dias de grande prosperidade. A cidade manteve vínculo com a atividade de pecuária, baseada no trabalho escravo nas charqueadas, o que trouxe dias de sucesso econômico. Porém, com a decadência do charque e a crise capitalista das décadas de 1920 – 1930, as portas do Banco Pelotense foram fechadas. Tal crise é apontada por muitos como a grande causa da posterior estagnação econômica de Pelotas (SOARES, 2013, p.86).

As crises econômicas sofridas pelo país nas décadas de 1980 e 1990 atingiram o Município, de acordo com Soares (2013), a elite dominante adquiriu patrimônio imobiliário, numa aliança político-econômica que se formou na cidade, contribuindo para a ociosidade ou o desvio de prédios industriais para o setor de serviços.

Atualmente a economia da cidade é composta principalmente pelo comércio e por empresas de prestação de serviço, além do agronegócio.

A agropecuária representava em 2012 apenas 3,9% do PIB, mas era responsável por 13,2% da mão de obra ocupada no município. De acordo com o *Diagnóstico para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Local de Pelotas-2012*, o município é ofertante de serviços como: “formação de recursos humanos, pesquisa, assistência técnica, venda de insumos, máquinas e equipamentos, logística e fornecimento da infraestrutura material e cultural para o turismo da natureza na região Sul (COREDE Sul)”. (PEDL, 2012; p. 5). Como é possível observar muitas dessas atividades conta com as instituições de ensino superior como base ou suporte ao se constituírem enquanto “vocação” do município. Destaca-se no documento ao avaliar o setor industrial a necessidade de “caminhar gradativamente na linha das indústrias intensivas em conhecimento” (idem, p.7). Isso porque a especialização em Educação Superior é um diferencial de Pelotas, pois excetuando o comércio, o município é o quarto polo estadual nesse setor, sendo suas maiores especializações os serviços de saúde, de educação superior e de pesquisa; além da administração pública. (idem, p.15).

Outra característica que deve ser ressaltada refere-se à carga cultural que esta cidade apresenta, dentre os nomes da cultura pelotense que ganharam destaque nacional ou regional estão: Kleiton, Kledir e Vitor Ramil, Emerson Ferreira da Rosa, Glória Menezes são alguns dos facilmente lembrados. A cidade é patrimônio histórico e artístico nacional e patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Em sua formação cultural é possível destacar as cerca de 28 etnias existentes, sua população caracteriza-se pela forte presença de portugueses, espanhóis e africanos (é a maior “cidade negra” do Estado), aos quais somaram-se as correntes migratórias de alemães, italianos, franceses, irlandeses e poloneses entre outros.

Em virtude desse conjunto de fatores o município se constitui em Polo regional. Contribui também para esta condição o fato de a maior parte dos municípios do seu entorno terem se originado de Pelotas através de processos emancipatórios que ocorreram a partir da década de 1980, como o Capão do Leão

(01/05/1982), que já abrigou a Reitoria da UFPEL e abriga um campi da Universidade, o Morro Redondo (12/05/1988), os municípios de Turuçu (28/12/1995) e de Arroio do Padre (16/04/1996).

Com base no atlas de desenvolvimento humano, Pelotas possui um nível (0,739) alto para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o fator que mais tem contribuído para a elevação desse índice nas duas últimas décadas é a educação. Contudo, dentro do estado do Rio Grande do Sul o município ocupa 159ª posição, situando-se em uma das regiões mais pobres do estado.

Tabela 02 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Pelotas – RS

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,354	0,506	0,632
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	35,26	45,18	57,99
% de 5 a 6 anos na escola	31,17	59,63	77,86
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	61,00	75,80	86,19
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	33,64	48,36	55,85
% de 18 a 20 anos com médio completo	16,31	30,11	43,85
IDHM Longevidade	0,736	0,796	0,844
Esperança de vida ao nascer (em anos)	69,15	72,74	75,64
IDHM Renda	0,666	0,715	0,758
Renda per capita	504,76	685,88	894,35

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Fator preocupante em relação ao município é o aumento no índice de criminalidade nos últimos dez anos. Segundo matéria especializada do jornal Zero Hora, com base nos números da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RS, o município de Pelotas está em quinto lugar no *ranking* do estado para crime de roubo. Observa-se o aumento de 30% desse tipo de delito em Pelotas nos últimos dez anos. Este período corresponde à instalação do Super Porto no município vizinho de Rio Grande, que também acompanhou a escalada de crescimento em

roubos na casa de 22%, e das políticas públicas REUNI e SISU, sendo os estudantes alvo constante desse tipo de abordagem violenta.

Pelotas abriga a maior parte da UFPel e sofre impactos visíveis com a presença desta instituição, que tem uma ocupação física espalhada por toda a cidade. Desta forma, o próximo capítulo busca apurar que tipos de impactos são sentidos pela cidade e se houve algum tipo de modificação nestes depois da implementação do REUNI na UFPel.

CAPÍTULO 5 – A INFLUÊNCIA DA UFPel NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Até o presente, o estudo se desvelou ao longo de quatro capítulos explicativos para cumprir sua proposta inicial, a qual consiste em avaliar os impactos da UFPel no desenvolvimento da cidade de Pelotas. Para tornar mais claro os resultados, este capítulo se subdivide em cinco subtítulos: dimensão socioeconômica, dimensão demográfica, dimensão político-institucional, infraestrutural e cultural.

Logo, em cada subcapítulo é possível observar como a universidade participa do desenvolvimento local da cidade de Pelotas. Todavia, antes de apresentar os dados e a análise destes, cabe ressaltar alguns pontos importantes para entendimento desta dissertação:

Existe um conjunto de impactos que por causas variadas são difíceis de mensurar, e, que por este motivo, ficaram à margem das análises mais detalhadas, mas que são facilmente perceptíveis a todos os habitantes do município na última década. Pode-se citar como exemplos desses aspectos o aumento na demanda de atividades como a imobiliária e a comercial. Sem dúvida alguma, a ampliação do número de vagas promovida pelo REUNI aliada a vinda de estudantes de outros municípios e estados, proporcionada pelo SISU, causou impactos na demanda imobiliária por aluguel e venda de imóveis e incrementou o comércio local. Além disso, durante o mesmo período aqui analisado, o município vizinho, Rio Grande, experimentou o fenômeno de ampliação do Porto. Desde os anos de 2006 e 2007, a cidade presencia a instalação do Pólo Naval. Trata-se de um distrito Naval que tem como objetivo, além das atividades de importação e exportação costumeiras, a construção de cascos de plataformas petrolíferas e de plataformas que servirão para a extração de petróleo em alto mar. Este investimento gerou diversas mudanças no dinamismo e na estrutura da cidade de Rio Grande, e somou-se ao o fenômeno migratório que teve impactos refletidos na cidade de Pelotas. Em consequência é difícil precisar qual dos fenômenos é responsável pelo quantum de aumento na demanda imobiliária e no comércio da cidade.

Outros aspectos passíveis de percepção são o aumento na população residente em Pelotas e o possível impacto eleitoral. O município teve o número de representantes aumentado na Câmara de Vereadores de 15 para 21 em 2012 em virtude do aumento da população eleitoral, porém, é impossível dizer quanto dessa população pode ser atribuído à migração de jovens universitários para UFPEL sem a realização de uma pesquisa específica para este fim.

Vale lembrar, ainda, que Howlett et all (2013, p.16) ao falar da abordagem do Ciclo de políticas públicas chama atenção para as vantagens deste ciclo, segundo o autor, o ciclo proporciona, enquanto modelo de análise, o entendimento de um processo multidimensional por meio da desagregação da complexidade do processo em um número de estágios e subestágios, onde cada um pode ser investigado isoladamente ou relacionado com os demais estágios do ciclo. No caso deste trabalho, o olhar se volta para o estágio da implementação da reforma no ensino superior brasileiro e dos resultados obtidos nos subestágios com a implementação das políticas públicas REUNI e SISU pela UFPEL e sua relação com o desenvolvimento do município de Pelotas.

Feitas as devidas ponderações, cabe seguir a análise.

5.1 DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Os dados trabalhados estão sistematizados da seguinte forma: primeiro uma análise das variáveis associadas como sociais, ou como se refere Sen (1999, p. 25) ligadas à liberdade de oportunidades sociais, que são conjugadas com a observação de direitos sociais, como a educação, e a formação cidadã advinda, dentre outras, da educação. A segunda são as variáveis econômicas, classificadas por Sen (idem, ibidem) como liberdade para oportunidade para facilidades econômicas, como a obtenção de recursos que permitam a livre circulação de pessoas e mercadorias. A separação operada nesse item é realizada para melhor sistematização da análise havendo a consciência de que essas dimensões podem se interpenetrar, sobrepor e normalmente são interdependentes.

5.1.1 Dimensão Social

Segundo Hoff, Martin e Sopena (2011), a universidade propicia o desenvolvimento regional endógeno, a partir do contato com a comunidade, construindo e socializando conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão e influenciando a eficiência da estrutura espacial da economia regional.

Quando se analisa o impacto social de uma universidade em determinada região e os diferentes benefícios, as IES destacam-se como uma fonte de trabalhadores especializados, que providenciam serviços valiosos para os negócios, geram novas tecnologias por meio da investigação e desenvolvimento e contribuem para a qualidade de vida na região através de, entre outras, atividades de serviço comunitário (Clinch e Gerlowski, 2002; Greenspan e Rosan, 2007 apud FERNANDES, 2009, p.12).

A formação na educação formal permite maior vantagem comparativa na disputa por uma colocação no mercado de trabalho, portanto, da integração do cidadão por essa via. Existe, também, uma associação positiva entre nível educacional e renda (SALVATO, FERREIRA E DUARTE, 2010). Cidadãos com maior escolaridade são mais informados, via de regra, e com maior capacidade cognitiva. Tais vantagens operam como gatilhos de oportunidades proporcionando maior liberdade (SEN, 1999) para os cidadãos que conseguiram acessar esse direito nos níveis mais altos.

O quadro abaixo demonstra a evolução do número de cursos criados de graduação na UFPEL nos anos de 2004 a 2012. Convém lembrar que o REUNI foi implantado na Universidade em 2008.

Quadro 09 – Cursos de Graduação

ANO	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
Cursos de graduação	43	-	43	0%	47	9,3%	58	23,4%	62	6,9%	72	16,1%	88	22,2%	91	3,4%	103	13,2%
Média de crescimento 2004-2007									16,3%		Média de crescimento 2008-2012						12,4%	

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas prestações de contas da UFPEL.

Assim, o quadro 9 revela a variação quantitativa dos cursos ofertados pela UFPel. Nota-se um aumento de 139,5% entre 2004 e 2012, sendo 44,2% antes da implementação do REUNI (2008), e 95,3% depois da implementação do REUNI. Em números absolutos significa que, de 43 cursos de graduação, a universidade passou a ofertar 62 cursos em 2008 e 103 em 2012. Apesar do crescimento evidente e da promoção e da política de expansão nas universidades públicas federais, se observadas as médias de 2004 a 2007 da ampliação de novos cursos, ela atinge 16,3%, enquanto, a média obtida de 2008 a 2012 é de 12,4%. Portanto, inferior ao período em que a política pública específica voltada para expansão estava implementada na instituição, o que reforça a ideia de eficiência da política pública, mas não a de eficácia.

Tratando-se especificamente da relação entre novos curso e desenvolvimento local é possível tirar algumas conclusões. Há uma diversificação na oportunidade de formação da população pelotense nesse período, o setor de serviço que é um dos pilares do desenvolvimento local também foi fortalecido com a capacitação e qualificação de recursos humanos para novos nichos de mercados; ocorre um movimento migratório em direção ao município para realização desses novos cursos, principalmente, a partir de 2008 quando é implementada a política de seleção unificada, SISU.

Conforme ressaltado na metodologia foram buscados em outras fontes, especificamente a FEE – Fundação de Econômica e Estatística, para fins de confirmação e comparação os mesmos dados sobre a criação de novos cursos na UFPEL. O banco de dados da FEE apresenta o seguinte:

Quadro 10 – Cursos de Graduação da UFPel e da Cidade de Pelotas¹⁶

Ano	Cursos ofertados pela UFPel	% de part. da UFPel na oferta de cursos de graduação na cidade	Total de Cursos ofertados nas IES
2004	27	49,09	55
2005	28	48,28	58
2006	28	45,90	61
2007	35	47,95	73
2008	47	52,81	89
2009	85	62,96	135

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base no banco de dados da FEE.

Nota-se uma discrepância entre os dados apresentados nas prestações de contas da UFPel e os dados apresentados pela FEE. Para dar prosseguimento às análises, este estudo optou por utilizar os dados apresentados pela UFPel, visto que estes traziam a listagem dos cursos, possibilitando, assim, a confirmação da oferta/listagem curso a curso. Tal detalhamento levou a opção pela adoção da fonte de dado primário da UFPEL para as análises posteriores assumindo-a como mais confiável.

Mesmo que se assumam os dados da FEE como uma estimativa é interessante notar que a UFPel representa até 2007 quase metade de oferta dos cursos de graduação da cidade e a partir de 2008, passa a representar mais do que a metade, apresentando um salto para 63% em 2009. Os outros cursos são ofertados pelas outras cinco IES da cidade, a saber: Universidade Católica de Pelotas, Faculdade Anhanguera Educacional, Faculdades Senac, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IF-Sul e Uninter. Ou seja, cinco IES dividem a oferta de menos da metade de cursos de graduação na cidade, e apenas uma das outras instituições é pública (IF-Sul). Essa situação permite afirmar que a UFPel exerce um impacto positivo e significativo na cidade, sendo responsável por mais de

¹⁶ A FEE ainda não disponibilizou em seu portal os dados dos anos posteriores.

50% da especialização da cidade em Educação Superior, no mínimo, nos últimos seis anos. Conforme demonstrado no quadro, o impacto gerado pela UFPel na oferta de cursos de graduação foi aumentado com a implementação do REUNI em 2008.

O objetivo primor do REUNI como política pública, o qual consiste na busca pela expansão acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, é trabalhado no quadro abaixo, que demonstra uma ampliação do acesso ao ensino superior e evidencia a expressiva expansão da oferta de cursos de graduação na UFPel. Tal expansão sinaliza novamente para eficiência da política pública em sua formulação, mas como dito anteriormente não aponta para eficácia da política pública uma vez que o ritmo da ampliação não permitiu atingir as metas previstas na política. A ampliação do número de cursos ofertados oportuniza diversificação na qualificação profissional impactando diretamente na capacitação para o mercado e permitindo a formação de força de trabalho que atenda à faltas na realidade social.

Com o objetivo de aprofundar está análise, o quadro 11¹⁷ mostra a listagem dos cursos de graduação antes e depois do REUNI.

Logo, no primeiro período, de 2004 a 2008, pode-se perceber o surgimento de seis licenciaturas, sinalizando uma das linhas de atuação, por parte do Governo Federal, nesta direção. São licenciaturas da área de letras, humanas e artes. Os cursos de licenciatura contribuem com a qualificação da educação fundamental no município e na região ao oportunizar a qualificação de profissionais que atuam nessa área e atrair novos ingressantes. Percebe-se assim uma consonância entre a formulação da política pública e sua implementação pela agência executora, a UFPel.

Cursos do centro de artes foram inaugurados como Design Digital, Cinema e Animação, Música – Composição, demonstrando um olhar da instituição e do Ministério da Educação para a área das artes. Neste caso é possível falar da contribuição para a formação humana e expressão dos valores sociais, através da transmissão e criação cultural. É possível compreender também como estímulo para

¹⁷ Apêndice A.

áreas promissoras do mercado de prestação de serviços brasileiro que se traduzem na capacitação de profissionais para indústria do entretenimento e turismo.

Ligado ao Centro de Desenvolvimento Tecnológico surge o curso de biotecnologia e, no mesmo período, Zootecnia, ligado à Faculdade de Agronomia. Junto ao Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, o curso de Química Industrial, e, na área de ciências humanas, Antropologia Social e Conservação e Restauro de Bens Móveis iniciaram suas atividades neste momento. Importante ressaltar o surgimento de duas engenharias, já neste período, a engenharia geológica e a engenharia industrial madeireira passam a compor o quadro de graduações da UFPel. Também, foram implantados dois cursos na modalidade tecnólogo, a saber: viticultura e enologia e gestão de cooperativas.

A oferta de novos cursos de graduação não se concentrou em uma só área de conhecimento, percebe-se uma variedade na oferta desta modalidade de ensino na UFPel, no primeiro momento do governo Lula e antes da implementação do REUNI. Com relação ao horário de funcionamento e à ministração das aulas e disciplinas, com exceção das licenciaturas, Antropologia Social, Cinema e Animação e Conservação e Restauro de Bens Móveis (os cursos são diurnos, o que gera, pelo menos, um impacto secundário, com relação às bolsas (item que será analisado a seguir).

Após a implementação do REUNI, a expansão é continuada na área de Ciências Humanas, com o surgimento do curso de Arqueologia e Bacharelado em Antropologia, o Centro de Letras e Comunicação foi contemplado com quatro cursos (redação e revisão de textos, tradução – espanhol – português, tradução inglês – português e jornalismo), o Centro de Artes passou a ofertar vagas no curso de Cinema e Audiovisual, Música – Ciências Musicais e Música Popular, junto ao Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, juntam-se a Química Forense e o curso de Farmácia. De acordo com o novo norteador das universidades que cita a internacionalização das IES públicas e diante da posição estratégica da região (no sentido de território fronteiro com outros países), surge o curso de Relações Internacionais. A criação do curso, também, evidencia o processo de internacionalização, o qual propõe que as IES busquem a ampliação desse espaço

preparando-se para a mundialização sócio-política-econômica-cultural, dando conta de uma sociedade cada vez mais multicultural e internacional. (RAMOS, GARCIA, NOGUEIRA. 2013).

Ligado a Faculdade de Medicina, o curso de Terapia Ocupacional é fundado. Com relação às engenharias, é neste período que ocorre a maior expansão percebida pela instituição nesta área, são nove novos cursos de graduação: Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Eletrônica, Engenharia Hídrica, Engenharia Sanitária e Ambiental. Essas áreas são particularmente importantes, pois visam atender carência de capacitação de profissionais no Brasil. Pode-se perceber a especialização de mão-de-obra e de conhecimento em áreas distintas. Todavia, apesar do investimento espalhado em áreas distintas, é inevitável, observar a marcada expansão na área das engenharias, este tipo de expansão sinaliza para áreas e campos de conhecimento que não eram contemplados com vagas em IES públicas na região anteriormente.

Com o REUNI, as licenciaturas, também, sofreram uma expansão significativa. A partir de 2008, Ciências Biológicas, Educação Física, Filosofia e Química passaram a ser ofertadas na instituição. Porém, o maior impacto do ensino de licenciaturas foi implementado na modalidade à distância, Educação no Campo à Distância, Espanhol à Distância, Geografia à Distância, Letras à Distância, Matemática à Distância e Pedagogia à Distância passaram a ser ofertadas pela UFPel, o que contribui diretamente na formação continuada de professores que exercem suas docências nas escolas pelotenses ou da região. Cabe aqui sinalizar que a UFPel se faz presente em diversos municípios do Rio Grande do Sul e de outros Estados através dos Pólos de Ensino à Distância, porém, estes pólos não são objeto de análise neste estudo. Para fins ilustrativos e a título de informação a respeito, no apêndice 2, foi compilada uma listagem dos cursos e cidades atendidas.

No que se refere ao ensino tecnológico, o REUNI demonstra um forte investimento nesta modalidade surgiram os cursos de Agroindústria, Alimentos, Gastronomia, Geoprocessamento, Gestão Ambiental, Gestão Pública, Processos

Gerenciais e Transportes Terrestres. Nota-se o impacto de geração de mão de obra especializada nestas áreas, possivelmente, de demanda da sociedade local, regional e/ou nacional, diante das características das atividades econômicas da região. Pelotas, segundo informações obtidas junto à prefeitura, destaca-se por sediar um expressivo parque agroindustrial e de conservas alimentícias, produz mais de 40 e 50 milhões de latas de conserva de pêssego, tem a maior capacidade instalada de abate de bovinos em âmbito estadual, é o maior beneficiador de arroz da América Latina (na cidade estão localizados 20 engenhos onde são processados em torno de 45 mil toneladas/ano de arroz), também se destaca na região a indústria de laticínios (mais de 360 mil litros de leite por dia). Soma-se a essa explicação sobre o surgimento dos cursos tecnológicos (a UFPEL não ofertava essa modalidade até 2007), a evolução da tecnologia e a necessidade de uma rápida resposta para formação de profissionais que atendessem as demandas. Nesse sentido, os cursos a distância são criados com a mesma justificativa, e no intuito de atender a demandas de acesso das classes menos privilegiadas. Essas novas estruturas acadêmicas comportam novos cursos e representam novas formações de capital humano disponível em áreas que antes não existiam.

Cabe observar nesse caso a concepção de sistema político desenvolvida por Easton (1967) onde as demandas dos grupos de interesses (inputs) são recebidas pelo governo que toma decisões e produzem efeitos (outputs), muitas vezes em forma de políticas públicas. No caso dos novos cursos criados pela UFPEL é visível a resposta do governo em relação as demandas apresentada pelo mercado de trabalho nos últimos anos sobre as áreas de engenharia, licenciatura e biomédicas consideradas gargalos para o desenvolvimento brasileiro.

A partir do quadro 11, observa-se a geração de um tipo de conhecimento novo, da qualificação de capital humano que anteriormente não ocorria. Outras universidades e faculdades instaladas na cidade, leia-se Universidade Católica de Pelotas- UCPel, Anhanguera Educacional, Faculdades de Tecnologia SENAC e UNINTER não ofertam estes tipos de curso, a exceção das engenharias civil, da computação e eletrônica, do jornalismo, da psicologia e ciências biológicas que são ofertados pela UCPel, porém, diante da natureza desta instituição, os cursos são

pagos. Logo, o REUNI permitiu, neste sentido, uma ampliação das vagas da universidade e a maior oferta de cursos variados a nichos profissionais não atendidos até então, ampliando assim, o acesso ao ensino superior à parte da população que, anteriormente, não era atendida. Alguns destes cursos não são ofertados por nenhuma outra instituição no sul do Estado, tais como Engenharia Sanitária e Ambiental, e outros, não são ofertados, por outras IES, em todo o sul do país, tais como cinema e animação, engenharia do petróleo e química forense, ou seja, a política pública de expansão do ensino superior implementada pela UFPel apresenta um impacto que vai além do município.

A expansão proposta pelo REUNI não se restringiu apenas aos cursos de graduação. Nos cursos de Pós-Graduação, algumas mudanças são percebidas, conforme demonstrado no quadro 12.

Quadro 12 – Cursos de Pós-Graduação

ANO	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
Cursos de pós-graduação	22	-	22	0%	30	36,4%	30	0%	34	13,3%	35	2,9%	43	22,9%		9,3%	56	19,1%
% Média de crescimento 2004-2008									12,4		% Média de crescimento 2008-2012						13,6	

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos.

Neste sentido, o REUNI sinaliza o investimento, também, na especialização e no aprimoramento de conhecimentos adquiridos na graduação. O aumento da pós-graduação na UFPel é parte de um movimento nacional neste sentido, segundo dados divulgados pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, de 1999 a 2009, o número de alunos de mestrado, doutorado e mestrado profissional passou de 80 mil inscritos para 160 mil em todo o País. A expansão do acesso se deu na ordem de 154,5% se considerado 2004 a 2012. Nessa modalidade de ensino é possível observar claramente os resultados pretendidos pela política pública REUNI, pois se comparada as médias dos anos anteriores (2004-2008) 12,4% a implantação da política e as médias posteriores (2008-2012) 13,6% há um acréscimo de 1,2 %.

Quadro 13 – Crescimento da Pós-Graduação antes e depois do REUNI

Doutorados	Antes do REUNI (até 2008)	Pós-REUNI (até 2012)	Crescimento % 2008-2012
Ciências Agrárias	7	7	0
Ciências Biológicas	4	7	75
Ciências Exatas e Tecnologia	0	1	100
Ciências Humanas	1	2	100
Total	12	17	68,7
Mestrados			Crescimento % 2008-2012
Ciências Agrárias	7	8	14,3
Ciências Biológicas	7	8	14,3
Ciências Exatas e Tecnologia	4	9	125
Ciências Humanas	4	12	200
Letras e Artes	0	2	200
Total	22	39	110,7

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos.

Após a implementação do REUNI, a UFPel sofre um aumento de 89,7% nos seus cursos de Pós-Graduação nas mais distintas áreas. Nota-se que o crescimento de mestrados foi maior que o crescimento de doutorados, o que já era esperado diante das normas de criação de cursos de pós-graduação da CAPES. O maior aumento se refere aos cursos de Mestrado da área das Ciências Humanas. Conforme demonstrado no quadro a seguir. Cabe lembrar que para o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Local de Pelotas-2012* essa expansão vai se relacionar de forma direta com os setores de serviço que o município se destaca como formação humana, pesquisa e assistência técnica representando um investimento na continuidade desse perfil.

A pesquisa da documentação da universidade, a qual foi sistematizada neste capítulo, permite observar que em 2006, ocorreu a criação do Mestrado e Doutorado do Sistemas de Produção Agrícola Familiar, de dois doutorados (veterinária e educação) e de quatro mestrados (educação física, química, ciências

sociais e memória social e patrimônio cultural). Já em 2008, foram criados quatro Mestrados: Enfermagem, Arquitetura e Urbanismo, Física, Filosofia. Em 2009, o Mestrado em Organização e Mercados foi constituído. Em 2010, observa-se a origem de 7 mestrados: Nutrição e alimentos, bioquímica e prospecção, ciência e engenharia de materiais, computação, ciência política, história, letras e um doutorado em Parasitologia. Em 2011, ocorre a fundação de 3 mestrados: Manejo e Conservação do Solo e da Água, Ensino de Ciências e Matemática e Artes Visuais e um doutorado em Manejo e Conservação do Solo e da Água. Em 2012, surgem os doutorados em enfermagem, memória social e patrimônio cultural e química, além dos mestrados em antropologia, geografia e modelagem matemática. Ocorre neste ano, também, a transformação do mestrado em ciências sociais em sociologia.

Quadro 14 – Listagem dos cursos de Pós-Graduação antes e depois do REUNI

2004	2008	2012
Mestrado e Doutorado		
Agronomia	Agronomia	Agronomia
Biotecnologia Agrícola	Biotecnologia Agrícola	Biotecnologia Agrícola
Ciência e Tecnologia Agroindustrial	Ciência e Tecnologia Agroindustrial	Ciência e Tecnologia Agroindustrial
Ciência e Tecnologia de Sementes	Ciência e Tecnologia de Sementes	Ciência e Tecnologia de Sementes
	Educação	Educação
		Enfermagem
Epidemiologia	Epidemiologia	Epidemiologia
Fisiologia Vegetal	Fisiologia Vegetal	Fisiologia Vegetal
Fitossanidade	Fitossanidade	Fitossanidade
		Manejo e Conservação do Solo e da Água
		Memória Social e Patrimônio Cultural
Odontologia	Odontologia	Odontologia
		Parasitologia
		Química
	Sistemas de Produção Agrícola Familiar	Sistemas de Produção Agrícola Familiar
	Veterinária	Veterinária
Zootecnia	Zootecnia	Zootecnia

Mestrado		
		Antropologia
	Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo
	Ciências Sociais	Artes Visuais
		Bioquímica e Bioprospecção
		Ciência e Engenharia de Materiais
		Ciência Política
		Computação
Educação	Educação Física	Educação Física
	Enfermagem	Enfermagem
		Ensino de Ciências e Matemática
	Filosofia	Filosofia
	Física	Física
		Geografia
		História
		Letras
	Memória Social e Patrimônio Cultural	Memória Social e Patrimônio Cultural
Meteorologia	Meteorologia	Meteorologia
		Modelagem Matemática
		Nutrição e Alimentos
Parasitologia	Parasitologia	Organizações e Mercado
	Química	Química
Veterinária		Sociologia

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos.

Com o REUNI, o maior crescimento se deu na graduação, porém a pós-graduação também foi atendida pela política. Quando se volta o olhar para o município, o fenômeno se repete, no sentido de que as pós-graduações criadas não são ofertadas até o ano presente (2014) pelas outras IES, somente o mestrado em letras era existente na UCPel.

Quadro 15 – Cursos de Pós-Graduação em Pelotas

Cursos em 2014	Anhanguera	%	IF-Sul	%	Senac	%	UCPel	%	UFPel	%	Total
Latu Sensu	19	24,7	4	5,2	3	3,9	20	26	31	40,3	77
Stricto Sensu	0	0,0	1	1,5	0	0,0	8	11,9	58	86,6	67
Total	19	13,2	5	3,5	3	2,1	28	19,4	89	61,8	144

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nos sites da Anhanguera, IF-Sul, Senac, UCPel e UFPel.

Conforme demonstrado no quadro 15, a Pós-Graduação é massivamente ofertada pela UFPel na cidade de Pelotas, representa 61,8% das ofertas neste nível de ensino, seguida pela UCPel, a qual representa 19,4%. Somando-se todas as IES, que ofertam Pós-Graduação na cidade não se tem a metade do número de pós-graduação disponibilizados pela UFPel à população.

Diferentemente do que foi observado em escala nacional, onde a maior parte dos cursos e vagas são ofertados por IES privadas, no que se refere à oferta de cursos e vagas à população, em Pelotas, a presença do Estado se faz massivamente. Pelotas está localizada em uma região interiorana, considerada com baixo índice de desenvolvimento, marcada, historicamente, por desigualdades econômicas e sociais quando comparada a outras cidades do Estado. Neste sentido, com relação à interiorização do ensino superior, pode-se afirmar que o Governo Federal cumpriu este objetivo.

Nota-se através do quadro e da listagem dos cursos, uma preferência das IES em disponibilizar cursos Latu Sensu, (nesta modalidade a UFPel representa 40,3%, e, na modalidade Strictu Sensu, 86,6%), também, pode-se perceber que a maior parte dos cursos disponibilizados pelas IES (que não se configuram em universidade) não exigem a utilização de laboratórios, a exceção dos cursos que envolvem a utilização direta de informática, o que denuncia uma prática utilizada pelos centros de ensino superior e faculdades, criticada por inúmeros autores (DOURADO, 2002; LIMA, PRADO, VIERA, 2011) e que é passível de análise em um futuro estudo.

Quadro 16 – Listagem dos cursos de Pós-Graduação em Pelotas

Anhanguera	IF-Sul	Senac	UCPel
Alfabetização e Letramento	Edu. Profis. - Docência	Especialização em Gerenciamento de Projetos - 7ª Edição	Análises Clínicas
Didática e Metodologia do Ensino Superior	Linguagens	Especialização em Gestão de Negócios - 3ª Edição	Biologia da Conservação
Direito e Processo do Trabalho	Educação	Especialização: Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas	Cosmetologia e Estética
Educação Física Escolar	Mídias na Educação		Design, Moda e Consumo
Educação Infantil	Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia		
Empreendedorismo e novos negócios			Direito Tributário Empresarial
Enfermagem do Trabalho			Educação Infantil
Engenharia da Qualidade Integrada			Enfermagem de Intensivo Adulto e Idoso - 1ª edição
Gestão Ambiental			Enfermagem do Trabalho - 4ª edição - Pelotas
MBA em Controladoria			Engenharia de Segurança do Trabalho - 9ª edição – Pelotas
MBA em Gestão Estratégica de Negócios			Fisioterapia Cardiorrespiratória e Terapia Intensiva
MBA em Gestão Pública			Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica - 2ª Edição
MBA em Gestão da Tecnologia da Informação			Gestão de Pessoas
MBA em Gestão de Pessoas			Marketing e Inovações em Comunicação
MBA em Gestão de Projetos			MBA em Gestão da Inovação
MBA em Marketing e Vendas			MBA em Gestão de Eventos

Psicopedagogia			MBA em Gestão Estratégica de Negócios
Psicopedagogia Institucional			MBA em Controladoria e Finanças
Serviço Social e Gestão de Projetos Sociais			Medicina do Trabalho - 6ª edição – Pelotas
			Orientação Educacional
			Psicopedagogia
			Mestrado e Doutorado em Letras
			Mestrado e Doutorado em Política Social
			Mestrado e Doutorado em Saúde e Comportamento
			Mestrado em Engenharia Eletrônica e Computação
			Mestrado Profissional em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nos sites da Anhanguera, IF-Sul, Senac, UCPel e UFPel.

Voltando às Pós-Graduações ofertadas pela UFPel pós-REUNI, pode-se perceber, também, que a arquitetura da política pública de educação superior coincide, neste sentido, com o Processo de Bolonha, o qual apresenta como um de seus principais objetivos a adoção de um sistema baseado em dois ciclos, onde o primeiro ciclo é a graduação, o segundo se refere à pós-graduação, mestrado e doutorado. O plano inicial do REUNI objetivava a oferta de ensino superior a 30% da população na faixa etária dos 18 aos 24 anos, até 2011, o ideal seria mapear a origem dos alunos da UFPel e sua faixa etária para avaliar até que ponto este objetivo foi atendido, no entanto, a universidade não dispõe destes dados compilados ou informatizados no período aqui compreendido (a partir de 2013, este trabalho é feito pela Diretoria de Registros Acadêmicos – DRA). Para se realizar tal

avaliação, seria necessária a busca destes dados pasta a pasta física de alunos, o que inviabilizaria a execução deste trabalho no tempo previamente determinado.

Considerando que o desenvolvimento é promovido através da ampliação das liberdades substantivas e instrumentais (SEN, 2000) e o acesso à educação configura-se em uma liberdade instrumental, ou seja, auxilia na promoção da capacidade geral de uma pessoa, reforçando sua condição de agente, de cidadão capaz de realizar escolhas, o REUNI demonstra uma relação positiva no município de Pelotas, pois amplia as possibilidades na busca pelo conhecimento, aperfeiçoamento, formação e profissionalização da população.

Ao lançar olhar aos alunos da UFPel foi possível realizar um levantamento do número e da modalidade de matrícula na instituição conforme o quadro 17 demonstra:

Quadro 17 – Número de alunos por modalidade de matrícula

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Educação Profissional	850	835	1.041	996	1.051	1.445	2.515	5.000	4.180
Graduação	6.965	7.184	8.627	9.650	10.184	10.333	12.426	14.660	16.793
Pós-Graduação	1.278	1.433	1.571	1.696	1.977	1.814	2.024	2.322	2.510
Universidade Aberta e à Distância	233	71	209	202	1.390	3.200	4.200	5.671	5.657
TOTAL	9.326	9.523	11.448	12.544	14.602	16.792	21.265	27.841	28.605
% total ref. Ao ano ant.		2,11	20,21	9,57	16,41	15,00	26,64	30,92	2,74

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos.

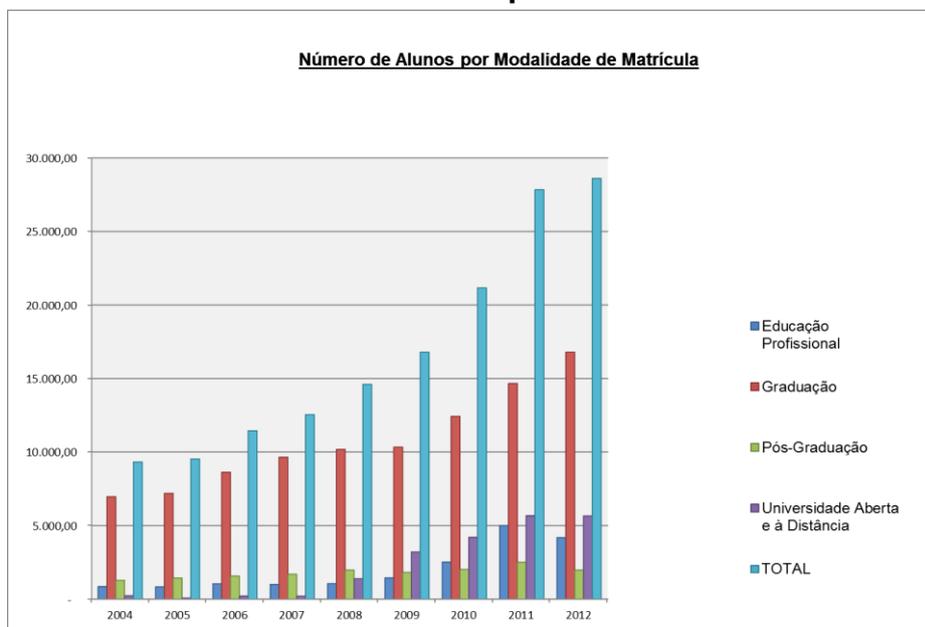
A Universidade Federal de Pelotas era, até 2007, uma universidade que apresentava um crescimento gradual no número de matrículas. A expansão apresentava um comportamento de aumento médio de 10,63% até 2007, a partir de 2008 destaca-se uma elevação da média para 18,34%, sendo que nos anos de 2010 e 2011 é possível observar o resultado da política REUNI nas matrículas. O salto

representa uma expansão efetiva média de 28,78% ao ano e, em 2012, representa um crescimento de quase 200% nas matrículas.

É possível observar no quadro acima que a partir do ano de 2008 ocorre uma expansão, sobretudo, na modalidade de matrícula dos cursos de educação à distância. Já no ano de 2010 e 2011 os grandes responsáveis pelo aumento nas matrículas são os cursos de educação profissional e a graduação presencial. Tal fenômeno não só permite ao indivíduo viver melhor em sua vida privada, como proporciona este a participar melhor da vida pública (SEN, 2010), permitindo outra visão de mundo a partir da universidade, melhorando, inclusive, sua condição enquanto cidadão.

Os dados analisados em relação à expansão da matrícula confirmam o estudo de Ramos, Garcia e Nogueira (2013) apontando que a UFPel cumpriu com a meta estabelecida na proposta de adesão ao REUNI. A universidade superou a meta de 20% de crescimento nos cursos de graduação e 100% nas vagas ofertadas. A política pública nesse sentido funcionou como indutora do potencial de desenvolvimento da instituição, que ao ser estimulada supera as expectativas que lhe eram atribuídas.

Gráfico 07 – Número de Alunos por Modalidade de Matrícula



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do gráfico 07 é possível perceber um crescimento do número de alunos de 206,7% do ano de 2004 ao ano de 2012, anos extremos do recorte deste estudo. É salutar ressaltar, também, que, antes da implementação do REUNI, o crescimento do número de alunos girava em torno de 19%, enquanto, depois da implementação do REUNI, está média sobe para 134%. O maior pico pode ser percebido entre 2010 e 2011, de um ano para o outro, o crescimento foi de 70,5% no número de alunos da Instituição. E o menor é de 2011 para 2012, onde o percentual de crescimento é de 8,2%.

O aumento substancial das matrículas pode ser explicado pelo crescimento no número de vagas de cursos já existentes e pela abertura de cursos novos. A partir de 2008, cabe lembrar que a UFPel aderiu ao SISU, sistema informatizado onde as IES ofertam suas vagas.

Devemos lembrar que no ano de 2009 e 2010 foram criados 5 novos centros e uma faculdade na UFPEL. Em 2009 observamos a criação do Centro das Engenharias e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, enquanto em 2010 foram criados o Centro de Artes, Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos, Centro de Letras e Comunicação ,e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB).

Quadro 18 – Organização das unidades acadêmicas

Centros	Escola Superior	Institutos	Faculdades	Conservatório
7	1	4	11	1

Fonte: elaborado pela autora com base em informações disponibilizadas no site da UFPel

Todavia, o fato de haver uma expansão no número de matrículas não estabelece de forma imediata impacto no mercado de trabalho ou no nível de renda da região, causado por esta mão de obra, pois devem ser considerados o tempo de formação dos alunos e a possibilidade de evasão, transferência e trancamento das matrículas. Todavia, o aumento efetivo no número de alunos que passaram a frequentar a universidade e circular em suas diversas dependências espalhadas

pela cidade estimulam o fornecimento de serviços e o conseqüente aumento de empregos e iniciativas empreendedoras.

Para saber qual o impacto na formação de capital humano promovido pela UFPEL é necessário observar o número de concluintes.

Quadro 19 – Número de matrículas e concluintes

Ano	Matrículas	%	Concluintes	%
2004	7.230		1.148	
2005	7.324	1,30	1.273	10,89
2006	7.115	-2,85	1.337	5,03
2007	8.077	13,52	1.049	-21,54
2008	9.895	22,51	1.315	25,36
2009	11.120	12,38	989	-24,79
2010	16.613	49,40	1.298	31,24
2011	21.490	29,36	1.345	3,62

Fonte: quadro elaborado, para este estudo, com base em dados disponíveis no site do INEP.

Com relação às matrículas, o quadro acima demonstra o crescimento de 197,23% de 2004 a 2011, porém o mesmo não ocorre com o número de concluintes, o qual, pode-se afirmar, que segue uma constância, inclusive demonstrando duas baixas nos anos de 2007 e 2009, quando comparado ao ano anterior. O crescimento médio do número de matrículas antes do REUNI era de 12,1%, após, este número passou a ser 28,4%, ou seja, mais do que o dobro da média que se apresentava antes da implementação do programa. Pode-se perceber uma constância no número de matrículas até o ano de 2009, somente a partir de 2010 tem-se um salto, ocorre um crescimento de 49,4% com relação a 2011, isso ocorre porque em 2010 se tem a criação de cursos novos na universidade.

Quadro 20 – Número de matrículas e concluintes

Ano	Matrículas – UFPEl	Totais	Concluintes – UFPEl	%
2004	5.261	10.924	775	1.633
2005	5.375	11.499	953	1.858
2006	5.062	11.791	1.067	2.137
2007	5.688	12.733	787	2.039

2008	6.390	14.130	993	2.170
2009	10.947	19.385	992	2.427

Fonte: quadro elaborado, para este estudo, com base em dados disponíveis banco de dados da FEE.

Para fins de comparação, com relação às matrículas e concluintes, a discrepância nos números apresentados por dois órgãos diferentes ocorre novamente. Contudo, mesmo sendo baseados em estimativas, os números apresentados pela FEE são relevantes e ilustrativos, pois apontam o peso da UFPel na cidade. Todavia, como os dados utilizados pelo INEP são utilizados para realizar os censos de educação e são alimentados pelas próprias IES, utilizou-se o quadro 19 para dar continuidade ao trabalho aqui desenvolvido.

O REUNI ampliou o acesso, porém o número de formados ainda não apresenta aumento. Deve-se levar em consideração que o início do programa data de 2008, ou seja, considerando que um curso de graduação tem duração de, no mínimo, quatro anos, os alunos que ingressaram a partir da expansão na universidade só serão contabilizados, nesta conta, a partir dos dados de 2012, os quais não estão disponíveis no site do INEP, instituto fonte de consulta neste quadro.

A ampliação das vagas na UFPel gerou outros fenômenos e foi acompanhada pelo aumento de outras variáveis. Pode-se observar um aumento nos cursos diurnos e integrais, tais como as engenharias, alguns cursos de letras, artes e agronomia, o que impossibilita a atividade profissional e remunerada em muitos casos. Logo, é possível afirmar que o número de alunos que devem ser atendidos por algum tipo de assistência estudantil foi aumentado, de acordo com a demanda que a PRAE apresenta.

Quadro 21 - Assistência aos alunos

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
CEU ¹⁸		188	195	186	187	203	204	204	135
Aux. Alimentação		1100	1250	1330	1450	1551	1817	1933	2371
Auxilio Transporte		1583	1620	1691	1710	1807	2080	2374	2769
Auxilio Moradia							145	302	513
Auxilio Pré-escolar						40	78	98	135
Auxilio Instrumental odontológico							6	18	33
Alojamento Provisório							100	97	46

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos e material disponibilizado pela PRAE

Segundo Silva e Bassi (2012), para garantir realidades mais equitativas, não são poucas as vezes que o governo lança políticas. Neste sentido, a UFPel trabalha com uma política de assistência estudantil que objetiva auxiliar aquele aluno que não teria condições de se manter na instituição por si só. Os auxílios que a PRAE apresenta são: CEU (uma vaga disponibilizada na casa do estudante), Auxílio Alimentação (uma refeição diária no Restaurante Escola, para moradores da CEU são disponibilizadas três refeições, café da manhã, almoço e janta), Transporte (fornecimento de vales transportes), Moradia (valor de R\$360,00 para auxiliar o pagamento de uma moradia em Pelotas, no período do curso), Pré-escolar (valor de R\$217,20 – 30% do salário mínimo para aqueles que residem com filhos de até 5 anos e 364 dias), Instrumental (Kit com Instrumentos odontológicos para alunos do

¹⁸ Casa de Estudante da UFPel

curso de graduação em odontologia), Alojamento Provisório (durante o período de tramitação do processo de solicitação dos programas de auxílio moradia e da CEU, a instituição providencia um alojamento provisório para os estudantes).

Observando a evolução da assistência estudantil de 2004 a 2012, é possível notar o aumento de todas as modalidades, com exceção do número de alunos na casa do estudante. Isto porque não houve expansão na estrutura física da CEU que permitisse a ampliação dos alojamentos, nem foi providenciada uma nova moradia estudantil, assim, a universidade, a partir de 2010, deu início a um novo tipo de auxílio, o “auxílio moradia”.

As políticas públicas de expansão do ensino superior, REUNI e SISU, modificaram realidades pré-existentes de seleção das Universidades Federais, que privilegiavam o acesso aos alunos que possuíam níveis de renda mais confortáveis. A proposta de democratização e a meta de ampliar as políticas de inclusão se dão, sobretudo, através da assistência aos alunos de baixa renda. Com o propósito de viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o governo federal lançou o PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o qual leva em consideração o perfil socioeconômico dos alunos e a realidade das instituições. O programa tem o objetivo de manutenção do aluno na IES e da diminuição de evasão.

Na pós-graduação, existe um programa de bolsas que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes regula, o objetivo das bolsas Capes é estimular a formação de recursos humanos de alto nível. Na UFPel, tem-se:

Quadro 22 – Bolsas Capes na UFPel

	2004	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
Mestrado	126	135	7,1	137	1,5	149	8,8	218	46,3	297	36,2	317	6,7	343	8,2	475	38,5
Doutorado	56	63	12,5	83	31,7	102	22,9	128	25,5	167	30,5	192	15,0	196	2,1	263	34,2
Total	182	198	8,8	220	11,1	251	14,1	346	37,8	464	34,1	509	9,7	539	5,9	738	36,9
Média de crescimento 2004-2008							11,3	Média de crescimento 2008-2012							24,9		

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base em material disponibilizado pela PRPPG/UFPel.

A análise foi centrada neste tipo de bolsa de pós-graduação, por entender que está é a bolsa de maior presença na instituição. O quadro 12 mostra o crescimento

do número e do percentual de bolsas de mestrado e doutorado disponibilizados a alunos de pós-graduação da UFPel ano a ano. Pode-se perceber a expansão significativa na disponibilização destas bolsas. A média de crescimento foi aumentada depois do REUNI, passou de 11,3% para 24,9%.

Os cursos de pós-graduação ao fornecerem bolsas de estudos fixam os estudantes no município, pois é regra da CAPES que o aluno bolsista não possa residir a uma distância maior que 100 km do local do curso. Tal fato faz com que durante o período de formação o estudante resida em Pelotas estimulando a demanda por serviços, residência, o que estimula a economia local.

Para além, segundo San Martin e Hoff (2011) a universidade impacta socialmente na disseminação de novas ideias, geração, transmissão e disponibilização de conhecimento à comunidade interna e externa. Neste sentido, a pesquisa faz parte dos três pilares da atividade universitária (ao lado de ensino e extensão). Por meio da Pesquisa gera-se um novo conhecimento, aprofunda-se um pré-existente e/ou refuta-se uma ideia anteriormente concebida, o que gera resultados, tanto no âmbito interno da universidade, quanto no âmbito externo, através da disseminação de capital intelectual.

Quadro 23 – Número de Pesquisas Publicadas

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Número de Pesquisas publicadas	1.010	805	1.381	1.736	-	150	743	2.844	2.733
% ano ant.		-20,30	71,55	25,71	-	-	395,33	282,77	-3,90
% ref. a 2004		-20,30	36,73	71,88	-	-85,15	-26,44	181,58	170,59

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos.

É possível perceber que a alimentação do banco de dados com relação à pesquisa não foi realizada adequadamente, visto que no ano de 2008, não constam

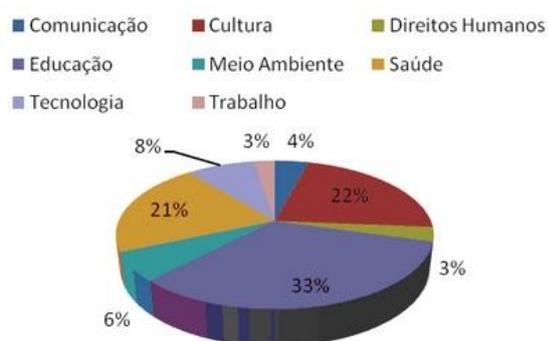
registros e houve pesquisas publicadas¹⁹. É duvidoso, também, que em 2009, apenas 150 pesquisas tenham sido publicadas. Porém, a tabela mostra os dados que foram disponibilizados, apresentando um decréscimo em 2005, 2009 e 2010 quando comparados a 2004. O ano de 2011 apresenta o maior número de pesquisas publicadas e 2009 o menor. Neste sentido e de acordo com este banco de dados, observa-se que o REUNI pode ter contribuído no aumento do número de pesquisas publicadas em 2011 e 2012, todavia a política não impactou nos anos anteriores (2008 a 2010).

Junto à pesquisa, a extensão é parte da atividade universitária e se constitui uma função social da universidade, realizada, normalmente, por meio de ações dirigidas à sociedade. A extensão da UFPel é organizada em torno de oito áreas temáticas: comunicação, educação, tecnologia, cultura, meio ambiente, trabalho, direitos humanos e saúde. Estas áreas estão em consonância com os eixos temáticos do plano nacional de extensão elaborado pelos pró-reitores das universidades públicas brasileiras.

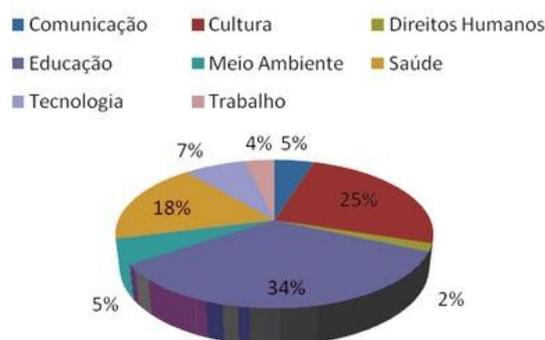
¹⁹ Comprovando a não alimentação correta do sistema, é possível encontrar, nas plataformas de publicações, pesquisas neste ano, a exemplo pode-se conferir na Revista Brasileira de Epidemiologia, uma pesquisa publicada no seguinte endereço: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2008000500014

Figura 07 – Projetos de extensão por área temática – 2009 -2012

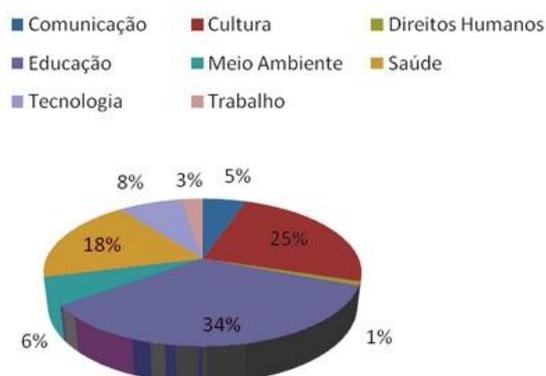
Projetos por Área Temática - 2009



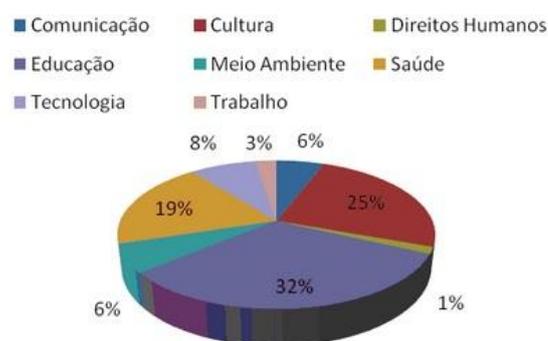
Projetos por Área Temática - 2010



Projetos por Área Temática - 2011



Projetos por Área Temática - 2012



Fonte: Prec- UFPel

A extensão universitária da UFPel não dispunha de um sistema de compilação de dados até 2009, portanto, a maior parte das informações captadas são a partir deste ano.

Conforme demonstrado na figura acima, os projetos mantêm uma distribuição constante por área temática. É possível observar que a universidade detém, majoritariamente, projetos na área de educação, seguido por cultura e saúde, representando, em média, quase 70% do número total de projetos desenvolvidos pela instituição.

Quadro 24 – Projetos de Extensão

ANO	Projetos de Extensão		
	580	% ano ant.	% ref. a 2009
2009	580		
2010	585	0,86	0,86
2011	706	20,68	21,72
2012	711	0,71	22,59

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base no sistema da Pró-Reitoria de Extensão.

O quadro 24 demonstra o número de projetos de extensão de 2009 a 2012, observa-se um crescimento contínuo, o qual apresenta o maior pico em 2011, exibindo um aumento de 20,68% quando comparado a 2010. No entanto, não se pode afirmar que o número de projetos voltados à comunidade local foi aumentado depois da implementação do REUNI, visto que não se tem registros desta natureza, antes da implementação do programa. No entanto, a fim de mensurar o impacto da extensão na dimensão social do desenvolvimento local, este estudo analisou alguns projetos e os principais serviços prestados à comunidade local através da extensão, conforme disposto no quadro 13.

Quadro 25 – Serviços Prestados pela UFPel à Comunidade Local

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Serviços à comunidade por meio da extensão universitária (beneficiados)	520.000	888.688	1.018.952	752.128	318.553	318.553	271.352	300.600	257.475
Assistência hospitalar e ambulatorial à população pela UFPel	51.317	334.932	335.976	99.070	-	313.591	410.529	455.248	486.322
Atendimentos jurídicos através da assistência da faculdade de Direito da UFPel	1.411	1.343	1.343	525	505	1.785	372	72	0
Atendimentos odontológicos				34.666	32.649	33.389	33.544	33.303	35.636

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base nas prestações de contas da UFPel dos respectivos anos.

Com relação aos serviços prestados pela UFPel à comunidade local, nota-se um aumento de beneficiados de 2004 a 2006. A partir de 2007, ocorre a queda do número de beneficiados. Todavia, acredita-se que o sistema, também neste caso, não esteja sendo alimentado de forma adequada, visto que, ainda que o REUNI não

tenha aumentado a participação da universidade nestes setores sociais, ocorreria um aumento constante, diante do aumento da população e do aumento do número de alunos na universidade, o mesmo ocorre com relação à assistência hospitalar e aos atendimentos jurídicos.

Já no que se refere aos atendimentos odontológicos, nota-se uma constância no número de atendimentos, aqui, cabe ressaltar que a universidade não utilizava controle sobre este número até 2006. Estes atendimentos são realizados por alunos, egressos e professores, e consistem em, no mínimo, quatro procedimentos cirúrgicos mensais, confecção de Próteses Buco Maxilo Faciais, diagnóstico de doenças e atendimento clínico.

Na área da saúde, o pronto-socorro até setembro de 2006 era mantido pela UCPel e Secretaria Municipal de Saúde, a partir deste mês, a UFPel assinou a contratualização junto aos outros dois órgãos, assim, a gestão do hospital é realizada de forma compartilhada²⁰ realiza atendimentos ambulatoriais, pronto atendimentos, urgências e emergências (fazendo parte do Programa de Reestruturação da Atenção de Urgência e Emergência do Município de Pelotas, se constituindo, assim, referência para Atenção em Urgência e Emergência do Município e Macrorregião), exames e consultas médicas. Além de manter comissões com atividades permanentes que realizam ações para atendimento das políticas prioritárias do SUS – Sistema Único de Saúde, tais como o Humaniza SUS, o qual consiste no acolhimento, ouvidoria, abordagem de problemas e situações diversas, atendimento e consulta ambulatorial; Saúde do Trabalhador, o Hospital participa da Rede Nacional da Saúde do Trabalhador (RENAST), realizando os atendimentos que lhe são referenciados; Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante, desde 2001, o hospital desenvolve atividades relacionadas a transplantes, localização de doadores, conscientização junto à comunidade, entre outros; alimentação e Nutrição, equipe que se detém na segurança e qualidade dos alimentos fornecidos pelo Hospital, Saúde da Mulher, ações voltadas à saúde da mulher, saúde da

²⁰ Mantido pela UFPel, UCPel e Prefeitura, em forma de parceria, mediante convênio, o qual será mais bem detalhado a seguir.

criança, o hospital desenvolve ações permanentes voltadas à saúde da criança, comitê municipal de mortalidade infantil – CAMMI, a UFPEL, através do centro de Pesquisa atua ativamente junto ao CAMMI; DST /HIV/AIDS, o hospital é referência para o atendimento de pacientes portadores do vírus HIV e realiza estes atendimentos através do Hospital-Dia, Programa de Internação Domiciliar Interdisciplinar, apresentado no próximo parágrafo.

Além do atendimento hospitalar do Hospital Escola à população de Pelotas, a Universidade dispõe de outras ferramentas de saúde pública, que aumentam a expectativa de vida e dignidade nos tratamentos médicos, o que, por consequência, impacta na qualidade de vida da população. Essas ferramentas são o Programa de Internação Domiciliar Interdisciplinar – PIDI e o “Melhor em Casa”. O PIDI cuida, exclusivamente, de pacientes com câncer, enquanto o “Melhor em Casa” volta-se para outras doenças.

Pelotas foi uma das pioneiras em atendimento domiciliar no Brasil, o PIDI funciona desde 2006, e foi a primeira cidade do Estado a implantar o Melhor em Casa. A cidade foi escolhida, porque já possuía o PIDI que se configura em um sistema semelhante. Não se tem dados sobre estes atendimentos ainda, todavia, sabe-se que os dois programas somam cinco equipes de atendimento e mais uma de apoio – duas equipes PIDI e três equipes “Melhor em Casa”. Cada equipe conta com um médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, psicólogo, nutricionista, assistente social e um capelão (encarregado de cuidar da parte espiritual do paciente). Para além, a população local é atendida por 5151 Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo 45 sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), 03 sob gestão da UFPEL e 03 da UCPEL.

Com relação à área de saúde, a universidade conta com o Centro de Pesquisas Epidemiológicas (CPE) que é considerado referência nacional e internacional nos estudos em saúde do ciclo da vida. Este centro desenvolve desde 1982, um estudo de coorte de nascimentos do município. Denominado Coorte de 1982, o estudo acompanha, desde o momento do parto, todos os recém-nascidos de Pelotas daquele ano, totalizando 5.914 crianças. Em 1993 e 2004, o estudo foi repetido, objetivando, inclusive comparações entre o primeiro e estes, com

modificações de metodologia. O projeto e o CPE não só têm repercussão nacional como também são referências internacionais nos estudos em saúde do ciclo da vida. Ultrapassando o impacto na cidade e contribuindo para o aprofundamento da área em âmbito mundial.

Ainda que não se tenha, efetivamente, mensurado, quantitativamente, o impacto destes programas, diante da não-disponibilidade dos dados, é possível afirmar o impacto social positivo provocado por tais programas. A qualidade de vida da cidade é afetada diretamente. Sen (2010) ressalta as oportunidades sociais como um tipo de liberdade instrumental que contribui com o aumento da liberdade humana em geral e servindo de meio para o atingimento de outras liberdades, assim como, em última instância, do desenvolvimento.

A UFPel, ainda, realiza um projeto social chamado “Projeto Vizinhança”, o qual engloba cerca de 20 programas de extensão, desenvolvendo atividades e ações direcionadas para as comunidades da Balsa e do Anglo (entorno da reitoria). Existe um convênio com a Associação de Moradores do Anglo neste sentido. O projeto mantém como estratégia a inclusão digital destes sujeitos, o ensino de ciências, inclusão social, desenvolvimento de trabalhos e atividades esportivas, arte, cultura, resgate histórico e da memória do bairro, meio ambiente e desenvolve atividades de educação em saúde.

A Universidade disponibiliza, também, um projeto extensivo, desde 1993, que tem como objetivo o auxílio no ingresso à universidade. O Projeto Desafio Pré-Vestibular Gratuito é desenvolvido por alunos voluntários e possibilita, àquelas pessoas sem condições financeiras, um curso preparatório para concorrer a uma vaga na universidade.

Somado a estes projetos, a UFPel desenvolve trabalhos de avaliação de políticas institucionais e nacionais, monitoramento e análises através de trabalhos de pesquisa desenvolvidos internamente, como por exemplo, este que se apresenta.

San Martin e Hoff sinalizam a modificação que as universidades provocam nos serviços públicos, na educação, em serviços sociais, colaborando, inclusive, na potencialização de recursos locais. Assim, ainda sobre o impacto social, não se pode deixar de fora os impactos sobre os empregos gerados diretamente na UFPel,

em cidades de médio porte, como Pelotas, Goebel e Miura (2004) sinalizam para o fato de que os recursos financeiros oriundos de pagamentos de salários de professores e funcionários contribuem para o meio socioeconômico da cidade.

Quadro 26 – Empregos diretos gerados pela UFPel

Empregos diretos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Docentes	15	26	44	6	96	158	152	103	56
Σ 2004-2007	91				Σ 2008-2012			565	
Docentes Temporários	338	223	409	245	370	330	365	401	394
Σ 2004-2007	1215				Σ 2008-2012			1860	
Técnicos	95	24	35	5	37	27	84	59	77
Σ 2004-2007	159				Σ 2008-2012			284	
Total	448	273	488	256	503	515	601	563	527
Σ 2004-2007	1.465				Σ 2008-2012			2.709	

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base no cadastro de servidores da UFPel e listagem de docentes temporários disponibilizada pela PRPPG.

O quadro 26 mostra um número significativo de empregos diretos gerados pela UFPel. No entanto, os docentes temporários (aqui englobando os docentes substitutos), normalmente, são contratados mediante contrato com vigência de dois anos, podendo ser prorrogáveis, logo, os ocupantes do emprego, podem ter se repetido dentro do período analisado. O quadro mostra que uma das prerrogativas do REUNI não está sendo cumprida, o número de docentes temporários não é substituído gradativamente pelo número de docentes permanentes. O número de empregos gerados para docentes temporários, no período observado, é muito maior do que aqueles para docentes permanentes. No entanto, é salutar observar que a maior distância entre as contratações pode ser observada antes do REUNI, em 2007, quando o número de docentes temporários contratados foi quase 41 vezes maior do que o número de docentes permanentes. Com o início do programa, esta proporção cai, diante do aumento das contratações de docentes permanentes, todavia, a contratação de docentes temporários segue num crescimento contínuo.

Ao se observar os quatro anos antes da implementação do REUNI e os quatro anos depois, nota-se um crescimento de 520,9% na contratação de

professores permanentes. Neste mesmo sentido, ao se observar o número dos docentes temporários, este cresceu 53,1%, ou seja, houve uma diminuição no ritmo de contratações de docentes temporários.

Já com relação aos técnicos administrativos, pode-se notar um aumento de 78,6% na contratação. Infelizmente, a universidade não dispunha do número de terceirizados que realizam atividades administrativas, durante todo o período aqui analisado, para efeitos de comparação.

Apesar de o REUNI ter como medida de avaliação o professor e técnico equivalentes, as prestações de contas da UFPel não apresentaram este dado na maior parte das prestações de contas, o que indica uma omissão do controle em relação a esta meta contida na política pública, comprometendo a etapa avaliatória do modelo de análise do ciclo de política.

Com relação aos empregos indiretos gerados pela universidade, até 2008, não se tinha um controle específico para o serviço terceirizado prestado dentro da universidade²¹. O que se tem são contratos, que individualmente, mostram valores acordados entre universidade e empresa. A partir de 2008, um mapeamento foi realizado pela auditoria interna. Este mapeamento permite a visualização dos empregos indiretos, contratados, via fundações, entre empresa e universidade. Os contratos datam de 2008 e, permaneceram sem alterações até 2012.

Quadro 27 – Empregos Indiretos na UFPel

Empregos indiretos	2008 - 2012
Hospital	504
Pires – Restaurante Escola	74
NURF – Animais	6
Ag. Lagoa Mirim	12
Projeto Modernização	98
Σ 2008-2012	694

Fonte: Quadro elaborado, para este estudo, com base no cadastro de servidores da UFPel e listagem de docentes temporários disponibilizada pela PRPPG.

²¹ Excluem-se aqui os serviços prestados pelas empresas terceirizadas para vigilância, conservação, transporte e limpeza.

Estima-se que este número diminua drasticamente nos próximos anos, visto que a UFPel é a única Universidade Federal do país que tem trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em unidades acadêmicas, o que é totalmente vedado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O Hospital Escola, por exemplo, não deve contratar nenhum funcionário a mais sem concurso, nos próximos anos. Algumas discussões sobre a implantação da EBSERH fazem com que não se tenha certeza de como as próximas contratações serão realizadas, visto que o acordo ainda está em discussão. Com relação ao Hospital Escola e ao Projeto Modernização, estes devem ser substituídos por servidores efetivos nos próximos anos. Apesar de não apresentar a evolução histórica deste elemento, não se pode deixar de fora o impacto destes empregos, visto que são 694 postos de trabalhos gerados pela universidade no município.

5.1.2 Dimensão Econômica

Hoff, Martin e Sopeña (2011) apontam que a universidade pode contribuir com a dimensão econômica enquanto demanda pessoal e movimenta recursos financeiros por meio de salários de professores e servidores técnicos, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos, principalmente os vindos de outras cidades. Sobre o tipo de despesa, vale ressaltar que as despesas de capital referem-se às despesas de investimentos, obras, aquisições de instalações, equipamentos, material permanente, inversões financeiras, despesas com aquisição de imóveis, bens de capital, ou seja, são aquelas operações que trocam dinheiro por bens. Já as despesas de custeio são aquelas que correspondem a gastos com material de consumo, serviço de terceiros, entre outros. São as despesas correntes. E por fim as despesas que se referem à Pessoal são aquelas remuneratórias decorrente do exercício do cargo, função de confiança, proventos de aposentadorias, reformas, pensões, benefícios, gratificações, direitos remuneratórios.

Quadro 28 – Execução Orçamentária UFPel – 2004-2012

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PESSOAL	143.880.233,00	170.961.612,00	190.002.976,00	203.755.505,00	228.834.266,45	263.943.249,29	320.934.043,12	345.591.863,69	385.381.101,84
CUSTEIO	36.455.891,43	54.053.504,02	53.163.950,87	79.713.643,68	68.393.300,88	83.631.112,46	95.883.406,35	69.063.740,00	64.793.850,00
CAPITAL	2.456.328,75	18.634.947,26	8.384.434,06	41.775.296,15	20.748.871,75	24.957.269,60	13.748.068,16	23.124.804,00	47.740.153,00
PRECATÓRIOS		-	-	-	8.358.776,00	20.101.731,00	19.200.899,00		
TOTAL	182.792.453,18	243.650.063,28	251.551.360,93	325.244.444,83	326.335.215,08	392.633.362,35	449.766.416,63	437.780.407,69	497.915.104,84

Fonte: elaborado pela autora para este estudo, a partir da prestação de contas da UFPel desde 2004 a 2012.

Diante do exposto no quadro 28, é possível observar o orçamento da UFPel e os tipos de despesas de 2004 a 2012. Começando com a despesa “Pessoal”, é possível perceber um crescimento contínuo, o que era esperado, diante do crescimento de contratações da UFPel no período analisado. O número de empregos diretos gerados pela instituição não impacta somente na dimensão social ao aumentar os níveis de empregabilidade, impacta também na circulação dos recursos provenientes, no mercado interno, na prestação de serviços e na indústria local, dos pagamentos aos professores e técnicos. Para aferir-se sobre os recursos exatos que circulam no município a partir de salários pagos a funcionários da universidade é necessário que se desenvolva um trabalho específico para a questão.

De acordo com Goebel e Miura (2004), em cidades de médio e pequeno porte, grande parte da circulação de recursos financeiros oriundos de pagamentos de salários de funcionários e professores são de extrema importância para o meio socioeconômico onde os campi universitários se localizam

Cabe ressaltar que a despesa “pessoal” engloba não só os salários pagos a funcionários, mas também todas as despesas decorrentes do exercício do cargo, função de confiança, proventos de aposentadorias, reformas, pensões, benefícios, gratificações, direitos remuneratórios.

A despesa de custeio se refere a materiais de consumo, serviços de terceiros, entre outros. São as despesas correntes da instituição. Vale salientar, que o Governo Federal busca a diminuição deste grupo de despesa, através de programas governamentais e sistema de benefícios, tais como o Projeto Esplanada

Sustentável²². Aqui pode-se citar algumas despesas que são efetivadas no municípios, tais como o abastecimento da frota de veículos da universidade, despesas com água e energia elétrica, despesas com terceirizados e alugueis. Com relação a este grupo, um quadro com algumas despesas foi montado para uma melhor visualização dos principais recursos que giram na cidade a partir desta despesa da UFPel.

Quadro 29 – Detalhamento de algumas despesas

ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mão de obra Terceirizada	2.065.524,60	1.726.223,98	741.877,20	3.094.735,95	3.557.464,36	9.050.008,87	13.381.504,86	15.054.141,74	20.566.534,82
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (Portaria e Motoristas)	266.480,53	304.456,17	-	551.469,38	135.916,63	4.497.749,32	6.742.244,70	6.047.918,75	8.600.068,10
Limpeza e Conservação	1.072.565,96	752.277,50	-	821.619,20	1.321.669,78	1.660.685,55	3.730.364,65	3.527.868,41	4.147.375,97
Vigilância	372.652,69	555.391,58	740.622,24	1.209.743,45	1.053.823,11	1.815.574,00	2.908.895,51	5.478.354,54	7.819.090,75
Manutenção e conservação de bens (serv. Gerais, montadores, carregadores, etc)	-	-	-	511.903,92	1.046.054,84	1.076.000,00	-	-	-
Locação de imóveis	627.404,87	723.175,59	683.258,00	1.317.988,69	742.401,07	1.025.053,78	911.500,58	1.206.644,63	1.895.980,08

Fonte: elaborado pela autora para este estudo, a partir da prestação de contas da UFPel dos respectivos anos e balancetes disponibilizados pela PRA.

Nota-se, de acordo com o quadro 29, que a maior despesa da universidade, quando se refere ao custeio, são os contratos de mão de obra terceirizada, a qual é lançada em quatro rubricas diferentes (mão de obra terceirizada, apoio administrativo técnico e operacional, vigilância e manutenção e conservação de bens). Tal item sinaliza a contratação de mão de obra de baixa qualificação e apresenta um grande impacto no mercado local, visto que a maior parte desses postos de trabalho é ocupada pela população pelotense.

²² Projeto que busca incentivar os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão organizacional voltado ao uso racional de recursos. Para maiores informações: <http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel>.

O item “locação de imóveis” será trabalhado na dimensão infraestrutural a seguir, por hora, é suficiente alertar para a triplicação do valor despendido nesta despesa.

Finalmente, com relação ao grupo de despesa de capital, este se refere às aquisições de imóveis, bens de capital. Neste grupo, o valor mais significativo, dentro de período analisado se refere às compras de bens imóveis. A UFPel adquiriu 26 imóveis, totalizando R\$ 19.901.578,07, sendo que 14 foram adquiridos com recursos do REUNI, entre 2007 e 2012, num investimento de R\$ 11,9 milhões. O detalhamento desta despesa, também, será apresentado na “dimensão infraestrutural” deste trabalho.

Quadro 30 – Orçamento da Universidade e de Pelotas

	UFPel	% de do orçamento da UFPel transferido ao Município	Pelotas	Transferências da UFPel para o Município	% de participação da UFPel no orçamento da cidade
2004	182.792.453,18	0,04	298.378.621	64.034,00	0,2%
2005	243.650.063,28	-	300.436.710	-	-
2006	251.551.360,93	-	300.436.710	-	-
2007	325.244.444,83	0,34	300.806.699	1.115.368,34	3,7%
2008	326.335.215,08	0,01	323.889.553	29.320,00	0,1%
2009	392.633.362,35	0,43	426.204.217,59	1.672.500,00	3,9%
2010	449.766.416,63	0,44	463.958.836	1.972.500,00	4,2%
2011	182.792.453,18	1,42	524.477.666,60	2.600.000,00	4,9%
2012	243.650.063,28	1,15	761.378.942,60	2.800.000,00	3,7%

Fonte: elaborado pela autora para este estudo, a partir da prestação de contas da UFPel e das LOAs do município dos respectivos anos .

Observa-se, aqui, que o orçamento da UFPel, se tomado dentro do planejamento e orçamento da cidade, é peça fundamental para o planejamento estratégico do desenvolvimento local e para traçar a estratégia social, econômica, financeira e administrativa de curto, médio e longo prazo da ação do governo local. Essa medida é importante para evitar a duplicidade de esforços e recursos na resolução de problemas presentes no município.

Quando lançado o olhar ao percentual, esta participação parece bastante baixa, visto que não passa de 4,9% (2011), já quando se observa o valor da transferência, nota-se uma importância significativa, que gira em torno de dois milhões e meio, nos últimos dois anos de análise. É visível, um aumento nas transferências a partir do ano de 2009, no entanto, não foram encontrados registros de transferência nos anos de 2005 e 2006.

A universidade impacta no orçamento do Município, também, em valores não estimados, mediante parcerias em projetos e convênios, aqui pode-se citar os atendimentos à população, realizados por alunos e professores da Universidade, os quais, além de isentar o Município na contratação desta mão de obra, isenta-o, também, no pagamento destes profissionais, visto que as atividades não são remuneradas.

Para além, na dimensão cultural deste trabalho, serão citados alguns prédios históricos que foram doados pela prefeitura à Universidade. O assunto será melhor trabalhado naquele item, no entanto, é salutar ressaltar que ao assumir tais doações, a universidade desonera o orçamento municipal na manutenção, preservação e restauração deste patrimônio histórico/arquitetônico da cidade.

5.2 DIMENSÃO DEMOGRÁFICA

Para se avaliar o impacto antes e pós-REUNI na dimensão demográfica, não se trabalhou com a dimensão demográfica tradicional, no sentido de população vegetativa da cidade, mas sim, no sentido do acesso ao ensino superior e no aumento da população da comunidade acadêmica. O trabalho foi realizado desta forma, visto que a universidade não dispõe de dados sobre a origem dos alunos, professores e servidores sistematizada e a coleta destas informações teria de ser feita pasta a pasta manualmente, o que inviabilizaria a realização deste trabalho em tempo hábil. Além de que o aumento da população de Pelotas sofreu alterações, no mesmo período, por motivo de outros fatores, tais como, já mencionadas, a expansão do porto de Rio Grande e a estruturação do Pólo Naval nesta cidade vizinha.

A contagem dos técnicos administrativos e professores foi realizada incluindo o HU (hospital universitário).

Quadro 31 – Comunidade Interna

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alunos da graduação	6.965	7.184	8.627	9.650	10.184	10.333	12.426	14.660	16.793
Σ 2004-2007	32.426				Σ 2008-2012	47.603			
Alunos da Pós-Graduação	1.278	1.433	1.571	1.696	1.977	1.814	2.024	2.510	1.975
Σ 2004-2007	5.978				Σ 2008-2012	10.300			
Alunos da educação profissional	850	835	1.041	996	1.051	1.445	2.515	5.000	4.180
Σ 2004-2007	3.722				Σ 2008-2012	14.191			
Docentes	619	643	680	680	756	880	1.010	1.090	1.142
Σ 2004-2007	2.622				Σ 2008-2012	4.878			
Técnicos Administrativos	1.113	1.135	1.152	1.136	1.140	1.124	1.166	1.189	1.245
Σ 2004-2007	4.536				Σ 2008-2012	5.864			
Docentes Temporários	325	479	699	783	730	825	1.062	1.285	1.518
Σ 2004-2007	2.286				Σ 2008-2012	5.420			
TOTAL Σ 2004-2007	51.570				TOTAL Σ 2008-2012	88.256			

Fonte: elaborado pela autora para este estudo, a partir da prestação de contas da UFPel e registros de docentes e técnicos da Universidade.

A partir do quadro 31, é possível observar um aumento em todos os segmentos da comunidade interna da Universidade. Destaca-se aqui, alguns detalhes: o número de professores temporários demonstra um aumento gradativo ao longo dos anos e, se comparado o ano de 2004 para 2012, este número cresceu cerca de 142%, enquanto o número de docentes efetivos sofreu um aumento de 84%, o que vai de encontro ao disposto no plano inicial do programa REUNI, que previa uma

diminuição na contratação de professores temporários ao longo dos anos de implantação da política e uma preferência para a contratação de professores efetivos. Na UFPel, nota-se o contrário do que era previsto pela política.

Com relação aos alunos, em termos percentuais, no nível de ensino de pós-graduação, a média dos quatro anos depois da implantação do REUNI foi quase duplicada quando comparada à média dos quatro anos anteriores. Já, o aumento mais significativo é na modalidade de educação profissional, na qual a média cresce 381% quando se compara os dois períodos. Já na graduação, este crescimento representa 46,80%. Tais números sinalizam e reafirmam o exposto na dimensão social, pode-se afirmar que a UFPel priorizou a educação profissional e a pós-graduação quando comparado aos números da graduação.

Já no que se refere aos técnicos administrativos, nota-se o não-acompanhamento de todo o crescimento demográfico universitário, enquanto os segmentos docentes e discentes dobraram sua representatividade, o número de servidores técnicos administrativos em educação segue, basicamente, o mesmo (de 1.113 em 2004, a 1.245 em 2012), apresentando um crescimento de 29%, quando comparadas as médias dos períodos antes e depois do REUNI. O que sinaliza uma movimentação por parte do governo federal, no sentido de maximizar a utilização da mão de obra destes servidores.

Há de se considerar que nem todos os técnicos administrativos e professores são de Pelotas e com o SISU tem-se verificado grande mobilidade estudantil, logo, é visível a ocorrência de um movimento migratório por consequência das políticas. Todavia, como o censo é realizado de 10 em 10 anos e a universidade não dispunha de dados sobre a origem destes professores, técnicos e alunos (como já sinalizado anteriormente), não é possível realizar um acompanhamento ano a ano do crescimento desta população, mesmo atestando que houve.

5.3 DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Na questão política, propriamente dita, a universidade, também, produz diversas lideranças políticas através das inúmeras formas de iniciação no campo de que a

universidade dispõe por sua estrutura institucional, tais como centros acadêmicos, diretório central dos estudantes – DCE, nos próprios cargos eletivos e de direção da universidade e da cidade. Porém, tal mapeamento demanda um trabalho exclusivo sobre a prática. Este trabalho não se debruça sob a causa, mas cita para que, a título de conhecimento e com interesse, outras análises possam ser realizadas, a saber alguns exemplos: Jurandir Silva, candidato a Deputado Estadual (2014) e candidato a Prefeito (2012), Luan Badia , candidato a Deputado Federal (2014) e Adolfo Fetter Jr., ex-vice-prefeito (2004-2006), ex-prefeito da cidade (2006) e candidato a Deputado Estadual (2014), Paula Mascarenhas, vice-prefeita (2012).

Parcerias da UFPel com o Município de Pelotas

Para a análise das parcerias firmadas entre a Universidade e o Município de Pelotas foi necessária a realização de uma busca manual, em arquivo morto, dos convênios firmados no período aqui exposto, no setor de convênios da Prefeitura de Pelotas. A UFPel não dispunha de um sistema que apresentasse os convênios firmados com a cidade, tampouco com outros órgãos públicos ou privados. Sabe-se que a partir de 2010, a UFPel utiliza o Sistema de Convênios – SISCONV, para controle e cadastros dos convênios, todavia, atualmente no sistema, a UFPel apresenta 35 convênios cadastrados, e a auditoria interna informa que a universidade tem em média 150 convênios vigentes.

Para uma melhor visualização, se subdividiu os convênios firmados por área, a saber: saúde, educação, obras e veterinária.

5.3.1 Saúde

Na área da saúde, o principal convênio firmado entre a UFPel e a Prefeitura, foi em setembro de 2006 e consiste na gestão compartilhada do Pronto Socorro. Este convênio apresenta como colaboradora, também, a UCPel e foi mantido e renovado durante os anos de 2006 a 2012.

Cabe aqui ressaltar que as transferências que a UFPel faz à Prefeitura, se referem, majoritariamente, à manutenção deste órgão. O hospital realiza atendimentos ambulatoriais, pronto atendimentos, urgências e emergências, exames e consultas médicas. Além de manter comissões com atividades permanentes que realizam ações para atendimento das políticas prioritárias do SUS. Cabe às universidades – UCPel e UFPel - realizar transferências monetárias ao Município, no valor da terça parte das despesas e custeio do hospital e, em contrapartida, o Município presta contas financeiras e administrativas da aplicação destes recursos federais. Às universidades cabe, também, o fornecimento de pessoal para atendimento no hospital, além do comprometimento no auxílio à busca, junto ao Município, de um maior aporte de recursos financeiros junto ao Estado do Rio Grande do Sul e aos Ministérios da Saúde e Educação, além de recursos para recuperação e investimento em equipamentos. O hospital realiza, em média, 300 atendimentos e 27 internações para usuários do SUS por dia.

5.3.2 Educação

O quadro 32 mostra os convênios firmados entre Universidade e Prefeitura, na área educacional.

Quadro 32 – Convênios Educacionais UFPel x Prefeitura

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Convênios novos	3	2	1		2			1	
Convênios renovados		1		1			1		

Fonte: elaborado pela autora para este estudo, a partir da prestação de contas da UFPel e registros de docentes e técnicos da Universidade.

Em 2004, a UFPel firmou três convênios com a Cidade de Pelotas, um deles refere-se a um curso de capacitação de 30 profissionais de saúde, 15 agentes comunitários, 35 multiplicadores de prevenção, 20 técnicos administrativos e capacitar 10 equipes de saúde em DST/AIDS, onde o município repassou a UFPel o valor de R\$ 28.200,00 e a universidade obrigou-se a garantir as atividades docentes,

de coordenação de curso, do pessoal técnico administrativo, disponibilização do espaço físico. Este contrato vigorou durante dois anos.

Os outros dois convênios se referem à oferta de curso de pós-graduação em nível de especialização para professores na área de educação de surdos (32 vagas) e na área de gestão educacional (40 vagas), ambos voltados para professores da rede municipal de ensino. No primeiro, o município repassou à universidade o valor de R\$ 14.234,00 enquanto esta se responsabilizou pelo desenvolvimento de 376 horas-aula para 32 professores, garantindo as atividades docentes, de coordenação do curso e do pessoal técnico administrativo, além da disponibilização do espaço físico necessário e adequado, o contrato teve vigência de oito meses. No segundo contrato, o município repassou à universidade o valor de R\$21.600,00, ficando a UFPel no dever de desenvolvimento de 376 horas-aula para 40 professores, garantindo as atividades docentes, de coordenação do curso e do pessoal técnico administrativo, além da disponibilização do espaço físico necessário e adequado, o contrato teve vigência de dois semestres.

No ano de 2005, o contrato da pós-graduação para professores na área de educação de surdos foi renovado. Um novo convênio foi assinado, referente à realização de estágios de estudantes, visando complementar o processo Ensino-Aprendizagem, com vigência de dois anos, ficou acertado neste instrumento que o número de estagiários e as escolas onde estes iriam atuar, seriam detalhados em um Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a escola. O contrato foi renovado em 2007.

Em 2006, as instituições aqui analisadas firmam um contrato, objetivando a oferta de cursos profissionalizantes a alunos e a da complementação de 5º a 8º série de ensino fundamental. Neste convênio, a UFPel, através do CAVG, ficou incumbida de ministrar os cursos, disponibilizar o local e equipamentos necessários. Enquanto ao município coube o pagamento de R\$15,00 por hora-aula ministrada, além da coordenação pedagógica dos cursos a serem ministrados. O contrato teve vigência de um semestre.

Em 2008, foi firmado um convênio que garante o funcionamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, no qual a UFPel fica responsável pelo

desenvolvimento de estágios supervisionados, em escolas municipais, de seus cursos de licenciatura, bacharelado e/ou tecnólogos. O convênio teve vigência de dois anos e foi renovado por mais dois anos. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por IES em parceria com escolas de educação básica na rede pública de ensino. A CAPES concede bolsa de: a) Iniciação à docência – para estudantes de licenciatura no valor de R\$400,00; b) Supervisão – para professores de escolas públicas de educação básica que supervisionam os bolsistas da licenciatura, no valor de R\$765,00; c) Coordenação de área – para professores da licenciatura que coordenam subprojetos, no valor de R\$1.400,00; d) Coordenação de área de gestão de processos educacionais – para o professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na universidade, no valor: R\$1.400,00 e; e) Coordenação institucional – para o professor da licenciatura que coordena o projeto Pibid na IES no valor de R\$1.500,00. Este convênio faz menção a todos os cursos da UFPel que participam deste programa.

No mesmo ano, a UFPel firma um novo convênio com a Prefeitura que garante o funcionamento do PIBID somente do curso de pedagogia, ou seja, o contrato menciona as mesmas condições do anterior, todavia, só se refere a este curso.

Em 2011, um novo convênio é firmado para a continuidade da garantia do PIBID, nos mesmos moldes do instrumento anterior, este convênio tem vigência de dois anos podendo ser renovado por mais dois anos.

5.3.3 Obras

Em 2004, a Universidade firmou um convênio com a Prefeitura, para a execução de obras de terraplanagem, microdenagem e açudagem em propriedades de pequenos e médios produtores rurais no município de Pelotas, visando a execução de futuras obras de infraestrutura rural, irrigação e outras praticas agropecuárias. À UFPel ficou responsável pela coordenação e execução das obras, manutenção das maquinas e equipamentos e o Município coube fornecer operadores experiente na operação dos equipamentos.

5.3.5 Veterinária

Em 2008, foi firmado um convênio entre UFPel e Prefeitura que previa a realização de um projeto de extensão conjunto “Veterinária e Saúde ambiental urbana: ação para controle populacional de cães do município de Pelotas”. Neste convênio, são atribuições do município: repassar R\$ 29.320,00 à universidade, capturar os cães, levar e buscá-los no Hospital de Clínicas Veterinárias, enquanto a universidade ficou responsável por realizar as atividades e manter o projeto durante a vigência do contrato de dois anos. Este convênio foi renovado em 2010.

Na dimensão político-institucional, a UFPel tem representatividade em quase todos os conselhos municipais. Visto que integrar um Conselho Municipal é uma das formas mais eficientes que o cidadão tem de aproximar-se do poder executivo, atuando na criação e fiscalização de políticas públicas específicas para cada área, tornando-se parte ativa na construção da nossa sociedade. A UFPel demonstra impacto nas decisões tomadas nestes conselhos. Com o REUNI, esta representação não foi aumentada, visto que pelos regimentos dos conselhos, cada instituição é detentora de uma cadeira, não importando as proporções desta. Assim, tem-se:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA): Sem representante da UFPel;
- Conselho Municipal do Idoso (CMI): 1 representante UFPel;
- Conselho de Assistência Social (CAS): 1 representante UFPel;
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM): 1 representante UFPel;
- Conselho Municipal de Educação (CME): 1 representante UFPel;
- Conselho Municipal da Saúde (CMS): 3 representantes UFPel, 1 ADUFPel, 1 ASUFPel (trabalhadores em saúde), e HEUFPel (gestor);
- Conselhos Tutelares: sem representação da UFPel.

A exceção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e do Conselho Tutelar, a UFPel tem representação em todos os

conselhos da cidade, o que demonstra poder político nas decisões tomadas acerca das temáticas envolvidas. A UFPel tem participado, também, de audiências públicas junto à comarca de vereadores. Além de participar na formulação do Plano Diretor da Cidade que dialoga diretamente com o Plano de Desenvolvimento da UFPel (que se encontra em fase de desenvolvimento). Estes documentos pretendem criar uma área no Porto de destaque para as Universidade, tal projeto, intitulado “Cidade Universitária” está sendo elaborado em forma de parceria entre UFPel, UCPel e Prefeitura deixando sua marca nas transformações do município.

5.4 DIMENSÃO INFRAESTRUTURAL

Com relação à dimensão infraestrutural, o principal impacto provocado pela universidade foi na aquisição de prédios, entre 2005 e 2012 foram adquiridos 26 imóveis, totalizando R\$ 19.901.578,07, sendo que 14 foram adquiridos com recursos do REUNI, entre 2007 e 2012, num investimento de R\$ 11,9 milhões. Já os imóveis adquiridos de 2005 a 2006, os quais totalizam 12, 10 não apresentam registros nos relatórios de auditoria, prestações de contas e documentos consultados nesta pesquisa. No entanto, deste primeiro período, sabe-se, através de material distribuído a comunidade acadêmica que dois prédios são: Antiga Alfândega, na Praça Domingos Rodrigues, zona do porto, que passou a abrigar as engenharias Geológicas e do Petróleo e a Tecnologia em Geoprocessamento; Casarão 8, praça Coronel Pedro Osório, em breve será a sede do Museu do Doce e do Museu da Antropologia e Arqueologia.

Figura 08 – Prédios Adquiridos de 2007 a 2012



Imóvel: Antigo Frigorífico Anglo
Aquisição: 2006
Reforma: 2007
Área: 16.431,15 m²
Valor (aquisição): R\$ 12.285.754,97
Valor (reforma): R\$ 8.159.475,03
Situação: parcialmente em uso



Imóvel: Rua Benjamin Constant,
728; 740; 750; 756
Aquisição: 2010
Área: 3.249,00 m²
Valor: R\$ 980.000,00
Situação: sem uso acadêmico



Imóvel: Praça Domingos Rodrigues, 1-3; 5
Aquisição: 2010
Área: 489,60 m²
Valor: R\$ 248.894,00
Situação: sem uso acadêmico



Imóvel: Praça Domingos Rodrigues, 23
 Aquisição: 2009
 Área: 5.732,00 m²
 Valor (aquisição): R\$ 1.335.000,00
 Valor (reforma): R\$ 4.047.855,00
 Situação: em obras



Imóvel: Rua Conde de Porto Alegre, 04
 Aquisição: 2010
 Área: 546,00 m²
 Valor: R\$ 51.106,00
 Situação: sem uso acadêmico



Imóvel: Rua Benjamin Constant, 1001
 Aquisição: 2011
 Área: 562,25 m²
 Valor: R\$ 800.000,00
 Situação: sem uso acadêmico



Imóvel: Rua Benjamin Constant, 1071
 Aquisição: 2012
 Área: 4.614,00 m²
 Valor: permuta
 Situação: sem uso acadêmico



Imóvel: Rua Conde de Porto Alegre, 65
 Aquisição: 2009
 Área: 5.052,00 m²
 Valor: 2.026.100,00
 Situação: sem uso acadêmico



Imóvel: Rua Conde de Porto Alegre, 99
 Aquisição: 2009
 Área: 3.270,00 m²
 Valor:
 Situação: sem uso acadêmico

Fonte: Relatório da UFPel emitido ao MEC em 2012.

Tais aquisições contribuem, diretamente, para a utilização pela comunidade local, independente de fazer ou não parte da comunidade acadêmica em si, visto que são prédios de uso públicos. Para além, a transferência da reitoria para o Campos-Porto/Anglo marcou uma modificação estrutural nesta região da cidade visto que a ocupação do local por parte da UFPel permitiu uma revitalização de uma área que estava desprestigiada. A reforma atraiu novos comércios, xerox e restaurante.

É possível observar também o papel desempenhado pela Universidade na manutenção e conservação do patrimônio arquitetônico e histórico da cidade de Pelotas. Essa atuação é um importante vetor para o desenvolvimento da indústria turística ao preservar a infraestrutura patrimonial.

Contudo, a maior parte dos prédios adquiridos pela universidade não desenvolve atividades universitárias, pois estão em fase de construção, restauração e/ou reformas. Logo, com o aumento do número de cursos, atividades, alunos, professores e técnicos da universidade, uma ampliação física imediata se fez necessária. Assim, a UFPel alugou e tem alugado alguns imóveis para suprir as necessidades acadêmicas. Conforme demonstrado no quadro 33:

Quadro 33 – Imóveis alugados (dados de 2012)

ENDEREÇO	ÁREA (m ²)	ALUGUEL ANUAL
Rua Gonçalves Chaves, 3126	380,34	R\$ 42.208,32
Rua Andrade Neves, 1229	570,8	R\$ 79.306,32
Rua Andrade Neves, 2222	280,68	R\$ 45.288,84
Rua Andrade Neves, 1290	2154,41	R\$ 378.444,96
Praça Coronel Pedro Osório, 62	140	R\$ 30.717,48
Rua Sete de Setembro, 150	365,03	R\$ 76.271,40
Rua Félix da Cunha, 630	337,32	R\$ 74.456,28
Avenida Domingos José de Almeida, 2969	6058,78	R\$ 38.551,20
Rua Félix da Cunha, 809	861,82	R\$ 158.468,64
Rua Andrade Neves, 1561	966,97	R\$ 227.016,00
Rua Alberto Rosa, 57	243,37	R\$ 47.924,40
Rua General Neto, 691	200	R\$ 62.100,96
Avenida Bento Gonçalves, 3395	911,86	R\$ 140.830,56
Rua Félix da Cunha, 520	973,68	R\$ 414.072,00
Rua Andrade Neves, 1149	164	R\$ 19.580,52
Rua Barão de Santa Tecla, 576	401	R\$ 41.064,72
Rua Gonçalves Chaves, 660	397,12	R\$ 48.240,00
Rua Professor Araújo, 538	4325,98	R\$ 504.000,00
Rua Dr. Cassiano, 424	245	R\$ 61.416,00
Rua Gonçalves Chaves, 437	216,7	R\$ 58.800,00
Rua XV de Novembro, 510	450,9	R\$ 137.795,52
Rua Senador Carlos Barbosa, 71	802	R\$ 140.751,00

Rua General Osório, 725	353	R\$ 123.674,16
Rua Almirante Barroso, 2540	279,11	R\$ 36.000,00
Rua Lobo da Costa, 1862	4300	R\$ 358.800,00
Praça Conselheiro Maciel, 852	135,76	R\$ 29.126,28
Praça Conselheiro Maciel, 856	64,22	R\$ 11.447,52
Praça José Bonifácio, 166	604,01	R\$ 194.532,48
Rua Professor Araújo, 473	201,5	R\$ 46.632,00
TOTAL	27385,36	R\$ 3.627.517,56

Fonte: Relatório da UFPel emitido ao MEC em 2012.

Nota-se a partir do quadro acima que a universidade despende um valor considerável, de acordo com o orçamento, com locações de imóveis. A expansão de matrículas trouxe outras implicações para a universidade, causando efeitos inesperados, provenientes, provavelmente, de falhas de planejamento na implementação da política dentro da instituição, visto que a autonomia das universidades foi mantida. Uma delas foi o descompasso entre o ritmo da expansão e a adequação da infraestrutura, sendo observada, sobretudo na falta de salas de aula e laboratórios de ensino e pesquisa (a universidade dispõe de espaços que não estão em condições de uso, alugando, assim, imóveis para suprir as necessidades acadêmicas).

5.5 DIMENSÃO CULTURAL

Com relação à dimensão cultural, alguns elementos não foram alterados durante o período analisado, tais como a quantidade de cinemas e teatros da cidade não foi alterada. Contudo, as estruturas da Universidade têm sido utilizadas para propiciar espetáculos diversos e exibição cinematográfica através de projetos de extensão. Deve-se salientar que os eventos são abertos à comunidade externa e gratuitos. Todavia, estes projetos e encontros não são mapeados nem compilados em uma base de dados, tampouco se sabe a quantidade de cada evento nas unidades envolvidas, ano a ano. Logo, sabe-se da existência de iniciativas neste sentido, mas quantificá-las e mapeá-las é, praticamente, impossível.

No que se refere a esportes, a UFPel adquiriu um novo ginásio, o Ginásio da ESEF. A universidade ainda dispõe de alguns elementos, tais como a rádio, o conservatório, os quais estão disponíveis à população, mas não sofreram alteração de 2004-2012.

A maior modificação, nesta dimensão, foi percebida pelas bibliotecas da universidade. Com relação à estas, tem-se:

Quadro 34 – Bibliotecas UFPel

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bibliotecas	8	8	8	8	8	8	8	8	9
Acervo bibliográfico (milhar)	149	151	154	157	160	173	179	392,3	420

Fonte: elaborado pela autora para este estudo, a partir da execução orçamentária do Município e da prestação de contas da UFPel.

Desde 2000, o Sistema de Bibliotecas da UFPel – SISBI – é composto por oito bibliotecas, a saber: 1) Biblioteca de Ciência e Tecnologia; 2) Biblioteca de Ciências Agrárias; 3) Biblioteca de Ciências Sociais; 4) Biblioteca de Medicina; 5) Biblioteca de Odontologia; 6) Biblioteca do Direito; 7) Biblioteca de Educação Física; 8) Biblioteca Agrotécnica.

Com a desvinculação do CaVG (Câmpus Pelotas-Visconde da Graça) da UFPel²³, a Biblioteca Agrotécnica passou para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul). Todavia o número de bibliotecas foi mantido, diante da agregação de uma nova biblioteca, a Biblioteca do Campus Porto (BCP). Em 2012, uma biblioteca nova foi inaugurada, trata-se da Biblioteca do Lyceu, a qual reuniu os acervos do Prof. Mario Osório Magalhães, Relações Internacionais e Hotelaria e apresentou como proposta um novo espaço no antigo Lyceu.

²³ O câmpus CaVG passou a constituir o IFSul, a partir da emissão da Portaria 715/2010 do Ministro do Estado da Educação.

Desde 2012, o SISBI é composto por nove bibliotecas: 1) Biblioteca de Ciência & Tecnologia (BCT); 2) Biblioteca de Ciências Agrárias (BCA); 3) Biblioteca de Ciências Sociais (BCS); 4) Biblioteca de Direito (BD); 5) Biblioteca de Educação Física (BEF); 6) Biblioteca de Medicina (BibMed); 7) Biblioteca de Odontologia (BO); 8) Biblioteca do Campus Porto (BCP); 9) Biblioteca do Lyceu (BL).

A universidade já contou, ao longo de sua história com 19 bibliotecas, porém, inúmeros eram os problemas enfrentados neste cenário, dentre eles, falta de recursos humanos que conseguissem atender ao público, além de problemas de instalação. A partir da década de 1990, o SISBI iniciou um processo de aglomeração das bibliotecas, reunindo alguns acervos de áreas afins. Pode-se observar que o objetivo do REUNI não foi, em nenhum momento a ampliação de bibliotecas em unidades físicas novas, mas sim, um aumento no acervo disponível nestas. Até 2008, se nota um crescimento médio de 3.000 unidades ao ano. De 2009 para 2010, nota-se um primeiro momento de investimento por parte do governo federal nesta área, ocorre um salto no crescimento para 13.000 unidades. De 2010 para 2011, ocorre a mudança mais significativa neste sentido, o acervo passa de 179.000 para 392.300, ou seja, um crescimento de 118% no acervo disponível à universidade e à comunidade local. No ano de 2012, nota-se a seqüência de investimento no aumento do acervo bibliográfico na universidade, além da criação de uma nova biblioteca disponibilizando um acervo de dois cursos novos, Relações Internacionais e Hotelaria, e o acervo do Prof. historiador e escritor Mario Osório Magalhães (acervo pessoal doado pela família, o qual contava com mais de 2.000 obras).

Pelotas dispõe de 22 museus, são eles:

1. Casa Museu Estância do Laranjal
2. Instituto João Simões Lopes Neto;
3. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPel);
4. Memorial Teatro 7 de Abril;
5. Museu Colégio Municipal Pelotense;

6. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – MALG – UFPel;
7. Museu de história Natural Carlos Ritter;
8. Museu do Charque;
9. Museu do CTG Coronel Thomaz Luiz Osório;
10. Museu Espaço Cultural do Saneamento;
11. Museu etnográfico da Colônia Maciel;
12. Museu Gruppelli;
13. Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense;
14. Museu Municipal Parque da Baronesa;
15. Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção – INBRAJA;
16. Charqueada São João;
17. Museu Farmacêutico Moura;
18. Charqueada Santa Rita;
19. Memorial dos Ex-Prefeitos;
20. Museu de História Natural da UCPel;
21. Museu do Doce;
22. Museu e Espaço Cultural da Colônia Francesa

Destes, a UFPel é detentora do:

1. Associação dos Amigos do Museu do Doce;
2. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPel);
3. Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo – MALG;
4. Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter.

A UFPel é detentora de 18,2% dos museus da cidade e tem participação ativa em 27,3% (seis museus), realizando oficinas de educação em museus, fornecendo mão-de-obra qualificada para auxiliar nas rotinas diárias, tais como visitas, através de parcerias entre universidade e os museus produzindo inclusive materiais educativos para os museus da Colônia de Pelotas, com os museus: Museu

Gruppelli, Museu Etnográfico da Colônia Maciel, e Museu e Espaço Cultural da Colônia Francesa, Museu Municipal Parque da Baronesa, Charqueada São João e Charqueada Santa Rita. E em alguns museus fornece mão-de-obra qualificada para auxiliar nas rotinas diárias, tais como visitas, através de alunos da faculdade de Turismo.

A UFPel, ainda, participa ativamente do Instituto de Memória e Patrimônio IMP e do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, com ações integradas entre as faculdades de geografia, história e memória e patrimônio cultural. Neste mesmo sentido, os prédios da universidade fazem parte do patrimônio cultural e histórico da cidade, tais como:

Centro de Integração do Mercosul – Imóvel inaugurado em 1919, em estilo arquitetônico inglês, durante 81 anos o prédio abrigou três instituições financeiras. Já a partir de 1995, o Centro de Integração do Mercosul passa a ser sediado neste prédio;

Faculdade de Medicina – Construída em 1908, como residência do empresário Carlos Ritter. A partir de 1928, passou a abrigar o Instituto de Higiene Borges de Medeiros e em 1958 foi doado a Faculdade de Medicina de Pelotas, esta fundada em 1959;

Artes – Construída em 1881, o prédio, inicialmente, sediava o jornal sentinela. Em 1949, abrigou a escola de Belas Artes de Pelotas. Com a criação da UFPel em 1969, a unidade passou a se chamar Instituto de Artes e posteriormente, Instituto de Letras e Artes. Foi doado à UFPel em 1973;

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (Faem) – Uma das mais antigas escolas de agronomia do país, com 127 anos, inaugurada em 1959, é o maior monobloco construído no país específico para o ensino de agronomia. Juscelino K. de Oliveira foi paraninfo da turma de 1958, presente na unidade enquanto Presidente da República. O prédio foi transferido à UFPel pela UFRGS em 1970;

Conselhos Superiores (Lyceu) – inaugurado em 1883, abrigou a escola de medicina veterinária e de agronomia prática. Os detalhes arquitetônicos, com pórtico dotado de quatro colunas coríntias, tornou a construção um dos mais significativos prédios da arquitetura pelotense do Século passado. Foi sede da primeira reitoria da UFPel. Atualmente, sedia os conselhos Superiores da Universidade;

Conservatório de Música – Fundado em 1918, construído entre 1880 e 1881. Em 1937 o conservatório foi municipalizado. Em 1941, foi reinaugurado com equipamentos melhorados e o salão de concertos ampliado. Na fundação da Universidade, o conservatório passou a ser uma unidade agregada em 1969 da UFPel e em 1983

Faculdade de Direito – Inaugurado em 1929, mantém sua estrutura inicial. O prédio foi comprado pela Universidade em 1969 e restaurado recentemente.

Faculdade de Odontologia – Em 1950, com a federalização da universidade do Rio Grande do Sul, que passou a se chamar Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a faculdade de odontologia nascida em 1911, passou a contar com recursos do Governo Federal. Mais tarde, em 1992, foi doada e anexada a UFPel, sendo uma das unidades mais antigas da instituição.

Outros prédios, tais como a Cosulã (campus ciências sociais, comprado em 1996), Frigorífico Anglo (doação de 64% pela Fundação Simon Bolívar, em 2006), Casarão Barão de Cacequi (compra em 2006), Cotada (compra em 2009) Laneira Brasileira (compra em 2010), Alfândega (compra em 2010/2011), Grande Hotel (doado pelo Município em 2011) e Cervejaria Haertel (doado pelo Município em 2012) fazem parte dos imóveis históricos pertencentes à Universidade.

A partir das informações apontadas acima, conclui-se uma atenção dispendida considerável por parte da UFPel na área de cultura, disponibilizando à comunidade local espaços públicos tanto de resgate da história quanto de construção do conhecimento. As construções da universidade formam um conjunto de prédios históricos, demonstrando um compromisso com o patrimônio histórico local. Estes bens possuem valor histórico, cultural, arquitetônico ambiental e afetivo

para a população. Alguns são tombados pelo poder público. Cabe aqui, lembrar que Pelotas foi incluída na vigente política cultural do governo federal denominada – PAC das Cidades Históricas.

CONCLUSÃO

Neste estudo se examinou as políticas públicas de expansão do Ensino Superior brasileiro com o objetivo de responder a questão sobre: qual a relação entre a implantação dos programas de políticas públicas REUNI e SISU, pela Universidade Federal de Pelotas, e o desenvolvimento local da cidade de Pelotas.

A partir da compreensão das políticas públicas como uma decisão que envolve a ação direta do Estado, e que requer uma estratégia para atingir objetivos (RODRIGUES, 2010, p. 52), adotou-se o modelo de análise do Ciclo de Políticas Públicas (HOWLETT ET ALL, 2013, p. 16) para olhar os resultados obtidos com a etapa da implementação do REUNI e SISU e sua relação com o desenvolvimento local da cidade de Pelotas.

O conceito de desenvolvimento como liberdade (AMARTYA SEN, 2000) serviu de norte para estabelecer as dimensões socioeconômica, demográfica, político-institucional e cultural como variáveis, que ao serem observadas permitiram atingir o objetivo deste trabalho de avaliar a implantação das políticas públicas REUNI e SISU na UFPel e sua relação com o desenvolvimento local.

Na busca de cumprir com os objetivos específicos estabelecidos realizou-se uma breve comparação entre os governos FHC e LULA e verificou-se que as políticas públicas de educação superior foram caracterizadas nos anos 1980 e 1990 (Quadro 3) por um crescimento pouco significativo da expansão do ensino superior; havendo inclusive momentos de retração no número de Instituições de Ensino Superior no país (Quadro 4).

A forma de acesso ao Ensino Superior privilegiada pelas políticas públicas após a redemocratização do Brasil, até o ano de 2008, foi o ensino privado. O atendimento da demanda reprimida ao ensino superior e da pressão estabelecida pelo mercado em consequência das constantes inovações tecnológicas por mão de obra qualificada no governo FHC e no primeiro governo Lula se deu através da expansão no número de vagas ofertadas pelas Instituições de Ensino, sobretudo, privado (Quadro 5). É possível verificar um aumento real de inclusão ao Ensino Superior no Brasil (Quadros 07 e 08). Observa-se, contudo, que a forma de inclusão, através do

ensino privado, aumenta o fosso de desigualdade social em um país que se caracteriza por um dos maiores níveis de desigualdade e exclusão social do mundo (DOURADO, 2002). Esse modelo de políticas públicas vai de encontro a uma concepção de política de desenvolvimento sustentável e incluyente (SACHS, 2004). Assim como, se contrapõe a uma concepção de desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000) ao instaurar políticas que não promovam um desenvolvimento integrado, nem as capacidades gerais das pessoas através das oportunidades sociais (vide p. 46).

O quadro desenhado para as políticas públicas de Ensino Superior começa a sofrer alteração em 2008 com a implantação das políticas de expansão do acesso REUNI e SISU (Gráfico 4 e 5). Apesar de não romper com a lógica de expansão do ensino privado no país, essas políticas trazem elementos novos que apontam para uma modificação na compreensão de desenvolvimento. Essa mudança dialoga mais com o papel das políticas públicas para promoção do desenvolvimento existente nas concepções de Sachs (2004) ou de Sen (2000), salvaguardada as respectivas diferenças. Isso porque, a decisão política brasileira (DYE, 1972) de investimento no ensino público; voltado para interiorização; com metas para promoção de uma rápida expansão na graduação e pós-graduação; com forte incentivo na expansão das licenciaturas; rompe com uma lógica de promoção da igualdade calcada exclusivamente no mercado para obtenção do efeito cascata (*trincke down effec*), como discutido anteriormente (p.40-41).

Porém, as concepções presentes na formulação de uma política pública nem sempre se concretizam em sua implementação. A formulação da política realizada por *policy makers* do Ministério da Educação repassa para as unidades responsáveis a implantação das políticas REUNI e SISU. Essas unidades executoras, como a UFPel, apesar de terem assumido 'voluntariamente' metas ao aderirem a política de expansão do ensino superior estão sujeitas ao jogo de incentivos, pressões e sanções que envolve interesses múltiplos, nacionais e locais, para convence-las na tomada de decisão (os quais não foram objetos aqui, mas podem ser em um futuro estudo). Nesse sentido, chama atenção, no caso particular dos programas REUNI e SISU, o grau de conflito existente em torno

dessas políticas. Como chamo atenção (p. 35), as políticas de Ensino Superior no Brasil podem ser classificadas, conforme a tipologia de Lowi (1964), como redistributivas em consequência do alto potencial de conflito de interesses em torno de seus modelos e acesso.

Considera-se, portanto, a autonomia das Universidades Federais para estabelecer e prescrever os cursos de ação locais da implantação da política pública (HOWLETT et all, 2013). A Universidade por possuir autonomia em sua gestão (vide p.76) fica responsável pelo planejamento e execução da política formulada pelo Ministério da Educação. Portanto, a Universidade tem liberdade para definir quais as prioridades, as etapas e os cursos novos a serem ofertados ou quais serão acrescidos de vagas, desde que apresentem projetos a serem aprovados pelo MEC. Esse fato chama atenção para uma primeira relação entre a Universidade e a localidade que é a possibilidade de adaptação da política pública de acordo com as características e demandas locais. A política pública pode considerar a vocação e o projeto político de desenvolvimento da região na sua implementação, o que a UFPel tem realizado, no tocante à valorização do patrimônio histórico-cultural (p. 173-174) e na formação de recursos humanos (p. 138).

A partir da obtenção de dados da Universidade e da Cidade, foi possível analisar como algumas dimensões do desenvolvimento são atingidas pela Universidade e se esta participação da UFPel foi aumentada ou não com a implementação do REUNI. Considerando o conceito de desenvolvimento de Sen (2000) que parte de uma visão de desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas e a premissa de Hoff, Martin e Sopeña (2011), que afirma que a universidade propicia o desenvolvimento regional endógeno, a partir do contato com a comunidade, construindo e socializando conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão e influenciando a eficiência da estrutura espacial da economia regional, observou-se a dimensão social, da seguinte forma:

1. Diante da variedade, multiplicidade de cursos de graduação e pós-graduação novos abertos com o REUNI, foi possível observar o atendimento de áreas do conhecimento até então não contempladas na cidade, na localidade e em alguns casos, até na região sul do país. O que se relaciona de forma direta

com a dimensão social de geração de oportunidades e promoção da liberdade.

2. Com a diversidade dos cursos ofertados, a universidade produz recursos humanos dotados de alto capital intelectual tanto para o mundo das ciências exatas quanto para a área das humanas, expandindo, assim, sua formação na área social. O exame da dimensão social na perspectiva de Sen (2000) envolve, ainda, fatores pouco mensuráveis através de informações institucionais, mas que causam impacto positivo no desenvolvimento local. Esses se relacionam a fatores psicossociais, que através de raciocínio dedutivo ficam evidentes, mas que necessitam de pesquisas específicas voltadas para grande público a fim de ser mensuradas, como a promoção da qualidade de vida das pessoas, da autoestima dos indivíduos decorrente do acesso ao nível superior, da realização de sonhos pessoais que promovam atitudes empreendedoras, da aquisição de qualificação em nível superior promovendo mobilidade social, na aquisição de status social através da condição de universitário, do incentivo ao acesso através do exemplo e da promoção da identidade municipal enquanto Polo regional universitário.
3. Em consequência da ampliação da graduação e pós-graduação, o número de ingressos/alunos foi aumentado, o que fez com que a UFPel atingisse a diretriz da proposta enviada ao SESU, na qual estabelecia em 100% o aumento do número de cursos de graduação ofertados ,e fez com a instituição triplicasse o número de matrículas, o que confirmou a hipótese de número dois deste trabalho, ou seja, o acesso no ensino superior foi aumentado a partir do REUNI na UFPel;
4. A hipótese de número três deste trabalho afirmava que com o REUNI, ocorreria uma maior oferta dos serviços da universidade à comunidade local, o que foi parcialmente confirmado, visto que a não-alimentação adequada dos bancos de dados prejudicou as análises, todavia, a partir dos dados obtidos, pode-se afirmar que os atendimentos hospitalares e os atendimentos odontológicos apresentaram um pequeno aumento depois da implementação

do REUNI. Já os serviços prestados à comunidade por meio da extensão universitária parecem ter diminuído;

5. O número de pesquisas publicadas, ou seja, o conhecimento que transcende os “muros” da universidade apresentou um aumento, o que significa que a socialização do conhecimento com a comunidade externa foi ampliada (cabe sinalizar que esta socialização não só ocorre com o município de Pelotas, mas com todos os cidadãos que buscarão acesso às pesquisas);
6. O número de bolsistas foi aumentado sinalizando maior número de oportunidades, ofertadas aos jovens, para concluir sua qualificação e, possivelmente, aumentando a possibilidade de permanência na IES, diminuindo o número de evasões decorrentes de condições socioeconômicas desfavoráveis. Neste mesmo sentido, o número de empregos diretos quase dobrou, o que amplia as possibilidades empregatícias no município.

Considera-se ainda na dimensão social a interlocução da implantação das políticas REUNI e SISU com a expansão de verbas para políticas assistenciais nas universidades, com rubricas específicas Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), visando que cidadãos em condições de vulnerabilidade social que aproveitem a expansão do acesso ao Ensino Superior possa se manter nele.

Com relação à dimensão econômica, Hoff, Martin e Sopena (2011) apontam que a universidade pode contribuir enquanto demanda pessoal e movimenta recursos financeiros por meio de salários de professores e servidores técnicos, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos, principalmente os vindos de outras cidades.

Na UFPel pode-se perceber um aumento com relação às despesas de capital (quadro 28), ou seja, a instituição realizou diversas aquisições no período analisado, principalmente, no que se refere a prédios para desenvolvimento de atividades acadêmicas (página 157). Todavia, a maior parte destes prédios ainda não está em condições de utilização, o que faz com que as despesas de custeio aumentem, principalmente em duas despesas que foram destacadas neste trabalho, a despesa com os serviços terceirizados (para atender a todos os imóveis locados e dispersos na cidade) e as despesas com locações de imóveis (página 156 e quadro 33). Nota-

se, porém, uma queda no custeio nos últimos anos, visto que o governo federal objetiva, através da implementação de outros planos diminuir estes gastos. Diante do aumento do valor na contratação de mão de obra terceirizada (quadro 29), sinaliza-se que a diminuição no custeio se refere a diminuição de recursos despendidos com materiais de consumo.

Com relação ao pessoal, a despesa mantém um aumento do início ao fim, o que reflete as contratações realizadas e as aposentadorias adquiridas ao longo do período. Este aumento reflete em um aumento de renda disponível para circulação na economia local.

Na dimensão econômica, realizou-se também uma análise com relação à participação da UFPel no orçamento da cidade e percebeu-se uma participação média de 3 a 4% nos últimos anos, participação baixa em percentual, mas alta em valor, os repasses são realizados através de convênios e majoritariamente representam aqueles relacionados ao Hospital Universitário.

Com relação à dimensão demográfica, pode-se observar um aumento na comunidade interna da universidade, porém, visto que a Universidade não dispõe de informações sobre a origem de seus técnicos, professores e alunos, a estimativa de maior impacto demográfico atribuída à migração de estudante não pode ser precisada. Nota-se, ainda assim, que estas políticas, evidentemente (QUADRO 31), colaboraram para o aumento da população de Pelotas.

Na dimensão político-institucional, sinalizou-se para as parcerias firmadas entre universidade e Município, demonstrando áreas que são afetadas, diretamente, pela UFPel. Para além, nesta dimensão ressaltou-se a participação política da Universidade em campos de decisão na cidade de Pelotas, tais como os Conselhos Municipais. (pág. 164). Destaca-se, também, a qualificação de funcionários públicos, tomando o exemplo de professores da rede municipal (pág. 162-163), dentre outros, realizada através de convênios e projetos de extensão.

Na dimensão infraestrutural, o principal impacto provocado pela universidade foi a aquisição de 26 imóveis em 8 anos, sendo mais da metade adquiridos com recursos REUNI. Tais aquisições contribuem, diretamente, para a utilização pela comunidade local, independente de fazer ou não parte da comunidade acadêmica

em si, visto que são prédios de uso públicos. Além disso, é inegável a contribuição da aquisição destes prédios para fomentar o setor imobiliário e turístico. É possível notar quando avaliada a infra-estrutura, através de ilustrações (pág. 164,165), que, apesar da inegável contribuição da universidade na preservação da memória e história da cidade de pelotas, a aquisição de prédios pouco adaptáveis para instalação de sala de aulas e laboratórios (devido a necessidade restauro e preservação) demonstra falha de planejamento em relação ao objetivo de expansão qualificada do ensino superior, o que leva à necessidade de aluguel de outros tantos imóveis. Dessa forma, é inegável o impacto que a implantação da política pública REUNI promoveu no mercado imobiliário de Pelotas com a aquisição de 14 imóveis de difícil comercialização, devido as características da maioria deles de inventariado para tombamento.

Por fim, com relação à dimensão cultural, nota-se um aumento do acervo bibliográfico disponível à população, ou seja, uma maior disseminação de conhecimento, além de iniciativas culturais, tais como a promoção de eventos e a atenção dada à história, cultura e ao patrimônio histórico da cidade, através da propriedade de museus. A recuperação e manutenção do patrimônio arquitetônico da cidade sofreu incremento com a instauração dos cursos de Conservação e Restauro de Bens Móveis e o de Museologia, ambos em 2008. A criação de novos cursos e a expansão de outros vinculados diretamente à cultura como Artes Visuais, Desing, Música, Dança e Teatro (Quadro 11) influenciam de forma direta nessa dimensão, uma vez que as atividades rotineiras e de conclusão desses cursos exigem novos espaços de manifestação artística e multiplica a frequência desses eventos gratuitos na cidade.

Logo, de acordo com os impactos diretos e indiretos esperados de uma universidade no desenvolvimento regional, listados por San Martin e Hoff (2011) (figura 04), a UFPel impacta em, praticamente, todos os ambientes: na formação de cidadãos, na geração de fonte de modificação da cultura vigente, na criação de novos postos de trabalho, na potencialização dos recursos locais e na formação de lideranças. Com a implementação das políticas públicas expansionistas da

educação de nível superior, estes setores sofreram, positivamente, um maior impacto.

Finalmente, voltando-se ao objetivo deste estudo, considera-se que a implantação das políticas públicas REUNI e SISU relacionam-se de forma direta com o desenvolvimento da cidade, através dos cursos de ação adotados pela UFPel. Essa relação pode ser percebida de forma mais direta pelos dados coletados, sistematizados e analisados neste trabalho nas dimensões de infraestrutura, socioeconômica e cultural. O que não significa que as outras dimensões analisadas não apresentem essa relação de forma mais sutil.

As demonstrações das análises realizadas, também, confirmam a hipótese de número 1, ou seja, a cidade de Pelotas sofreu um impacto positivo em seu desenvolvimento, principalmente no que tange à dimensão socioeconômica e cultural.

As políticas de ensino superior do governo Lula, especificamente o REUNI, apresentam um alto investimento nas universidades federais. A expansão e a interiorização da educação superior são pautadas nas ações do Governo Federal e surgem junto à política pública de educação atual. Todavia, é salutar ressaltar que o governo Lula não rompeu, completamente, com a lógica neoliberal que norteava as políticas do governo FHC, visto que a expansão das instituições de ensino superior privadas segue sendo expressiva e ocorre uma parceria entre público-privado com a política de educação PROUNI. Conforme analisado no capítulo 3, as mudanças promovidas pelo governo Lula no ensino superior figuram, nesse sentido, como incrementais, pois não modificam de fato a estrutura das políticas públicas adotadas ao longo da história.

Em relação à análise de âmbito mais geral das políticas públicas REUNI e SISU a adoção do marco conceitual do Ciclo de Políticas Públicas, inspirado em Lasswell (1971), permitiu concluir que o controle do governo federal através do Ministério da Educação sobre essas políticas se restringem aos produtos (*outcomes*). É de iniciativa da Universidade realizar novas etapas de informação, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação dos objetivos secundários das políticas públicas adotadas para garantir a relação com o desenvolvimento local. Apesar de

caracterizada essa relação, neste trabalho, observa-se a falta da produção de informação sistematizada por parte, tanto, da Universidade, quanto, da Prefeitura de Pelotas, o que causa prejuízos inequívocos às outras etapas do desenvolvimento da política pública. Tem impacto negativo, também, na promoção de *accountability* por parte dos cidadãos, compreendida como: 1) organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo; 2) descentralização e transparência do aparato governamental; e 3) substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (Campos, 1990:48). Ressalta-se, aqui, também, um problema de limitação do escopo de planejamento, avaliação, ausência de monitoramento, o que implica, desnecessariamente, em possíveis gastos de recursos públicos irrecuperáveis.

Sinaliza-se para que, uma vez sistematizados, pelas gestões da universidade e da prefeitura, estes dados facilitariam a promoção de projetos para o desenvolvimento local que priorizem o planejamento, a maximização de recursos e o estabelecimento de metas específicas para a região. Logo, sem prejuízo de seu papel acadêmico, a universidade assumiria, de forma incontestável, o papel de ator social na promoção de desenvolvimento local.

Reconhecidas as limitações, acredita-se que este trabalho contribui para a sinalização da existência de limitações nas etapas de planejamento e fiscalização das políticas públicas. Neste sentido, o trabalho expõe a não alimentação de bancos de dados, pelos órgãos executores, o que impossibilita o controle e o acompanhamento de resultados das políticas. Para além, esta dissertação não objetivou esgotar o assunto, mas sim encorajar outros que trabalhem com desenvolvimento, educação e o desenvolvimento a partir da universidade, assunto de extrema relevância para nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. **Imperialismo e Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Editora Vértice, 1987.
- ANTUNES, J. **O surgimento do Conceito de Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade Corporativa**. Disponível em: <http://www.sustentabilidadecorporativa.com/2010/04/o-surgimento-do-conceito-de.html>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação**. 2 ed. ver. e atual.. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora Revan/FAPESP, 2000.
- BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista Visões**. 4º Edição, nº 4, Volume I – Jan/Jun 2008. Disponível em: http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2014.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 3ª edição: EdUnb, 1983, 519p.
- BORGES, M. C.; AQUINO, O. F. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. In: **Educação: Teoria e Prática**, v.22, n.39, Jan/abr-2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v22n39/v22n39a08.pdf>. Acesso em: 05 jan/2014.
- BOSI, A. et al. **A presença da universidade pública**. 1998. Disponível em: http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html>. Acesso em: 01 agost. 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais-REUNI, 2007. Disponível em: <http://200.156.25.73/reuni/D6096.html>>. Acesso em: 04 agost. 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o PrOgrama Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823931/decreto-7234-10>>. Acesso em: 04 agost. 2012.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 08 agost 2012.

_____. **Lei nº 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos-PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 09 maio 2012.

_____. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012**. Relatório da comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília: 2012.

_____. Ministério da Educação. **Expansão da Educação Superior e Profissional e Tecnológica – Mais formação e oportunidades para os brasileiros**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em: 09 fev —.

_____. Ministério da Educação. **Novo ENEM**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?view=article&catid=179%Avestibular&id=133>. Acesso em: 09 maio 2012.

_____. Ministério da Educação. **O que é o REUNI**, Brasília, 25 mar. 2010. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2>. Acesso em 04 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Sistema de Seleção Unificada**, Brasília, 20 mar. 2009. SISU. Disponível em: <http://www.sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em 06 agost. 2012.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável – Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Fundamentos da política e da sociedade brasileiras**. In AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Ed., 2004. Rio de Janeiro: Fundação Konrad- Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp.

BIRKLAND, Thomas A. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. 2. Ed. Armonk, New York: M.E. Sharpe, 2005.

BURY, J. B. **The Idea of Progress: an inquiry into its origin and growth**. New York: Dover, 1955.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica**. 14. ed. corr. y aum. México: Siglo XXI, 1978. 213 p. (Sociologia e Política).

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Souza Porto. PROUNI: Democratização do Acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n°28, p.125-140, 2006.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da Deserção do Estado ao Projeto da Reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.25, n° 88; p.677-701, 2004.

CUNHA, Luiz A. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteiras em movimento. In: TRINDADE, Héglio. (org.), **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, Patrícia Rodrigues Chaves da. **A participação do banco mundial na formação cidadã dos jovens cearenses.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12094/000618849.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 24 jun. 2012.

DANIEL, L. S. **João Roberto Moreira (1912 – 1967): Itinerários para uma racionalidade ativa.** 224p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DI GIOVANI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa** [do] NEPP/UNICAMP, n°82, 2009, p. 1 - 29.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação e sociedade**, Campinas, v.23,n.80, p.234-252, 2002.

DURHAM, E. R. **A política educacional do Governo Fernando Henrique Cardoso – uma visão comparada.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a09.pdf>. Acesso em: 23 jan.2014.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 2ed, 1999.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: Pre Hall. 1984.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis.** Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.

ESCOBAR, A. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

FAVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar**, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>. Acesso em: 05 jan. 2013.

FERMINO, Phelipe Pires; ELTERMANN, Eddy Ervin; BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. **Novos Dilemas da Política Educacional Brasileira.** Disponível em: http://forum.ulbratorres.com.br/2010/ Mesa_texto/MESA%206%20A.pdf. Acesso em: 30 jun. 2012.

FERREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A.; AMARAL, M. G. **Desenvolvimento Regional: o momento atual e perspectivas para a região do vale do Paraíba Fluminense.**

Disponível

em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/sedres/article/viewFile/3869/3782>.

Acesso em: 01. Agost. 2013

FIGUEIREDO, E. S. A., Reforma do Ensino Superior no Brasil: uma olhar a partir da história. In: **Revista da UFG**. Ano VII, nº 2, dezembro de 2005. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html. Acesso em: 01 fev. 2014.

FREY, K. Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. **Caderno de Pesquisa [do] PPGSP/UFSC**, nº18, set. 1999, p. 1 - 36.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 21, jun. 2000, p. 1 - 21.

FURTADO, C. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

GAPI – UNICAMP. **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2012.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. **A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/>>. Acesso em 3 dez. 2012.

HOGHOOD, B.; GUNN, L. **Policy analysis for the real world**. Oxford: Oxford University Press. 1984.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) sociais. In: **Caderno Cedes**, ano XXI, nº 55 – Campinas, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32622001000300003&script=sci_arttext

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Políticas Públicas: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **2010**. Acesso em: 07 set. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo do ensino superior de 2008.** Disponível em:

<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. **Relatórios Técnicos 2002 – 2010.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>. Acesso em: 05 agost 2012.

JENKINS, W. I. (1978) **Policy Analysis: A Political and Organizational Perspective**, Oxford : Martin Robertson.

LASWELL, Harold D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958

_____. **A Pre-view of policy sciences.** American Elsevier Publishing. EUA, 1971.

LEHER, Roberto. **O que é commodificado é mercadoria.** 2001. Disponível em <http://www.mepr.org.br/noticias/educacao/290-enem-o-que-e-comodificado-e-mercadoria.html>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. **Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu.** In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, K. R. R., PRADO, F. H. S., VIEIRA, R. B. **Políticas Públicas de “democratização” da Educação Superior no Governo Lula: ENEM, PROUNI, REUNI.** V Encontro Brasileiro de Educação e Emancipação Humana. Florianópolis, v.5, n.1, p.1-14, 2011.

LINDBLOM, Charles E. “Still Muddling, Not Yet Through”, **Public Administration Review** 39: 517-526. 1979.

LOPES, R. P. M. Avaliação do impacto financeiro da universidade pública na economia municipal: o caso de Vitória da Conquista. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 71, p. 15-21, 2000. Disponível em: www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses.rp.html. Acesso em: 05 jul. 2012.

LOWI, T. J. **Distribuição, regulação, redistribuição: as funções do governo.** Tradução de André Villa-Lobos, 1964.

- LOWI, Theodor. "Four Systems of Policy, Politics, and Choice". **Public Administration Review**, 32: 298-310. 1972.
- LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980
- MAGALHÃES, M. O. **UFPel: 30 anos**. Pelotas. Editora e Gráfica Universitária – UFPel, 1999.
- MAGALHÃES, L. C. **O Financiamento da Universidade Estadual de Goiás: O Programa Bolsa Universitária e o Custo do Aluno**. Disponível em: http://ppge.fe.ufg.br/uploads/6/original_Dissert-Luciana_de_Castro.pdf. Acesso em: 01 fev/2013.
- MARTINS, C. B. **O ensino superior brasileiro nos anos 90**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801.pdf>. Acesso em: 22 jan.2014.
- MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**, Belém, v.2, n.2, p.19-30, 2001. Disponível em: <http://www.gpa21.org/br/pdf/8instrumentos.pdf> > Acesso em: 01 agost. 2012.
- MAZZUCO, N; CORBARI, C. R; SANTOS, R. dos; SANTANDER, J. A. O; PEDROSO, J. M. As políticas sociais à luz da teoria da dependência: suas implicações no campo educacional. In: NOGUEIRA, F. M. G; RIZZOTTO, M. L. F. (Org.) et al. **Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil**. São Paulo: Xamã, 2007.
- MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.
- MELO, M. A. B. Estado, governo e políticas sociais. In: MICELI, S. (Org) **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 29 - 99.
- MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. In: **Educar**, Curitiba, n. 28, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>. Acesso em: 26 dez/2013.
- MOREIRA, J. R. **Educação e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: CLAPS, 1960.
- MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

NASCIMENTO, E. O. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1 – Brasília, p. 95-121. 2009. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6593/5319>. Acesso em: 10/02/2014.

NERY, T. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta Neves; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06/08/2012.

NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** 2001. São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, J. A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. In: **Caderno de Geografia**. V.24, número especial 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/P.2318-2962.2014v24nespp1/6586>. Acesso em: 16 jan. 2013.

PEREIRA, L. C. B. Democracia, estado social e reforma gerencial. In: **Revista de Administração em Empresas**. V.50, n.1. São Paulo. Jan/Mar 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902010000100009&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jan. 2013.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa, Portugal, 1967

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986

RAMOS, M. G. G.; GARCIA, T. E. M.; NOGUEIRA, M. G. S. A Gestão do REUNI na UFPel: Um olhar sobre a qualidade da Expansão. **Desafio Online**, Campo Grande, v.1, n.2, 2013. Disponível em: <http://www.desafioonline.com.br/wp-content/uploads/artigo8-a-gestao-do-reuni-na-ufpel-um-olhar-sobre-a-qualidade-da-expansao.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado**. 2000. São Paulo, Edusp – editora da Universidade de São Paulo.

REGINA, Celia. **A reforma da Educação Superior no Governo Lula: da Inspiração à Implantação**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>.

Acesso em: 08 agost 2012

ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas – Algumas observações. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v.5, n.1, p. 11-28, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/32/1604>.

Acesso em: 05 jul. 2012.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2010.

ROSTOW, W. **Etapas do Desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 4º ed, 1963.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALVATO, Marcio A. FERREIRA, Pedro C.; DUARTE, Angêlo J. M. A. **O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda**. In: Estudos Econômicos. V. 40 nº 4. São Paulo-SP. p. 753-791 2010) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ee/v40n4/v40n4a01.pdf> Acesso: 15 de maio de 2014 as 22h

SAN MARTIN, A.S; HOFF, D.N; SOPEÑA, M.B. **Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento**. Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 16, p. 157-183, 2011.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. **A Política de Ampliação da Oferta do Ensino Superior: Democratização?** Disponível em:

http://www.faetec.rj.gov.br/desup/images/democratizar/v2-n2/art_bruno.pdf. Acesso em: 07 agost 2012 as 7h.

SCHMIDT, João Pedro. **Exclusão, inclusão e capital social: O capital social nas ações de inclusão**. IN: REIS, Jorge Renato do; LEAL, Rogério Gesta. Direitos Sociais e Políticas públicas. Edunisc: Santa Cruz do Sul, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM)**. Disponível em: <<http://pbsrvlamp.sebraepb.com.br/metodologiaIDSM.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012 as 8h.

SEN, Amartya. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUISSARDI, V. **Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: Predomínio Privado/Mercantil e Desafios para a Regulação e a Formação Universitária**. Educação Social, Campinas, v.29, n.105, p.991-1022, 2008.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. M. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, C. L.; BASSI, N. S. S. Políticas Públicas e Desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da (org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 15 a 38

SILVA; OURIQUE. **A Expansão da Educação Superior no Brasil: um estudo do caso CESNORS**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos Brasília. V. 93 Nº. 233, p. 215-230 2012. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/2025/1790>. Acesso em:

SILVEIRA, Zuleide S. **Ações e recomendações do Banco Mundial a Portugal e ao Brasil, na condição de “partido político”, em torno da internacionalização da educação e do conhecimento**. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0334_04.html. Acesso em: 05 agost 2012.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957

SOARES, M. C. C. **Banco Mundial: políticas e reformas**. In: TOMMASI, L.; SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. In: **Revista Sociologias**. Ano 8, nº16 – Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>

SPANGENBERG, J. H. Sustainable development: from catchwords to benchmarks and operational concepts. In M. Charter e U. Tischner (Eds.), **Sustainable Solutions: Developing Products and Services for the Future**. Greenleaf Publishing, Eastbourne, pp. 24-46, (2001).

STAUFFER, D. **Bem-vindo ao mundo da inteligência competitiva**. HSM Management Update, São Paulo, n. 10, p. 5-7, jan.-fev. 2004.

STEINMO, S; THELEN, K; LONGSTRETH, F; 1992. **Structuring politics: historical institutionalism in comparative analysis**. New York: Cambridge University Press.

TRINDADE, Hélió (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1999.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento Local e Regional**. Curitiba: IBEPEX, 2009.

UNITED NATIONS COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC), **Equity, Development and Citizenship**. Santiago, Chile, April 2000.

VALLE, I. R. MIZU, G. E. P. CASTRO, I. M. F. **Democratizar, Descentralizar, Municipalizar: A Expansão do Ensino Fundamental Catarinense**. Caderno de Pesquisa, Porto Alegre, v.34, n.121, p.187-212, 2004.

VASCONCELOS, Simão Dias; SILVA, Ednaldo Gomes da. **Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v13n49/29241.pdf>. Acessado em: 04 agost 2012.

VIEIRA, P et al. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1993.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Retrospectiva histórica da construção da crença no poder da educação na sociedade brasileira**. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; 2007.

WARDE, M. J.; HADDAD, S. (org.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2003.

WINDHOFF-Héritier, Adrienne. **policy-Analyse: eine Einführung.** Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A. Quadro 11 – Listagem dos cursos de Graduação antes e depois do REUNI

APÊNDICE B. Unidades Acadêmicas

APÊNDICE C. Polos e Cursos de Ensino de Educação campo, Espanhol, Geografia, Letras, Matemática e Pedagogia à Distância

APÊNDICE D. Organização dos Cursos de Graduação por Unidade Acadêmica e Listagem dos Cursos de Pós-Graduação

APÊNDICE E. Organização Administrativa da Universidade

APÊNDICE A. Quadro 11 – Listagem dos cursos de Graduação antes e depois do REUNI

2004	2008	2012
Graduação – Bacharelados		
Administração – Hospitalar e Hoteleira	Administração – Hospitalar e Hoteleira	Administração – Vespertino
Administração – Produção e Vestuário	Administração – Produção e Vestuário	Administração - Noturno
Agronomia – Integral	Agronomia – Integral	Agronomia – Integral
	Antropologia – Antropologia Social e Cultural	Antropologia – Antropologia Social e Cultural
		Arqueologia – Integral
		Antropologia – Bacharelado
Arquitetura e Urbanismo – Integral	Arquitetura e Urbanismo – Integral	Arquitetura e Urbanismo – Integral
Artes Visuais – Pintura, Escultura ou Gravura	Artes Visuais – Pintura, Escultura ou Gravura	Artes Visuais – Integral
		Letras – Redação e Revisão de Textos – Noturno
		Letras – Tradução Espanhol – Português – Integral
		Letras Tradução Inglês – Português – Integral
	Biotecnologia – Bacharelado – Integral	Biotecnologia – Bacharelado – Integral
Ciência da Computação – Integral	Ciência da Computação – Integral	Ciência da Computação – Integral
Ciências Biológicas – Bacharelado – Integral	Ciências Biológicas – Bacharelado – Integral	Ciências Biológicas – Bacharelado – Integral
Ciências Domésticas – Noturno		Ciências Contábeis – Noturno
Ciências Sociais – Bacharelado – Noturno	Ciências Sociais – Bacharelado – Noturno	Ciências Sociais – Bacharelado – Noturno
	Cinema e Animação – Noturno	Cinema e Animação – Noturno
		Cinema e Audiovisual – Integral
	Conservação e Restauro de	Conservação e Restauro de

	Bens Móveis – Noturno	Bens Móveis – Noturno
	Design Digital – Matutino	Design Digital – Matutino
Design Gráfico – Vespertino	Design Gráfico – Vespertino	Design Gráfico – Vespertino
Direito	Direito	Direito
Economia	Economia	Economia
Educação Física – Bacharelado – Integral	Educação Física – Bacharelado – Integral	Educação Física – Bacharelado – Integral
Enfermagem – Integral	Enfermagem – Integral	Enfermagem – Integral
Engenharia Agrícola – Integral	Engenharia Agrícola – Integral	Engenharia Agrícola – Integral
		Engenharia Civil – Integral -
		Engenharia de Computação – Integral
		Engenharia de Controle e Automação – Integral
		Engenharia de Materiais – Integral
		Engenharia de Petróleo – Integral
		Engenharia de Produção – Integral
		Engenharia Eletrônica – Integral
	Engenharia Geológica – Integral	Engenharia Geológica – Integral
		Engenharia Hídrica – Integral
	Engenharia Industrial Madeireira – Integral	Engenharia Industrial Madeireira – Integral
		Engenharia Sanitária e Ambiental
		Farmácia – Integral
Filosofia – Noturno	Filosofia – Noturno	Filosofia – Noturno
Geografia – Noturno	Geografia – Noturno	Geografia – Noturno
História – Vespertino	História – Vespertino	História – Vespertino
		Jornalismo – Noturno
Medicina – Integral	Medicina – Integral	Medicina – Integral
Medicina Veterinária – Integral	Medicina Veterinária – Integral	Medicina Veterinária – Integral
Meteorologia – Integral	Meteorologia – Integral	Meteorologia – Integral

	Museologia – Integral	Museologia – Integral
Música – Licenciatura	Música – Licenciatura	Música – Licenciatura
Música – Canto – Vespertino	Música – Canto – Vespertino	Música – Canto – Vespertino
		Música – Ciências Musicais – Matutino
	Música – Composição – Matutino	Música – Composição – Matutino
Música – Flauta Transversal – Matutino	Música – Flauta Transversal – Matutino	Música – Flauta Transversal – Matutino
		Música – Música Popular – Integral
Música – Piano – Vespertino	Música – Piano – Vespertino	Música – Piano – Vespertino
Música – Violão – Vespertino	Música – Violão – Vespertino	Música – Violão – Vespertino
Música – Violino – Matutino	Música – Violino – Matutino	Música – Violino – Matutino
Nutrição – Integral	Nutrição – Integral	Nutrição – Integral
Odontologia – Integral	Odontologia – Integral	Odontologia – Integral
		Psicologia – Noturno
Química – Integral	Química – Integral	Química – Integral
Química de Alimentos – Integral	Química de Alimentos – Integral	Química de Alimentos – Integral
		Química Forense
	Química Industrial – Integral	Química Industrial – Integral
		Relações Internacionais – Noturno
		Terapia Ocupacional – Noturno
Turismo – Noturno	Turismo – Noturno	Turismo – Noturno
	Zootecnia – Integral	Zootecnia – Integral
Graduação – Licenciaturas		
Artes Visuais – Integral	Artes Visuais – Integral	Artes Visuais – Integral
		Ciências Biológicas – Integral
Ciências Sociais – Noturno	Ciências Sociais – Noturno	Ciências Sociais – Noturno
	Dança – Noturno	Dança – Noturno
		Educação Física – Noturno

	Educação Física – Integral	Educação Física – Integral
	Filosofia – Noturno	Filosofia – Noturno
Física – Integral	Física – Integral	Física – Integral
Geografia – Noturno	Geografia – Noturno	Geografia – Noturno
	História – Noturno	História – Noturno
		Educação no Campo à Distância
Letras – Português – Noturno	Letras – Português – Noturno	Letras – Português – Noturno
	Letras – Espanhol e Literaturas da Língua Espanhola	Letras – Português /Alemão – Vespertino
Letras – Português/Espanhol – Vespertino	Letras – Português/Espanhol – Vespertino	Letras – Português/Espanhol – Vespertino
Letras - Português /Francês – Vespertino	Letras - Português /Francês – Vespertino	Letras - Português /Francês – Vespertino
Letras – Português /Inglês – Vespertino	Letras – Português /Inglês – Vespertino	Letras – Português /Inglês – Vespertino
		Espanhol à Distância – Integral
		Geografia à Distância – Integral
		Letras à Distância – Integral
		Matemática à Distância – Integral
		Pedagogia à Distância – Integral
Matemática – Noturno	Matemática – Noturno	Matemática – Noturno
	Matemática – Integral	Matemática – Integral
Pedagogia – Noturno	Pedagogia – Noturno	Pedagogia – Noturno
Pedagogia – Vespertino	Pedagogia – Vespertino	Pedagogia – Vespertino
		Química – Integral
	Teatro – Noturno	Teatro – Noturno
Tecnólogos		
		Agroindústria – Noturno

		Alimentos – Integral
		Gastronomia – Integral
		Geoprocessamento – Integral
		Gestão Ambiental
	Gestão de Cooperativas	Gestão de Cooperativas
		Gestão Pública
		Processos Gerenciais
		Transportes Terrestres
	Viticultura e Enologia	Viticultura e Enologia

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das prestações de contas da UFPel de 2004 a 2012.

APÊNDICE B. UNIDADES ACADÊMICAS

As unidades acadêmicas estão organizadas da seguinte forma:

Centro das Engenharias

Data da Criação: 06/03/2009

Diretor: Prof. Cláudio Manoel da Cunha Duarte

Vice-Diretor: Prof. Denis Teixeira Franco

Data de Conclusão do Mandato – 07/08/2017

Localização de seu/s prédio/s - Rua Almirante Barroso, 1734

Centro de Artes

Data da Criação: 04/11/2010

Diretor: Prof^a. Ursula Rosa da Silva

Vice-Diretor: Prof. Rogério Tavares Constante

Data de Conclusão do Mandato – 21/02/2017

Localização de seu/s prédio/s -Rua Alberto Rosa, 62 / Pelotas-RS

Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos

Data da Criação: 11/2010

Diretor: Prof. Rui Carlos Zambiasi

Vice-Diretor: Prof^a. Alzira Yamazaki

Data de Conclusão do Mandato – 07/04/2017

Localização de seu/s prédio/s - Campus Capão do Leão da Ufpel

Centro de Desenvolvimento Tecnológico

Data da Criação: 2009

Diretor: Prof. Odir Antônio Dellagostin

Vice-Diretor: Prof^a. Idel Cristiana Bigliardi Milani

Data de Conclusão do Mandato – 14/04/2017

Localização de seu/s prédio/s - Campus Capão do Leão Ufpel, prédio 19/ Pelotas-RS

Centro de Educação Aberta e a Distância

CONSUN, no dia 08 de abril de 2014, em uma reunião extraordinária com pauta única sobre a proposta de extinção da unidade acadêmica Centro de Educação Aberta e a Distância, foi deliberada a extinção da unidade por maioria qualificada, 48 votos a favor, 6 contra e 12 abstenções. A modalidade à distância a partir deste momento passará a funcionar nas respectivas unidades acadêmicas, aproximando os cursos, além de acolher o parecer da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que recomenda que os cursos da modalidade à distância trabalhem em conjunto com seus cursos presenciais.

Diretor: Prof. Luiz Alberto Brettas

Vice-Diretor: Prof^a. Silvia Prietsch Wendt Pinto

Data de Conclusão do Mandato – Pró tempore

Localização de seu/s prédio/s - Rua Félix da Cunha, 630 /Pelotas-RS

Centro de Integração do Mercosul

Data da Criação: 29/11/1995

Diretor: Prof. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

Vice-Diretor: Prof^a. Claire Morrone Barbat Parfitt

Data de Conclusão do Mandato – 16/12/2016

Localização de seu/s prédio/s - Rua Andrade Neves, 1529/ Pelotas-RS

Centro de Letras e Comunicação

Data da Criação: 06/10/2010

Diretor: Prof. Luis Isaias Centeno do Amaral

Vice-Diretor: Prof^a. Márcia Dresch

Data de Conclusão do Mandato – 08/04//2017

Localização de seu/s prédio/s - Campus Porto Ufpel - Rua Gomes Carneiro, 01/Pelotas-RS

Escola Superior de Educação Física

Data da Criação: 1971

Diretor: Alexandre Carriconde Marques

Vice-Diretor: Mário Renato Azevedo Júnior

Data de Conclusão do Mandato – 23/10/2017

Localização de seu/s prédio/s - Rua Luiz de Camões, 625 / Pelotas-RS

Faculdade de Administração e Turismo

Data da Criação: 12/07/2006

Diretor: Prof. Edar da Silva Anaña

Vice-Diretor: Prof^a. Simone Portella Teixeira de Mello

Data de Conclusão do Mandato – 05/01/2015

Localização de seu/s prédio/s – Campus Porto Ufpel - Rua Gomes Carneiro, 01/Pelotas-RS

Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

Data da Criação: 1883

Diretor: Prof. Manoel Luiz Brenner de Moraes

Vice-Diretor: Prof. Jerri Teixeira Zanusso

Data de Conclusão do Mandato – 30/10/2017

Localização de seu/s prédio/s - Campus Capão do Leão Ufpel, s/n - Pelotas- RS

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB)

Data da Criação: 04/11/2010

Diretor: Prof. Antonio César Silveira Baptista da Silva

Vice-Diretor: Prof. Eduardo Grala da Cunha

Data de Conclusão do Mandato – 23/01/2015

Localização de seu/s prédio/s - Rua Benjamin Constant, 1359 / Pelotas-RS

Faculdade de Direito

Data da Criação: 12/09/1912

Diretor: Prof. Alexandre Fernandes Gastal

Vice-Diretor: Prof. Oscar José Echenique Magalhães

Data de Conclusão do Mandato – 29/05/2018

Localização de seu/s prédio/s - Praça Conselheiro Maciel, 215 / Pelotas-RS

Faculdade de Educação

Data da Criação: 05/07/1976

Diretor: Prof^a. Lúcia Maria Vaz Peres

Vice-Diretor: Prof^a. Lígia Cardoso Carlos

Data de Conclusão do Mandato – 07/08/2016

Localização de seu/s prédio/s - Rua Alberto Rosa, 154 / Pelotas-RS

Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia

Data da Criação: 28/11/1988

Diretor: Prof^a. Luciane Prado Kantorski

Vice-Diretor: Prof^a. Marilu Corrêa Soares

Data de Conclusão do Mandato – 12/12/2014

Localização de seu/s prédio/s - Campus Porto Ufpel - Rua Gomes Carneiro, 01/Pelotas- RS

Faculdade de Medicina

Data da Criação: 1978

Diretor: Prof^a. Vera Maria Freitas da Silveira

Vice-Diretor: Prof^a. Denise Marques Mota

Data de Conclusão do Mandato – 14/01/2017

Localização de seu/s prédio/s - Av. Duque de Caxias, 250 / Pelotas-RS

Faculdade de Meteorologia

Data da Criação: 1975

Diretor: Prof. Jonas da Costa Carvalho

Vice-Diretor: Prof. Fabrício Pereira Harter

Data de Conclusão do Mandato – 18/07/2015

Localização de seu/s prédio/s – Campus Capão do Leão Ufpel

Faculdade de Nutrição

Data da Criação: 07/01/1975

Diretor: Prof^a. Márcia Rúbia Duarte Buchweitz

Vice-Diretor: Prof^a. Elizabete Helbig

Data de Conclusão do Mandato – 04/05/2015

Localização de seu/s prédio/s – Campus Porto Ufpel - Rua Gomes Carneiro, nº01/Pelotas-RS

Faculdade de Odontologia

Data da Criação: 21/10/1941

Diretor: Prof^a. Márcia Bueno Pinto

Vice-Diretor: Prof^a. Adriana Etges

Data de Conclusão do Mandato – 21/11/2014

Localização de seu/s prédio/s – Rua Gonçalves Chaves, 457 / Pelotas-RS

Faculdade de Veterinária

Data da Criação: 13/12/1960

Diretor: Prof. Thomaz Lucia Junior

Vice-Diretor: Prof. Everton Fagonde da Silva

Data de Conclusão do Mandato – 21/11/2014

Localização de seu/s prédio/s – Campus Capão do Leão s/n ; Rua coronel alberto rosa, 580

Instituto de Biologia

Data da Criação: 1969

Diretor: Prof^a. Gladis Aver Ribeiro

Vice-Diretor: Prof. Flávio Roberto Mello Garcia

Data de Conclusão do Mandato – 21/11/2014

Localização de seu/s prédio/s - Campus Capão do Leão Ufpel s/n - Pelotas-RS

Instituto de Ciências Humanas

Data da Criação: 16/12/1969

Diretor: Prof. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor: Prof^a. Lorena Almeida Gill

Data de Conclusão do Mandato – 11/11/2014

Localização de seu/s prédio/s - Rua Alberto Rosa, 154; Rua Félix da Cunha, 520; Rua Lobo da Costa, 1877; Rua Gomes Carneiro, 01 ; Rua Marechal Floriano, 177

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Data da Criação: 1958

Diretor: Prof. Álvaro Augusto de Borba Barreto

Vice-Diretor: Prof. João Francisco Nascimento Hobbus

Data de Conclusão do Mandato – 24/09/2014

Localização de seu/s prédio/s - Rua Alberto Rosa, 154 / Pelotas-RS

Instituto de Física e Matemática

Data da Criação: 16/12/1969

Diretor: Prof^a. Victor Paulo Barros Gonçalves

Vice-Diretor: Prof. Willian Silva Barros

Data de Conclusão do Mandato – 17/10/2014

Localização de seu/s prédio/s - Campus Capão do Leão Ufpel, s/n - Pelotas – RS

APÊNDICE C. Polos e Cursos de Ensino de Educação campo, Espanhol, Geografia, Letras, Matemática e Pedagogia à Distância



- Lic. em Educação do Campo à Distância - Pólo Hulha Negra;
- Lic. em Educação do Campo à Distância - Pólo Sobradinho;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-Pólo Arroio dos Ratos – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-Pólo Cacequi – Integral
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Cachoeira do Sul – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Camargo – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Cerro Largo – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Herval – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Itaqui – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Jacuizinho – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Jaguarão – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Picada Café – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Quaraí – Integral;

- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Restinga Seca – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Rosário Sul – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo São Sepé – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo S.A. Patrulha – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Sapiranga – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Sapucaia do Sul – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo S. do Livramento – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Serafina Corrêa – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Sf Paula – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo S.j. do Norte – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo S. Lourenço – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância - Pólo Três Passos – Integral;
- Lic. em Educação no Campo À Distância-pólo Vila Flores – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo A. Ratos – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo B. Pinhal – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Cacequi – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Cachoeira do Sul – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Camargo – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Cerro Largo – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Constantina – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Cruz Alta – Integral;
- Licenciatura em Espanhol à Distância - Pólo de Hulha Negra;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Herval – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Jacuizinho – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Jaguarão – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Mostardas – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Novo Hamburgo – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Panambi – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Paranaguá – Integral;

- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Picada Café – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Restinga Seca – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Rosário do Sul – Integral;
- Licenciatura em Espanhol a Distância - Polo Santana B. Vista – Integral;
- Licenciatura em Espanhol à Distância - Pólo Santana do Livramento;
- Licenciatura em Espanhol À Distância -pólo São João Polesine – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo São Sepé – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Sapiranga – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Sapucaia Sul – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo S.b.vista – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Serafina Corrêa – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo S.f Paula – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo S. Vitória do Palmar – Integral;
- Licenciatura em Espanhol À Distância - Pólo Três Passos – Integral;
- Licenciatura em Geografia à Distância - Pólo Pelotas – Integral;
- Licenciatura em Letras A Distância - Pólo Livramento – Integral;
- Licenciatura em Letras A Distância - Pólo Pelotas – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Arroio Ratos – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Bal. Pinhal – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Caçapava Sul – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Cacequi – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Cachoeira Sul – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Camaquã – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Camargo – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Canguçu – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Constantina – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Cruz Alta – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Herval – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Ibaiti – Integral;

- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Itaqui – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Jaguarão – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Jaquirana – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo M. Redondo – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Novo Hamburgo – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Panambi – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Picada Café – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Quaraí – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Rosário do Sul – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo R. Seca – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo São Sepé – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Sapiranga – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância- Polo Sapucaia do Sul – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo S. B. Vista – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Seberi – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo Serafina Corrêa – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo S. F. Paula – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo S. J. Norte – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo S.I. do Sul – Integral;
- Licenciatura em Matemática a Distância - Polo S. V. Palmar – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Três Passos – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Turuçu – Integral;
- Licenciatura em Matemática à Distância - Pólo Videira – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia A Distância - Polo Arroio Ratos – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Cacequi – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Cachoeira Sul – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Camargo – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Cerro Largo – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Constantina – Integral;

- Licenciatura em Pedagogia à Distância - Pólo de Hulha Negra;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Encantado – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Herval – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Itaqui – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Jaquirana – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Panambi – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Paranaguá – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Quaraí – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Rosário do Sul – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo S. B. Vista – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo Seberi – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia a Distância - Polo S. F. Paula – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância- Pólo S.joão Polesine – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia A Distância - Polo B. Pinhal – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Novo Hamburgo – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Picada Café – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo São Sepé – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Saporanga – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Sapucaia do Sul – Integral;
- Licenciatura em Pedagogia À Distância - Pólo Serafina Corrêa – Integral;

APÊNDICE D. ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO POR UNIDADE ACADÊMICA E LISTAGEM DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

1. Centro das Engenharias – 12 cursos de graduação:

- Engenharia Agrícola;
- Engenharia Ambiental e Sanitária;
- Engenharia Civil;
- Engenharia da Computação;
- Engenharia de Controle e Automação;
- Engenharia de Materiais;
- Engenharia do Petróleo;
- Engenharia de Produção;
- Engenharia Eletrônica;
- Engenharia Geológica;
- Engenharia Hídrica;
- Engenharia Industrial Madeireira.

2. Centro de Artes

- Artes visuais – Bacharelado;
- Artes visuais – Licenciatura;
- Cinema de Animação;
- Cinema e Audiovisual;
- Dança;
- Design Digital;
- Design Gráfico;
- Música – Canto;
- Música – Ciências Musicais Bacharelado;
- Música – Composição;
- Música – Flauta Transversal – Bacharelado;
- Música – Licenciatura – Integral;

- Música – Música Popular;
- Música – Piano – Bacharelado;
- Música – Regência Corais – Bacharelado;
- Música – Violão - Bacharelado;
- Música – Violino - Bacharelado;
- Teatro – Licenciatura – Noturno.

3. Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos

- Farmácia;
- Química - Bacharelado;
- Química de Alimentos;
- Química Forense;
- Química Industrial;
- Química – Licenciatura – Integral;
- Tecnólogo em Alimentos – Integral.

4. Centro de Desenvolvimento Tecnológico

- Biotecnologia;
- Ciência da Computação;
- Tecnólogo em Geoprocessamento – Integral.

5. Centro de Integração do Mercosul

- Relações Internacionais;
- Tecnólogo em Gestão Ambiental - Integral;
- Tecnólogo em Transportes Terrestres.

6. Centro de Letras e Comunicação

- Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de textos;
- Bacharelado em Letras - Tradução Espanhol – Português;
- Bacharelado em Letras - Tradução Inglês – Português;

- Jornalismo;
- Lic. em Letras-inglês e Literaturas de Língua Inglesa – Vespertino;
- Lic. em Letras - Português – Noturno;
- Lic. em Letras - Português/alemão – Vespertino;
- Lic. em Letras - Português/espanhol – Vespertino;
- Lic. em Letras - Português/francês – Vespertino;
- Lic. em Letras - Português/inglês – Vespertino.

7. Escola Superior de Educação Física

- Educação física – Licenciatura;
- Educação Física – Bacharelado.

8. Faculdade de Administração e Turismo

- Administração – vespertino;
- Administração - noturno;
- Turismo;
- Tecnólogo em Gestão Pública – Tecnológico;
- Tecnólogo em Hotelaria – Integral;
- Tecnólogo em Processos Gerenciais – Noturno.

9. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

- Agronomia - integral;
- Zootecnia;
- Agroindústria – Tecnológico - Noturno

10. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB)

- Arquitetura e Urbanismo.

11. Faculdade de Direito

- Direito.

12. Faculdade de Educação

- Pedagogia – Licenciatura – Noturno

13. Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia

- Enfermagem.

14. Faculdade de Medicina

- Medicina;
- Psicologia;
- Terapia Ocupacional.

15. Faculdade de Meteorologia

- Meteorologia.

16. Faculdade de Nutrição

- Nutrição;
- Tecnólogo em Gastronomia.

17. Faculdade de Odontologia

- Odontologia.

18. Faculdade de Veterinária

- Medicina Veterinária.

19. Instituto de Biologia

- Ciências Biológicas – Bacharelado;
- Ciências Biológicas – Licenciatura.

20. Instituto de Ciências Humanas

- Antropologia - Bacharelado;
- Antropologia – Hab. em Antropologia Social;
- Antropologia – Hab. em Arqueologia;
- Ciências Econômicas;
- Conservação e Restauro de Bens Móveis;
- Geografia – Bacharelado;
- Geografia – Licenciatura;
- História – Bacharelado;
- História – Licenciatura;
- Museologia.

21. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

- Ciências Sociais – Licenciatura;
- Ciências Sociais – Bacharelado;
- Filosofia – Bacharelado;
- Filosofia – Licenciatura.

22. Instituto de Física e Matemática

- Física – Licenciatura;
- Matemática – Licenciatura – Noturno;
- Matemática – Licenciatura – Integral.

23. Cursos vinculados ao IFSul²⁴

- Tecnológico em Gestão de Cooperativas – Tecnológico – Noturno;
- Tecnólogo em Viticultura e Enologia - Tecnológico - Integral

²⁴ Quando ocorreu a transição do CAVG para o IFSul, todos os alunos destes cursos optaram pela emissão do diploma na UFPel. Estes alunos são contabilizados como alunos da universidade.

Sobre os cursos de Pós-Graduação

a. Pós-Graduação *Latu Sensu*

- Administração – Ênfase em Agronegócios;
- Artes
- Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- Ciência dos Alimentos (tutoria à distância);
- Ciência e Tecnologia de Sementes (tutoria à distância);
- Cirurgia Geral;
- Curso de Saúde da Família (tutoria à distância);
- Direito Ambiental;
- Educação;
- Educação Física;
- Engenharia de Biosistemas;
- Engenharia Rural;
- Estudos Matemáticos;
- Filosofia;
- Geografia;
- Gestão de Pólos;
- Gestão Estratégica de Negócios – MBA;
- Gestão Pública e Desenvolvimento Regional;
- Gestores Regionais de Recursos Hídricos;
- Gráfica Digital;
- Letras;
- Memória, Identidade e Cultura Material;
- Mídias na Educação (tutoria à distância);
- Multiprofissional em Saúde da Família;
- Produção de Sementes de Arroz Irrigado (tutoria à distância);
- Produção Industrial Madeireira;
- Projetos Assistenciais de Enfermagem;

- Proteção de Plantas (tutoria à distância);
- Residência Multiprofissional em Área Profissional da Saúde;
- Sociologia e Política.

7. Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Mestrado

- Antropologia;
- Arquitetura e Urbanismo;
- Artes Visuais;
- Bioquímica e Bioprospecção;
- Ciência e Engenharia de Materiais;
- Ciência Política;
- Ciências Sociais;
- Computação;
- Educação Física;
- Entomologia;
- Filosofia;
- Física;
- Geografia;
- História;
- Letras;
- Meteorologia;
- Modelagem Matemática;
- Nutrição e Alimentos;
- Organização e Mercado;
- Recursos Hídricos.

Mestrado Profissional

- Ciência e Tecnologia de Sementes;
- Ensino de Ciências e Matemática;

- Saúde Pública baseada em Evidências.

Doutorado e Mestrado

- Agronomia;
- Biotecnologia;
- Ciência e Tecnologia de Alimentos;
- Ciência e Tecnologia de Sementes;
- Educação;
- Enfermagem;
- Epidemiologia;
- Fisiologia Vegetal;
- Fitossanidade;
- Manejo e Conservação de Patrimônio Cultural;
- Odontologia;
- Parasitologia;
- Química;
- Sistema de Produção Agrícola Familiar;
- Veterinária;
- Zootecnia.

APÊNDICE E. Organização Administrativa da Universidade

No dia 23 de maio de 2014, o Consun aprovou um novo organograma da Administração Central da UFPel. Na atual estrutura, algumas novidades são apresentadas, entre elas a criação do Núcleo Geral de Laboratórios, a Coordenação de Processos Participativos, a separação do atual CGIC em Coordenação de Tecnologia da Informação e Coordenação de Processos de Seleção e Ingresso, a Coordenação de Relações Institucionais, a Coordenação de Relações Internacionais, atual Dipi, a Coordenação de Bibliotecas e a Ouvidoria da UFPel. Para além, na mesma ocasião, o conselho aprovou a criação de dois novos cursos de pós-graduação Lato Sensu, em Produção Industrial Madeireira, do Centro das Engenharias, e de Gestão Estratégica de Negócios, da Faculdade de Administração e Turismo.

Atualmente, o organograma, apresentado no documento final da reunião do dia 23 de maio de 2014, se organiza da seguinte forma:

Reitoria

A reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo central que tem a função de coordenar as atividades universitárias. Ao reitor compete presidir a UFPel, presidir o Consun e o Condir e desenvolver políticas e articular às ações das Coordenadorias vinculadas ao Gabinete do Reitor.

Organograma Gabinete do Reitor



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPEL

A reitoria é formada pela: Assessoria do Reitor (assessora o gabinete e o reitor além de auxiliar a coordenação dos trabalhos das coordenadorias e pró-reitorias); Direção de Gabinete (realiza o trabalho de chefia do Gabinete do Reitor e do Vice-Reitor; Secretaria Executiva (executa o trabalho da secretaria do gabinete); Núcleo de Protocolo (realiza todo o recebimento, registro, distribuição e arquivamento de documentos do gabinete); Núcleo Administrativo (responsável pelas atividades de compras, passagens e diárias e abertura de processos); Núcleo de Portarias (Responsável pela confecção, publicação e arquivamento de portarias).

À Reitoria são ligados alguns setores da universidade, conforme demonstrado na figura acima, são eles:

1) CC – Coordenação de Convênios - é responsável pelos convênios nacionais celebrados entre a UFPel e outras instituições;

2) CPP – Coordenação de Processos Participativos - responsável por orientar, organizar e instigar ações que pressuponham a participação dos atores institucionais da UFPel, tais como a, já planejada, atualização do Regimento Geral da Universidade e do Estatuto;

3) CTI – Coordenação de Tecnologia da Informação - coordena, orienta e acompanha as atividades do CTI e busca o cumprimento da política e diretrizes da Instituição na área de informática, se subdivide em a) núcleo de sistemas de informação, responsável pelo sistemas de informação e base de dados, b) núcleo de infraestrutura de tecnologia da informação, responsável pelo gerenciamento dos projetos relacionados a rede de comunicação e sua infraestrutura, c) núcleo de suporte e manutenção, responsável pelo suporte técnico e manutenção dos equipamentos em informática; d) núcleo de governança de tecnologia da informação, define e auxilia, junto a Coordenação de Núcleos, as políticas de governança de TI para a CTI;

4) CCS – Coordenação de Comunicação Social - responsável pelas ações do Programa de Comunicação Social da UFPel, se subdivide em: a) núcleo de imprensa (media o relacionamento da mídia com a Instituição), b) núcleo de Rádio Federal FM (rádio educativa), c) núcleo de publicidade institucional e comunicação visual (estabelece diretrizes que sustentam a identidade visual da UFPel), d) seção de relações públicas e eventos (promove a boa imagem da instituição frente aos públicos interno e externo);

5) CRI – Coordenação de Relações Institucionais - responsável por estabelecer e consolidar uma rede de instituições estatais, do mercado e da sociedade civil, se subdivide em núcleo de relações com o Estado e núcleo de relações com a sociedade;

6) CRII – Coordenação de Relações Interinstitucionais - assessorar a Reitoria na construção de uma plataforma de internacionalização da UFPel, se subdivide em: a) núcleo de mobilidade IN (atende as demandas da UFPel relativas à vinda de estudantes estrangeiros); b) núcleo de mobilidade OUT (atende às demandas

relativas a ida de estudantes da UFPel; c) núcleo de tradução (geri as demandas de tradução para os diversos idiomas da C-relinter); d) núcleo de convênios internacionais (acompanha a tramitação interna dos convênios firmados pela UFPel);

7) ALM – Agência de desenvolvimento Bacia da Lagoa Mirim – criada em 1994 pelo Decreto 1.1448 de 26 de maio, a ALM atua como instituição voltada para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim – lado brasileiro, é responsável pela operação e manutenção da Barragem e do Distrito de Irrigação do Arroio Chasqueiro e pela operação de parte da Rede Hidrometeorológica e de Qualidade da Água do lado brasileiro da Bacia da Lagoa Mirim, se subdivide em: a) núcleo de infraestrutura (responsável pela manutenção e operação da Eclusa do São Gonçalo; b) núcleo de monitoramento e análise (coordena o laboratório de análise de águas da agência da Lagoa Mirim e seus efluentes; c) núcleo executivo (responsável pelos dados de monitoramento ambiental da bacia da Lagoa Mirim); d) núcleo de desenvolvimento regional (responsável pelo projeto de sistemas de acesso do Ministério da Integração Nacional); e) núcleo de projetos (responsabilizado pelo projeto de saneamento da bacia da lagoa mirim, assessoramento e capacitação dos municípios da bacia);

8) HE - Hospital Escola – responsável por dirigir e representar o Hospital Escola e garantir o bom funcionamento deste, é subdivido em: 1) assessoria da direção (auxilia a direção geral e o Núcleo de Assistência à Saúde); 2) núcleo de assistência a saúde (coordena e supervisiona as atividades de assistência à saúde e é responsável pelo funcionamento técnico do HE); 3) núcleo de ensino, pesquisa e extensão (articula as estratégias, os serviços e as unidades acadêmicas da Rede Saúde da UFPel na busca pela excelência do ensino, pelo fomento à pesquisa, à extensão e a produção do conhecimento); 4) núcleo de gestão participativa (responsável pela aproximação dos trabalhadores lotados nos diversos cenários do hospital com a direção geral);

9) CPSAG – Centro de Pesquisa em Saúde Dr. Amilcar Gigante – inaugurado em 19 de outubro de 2007, numa iniciativa pioneira da UFPel na área da saúde, o CPSAG tem sua atenção voltada ao ensino e a pesquisa em saúde.

Centro de Pesquisa em Saúde Dr. Amilcar Gigante



Fonte: Estrutura Epidemiologia – arquivo

Entre as suas principais pesquisas, o CPSAG apresenta o estudo das Coortes de Nascimento de Pelotas: Coorte de 1982/ Coorte de 1993/ Coorte de 2004/ Coorte de 2015, a qual tem abrangência internacional.

Gabinete do Vice-Reitor

Ao Vice-Reitor cabe substituir o Reitor em suas faltas e impedimentos, auxiliar na administração da universidade, coordenar o COCEPE e desenvolver políticas e articular as ações das coordenadorias vinculadas ao Gabinete do Vice-Reitor. O gabinete do Vice-Reitor é formado por: 1) Assessoria do Vice-Reitor (assessora o vice-reitor); Secretaria Executiva (secretaria o gabinete do vice-reitor); Núcleo Geral de Laboratórios (agiliza o processo da expansão dos laboratórios e orientam os docentes nos contatos com laboratórios).

Gabinete do Vice-Reitor



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

Os setores da universidade ligados, diretamente, ao gabinete do vice-reitor são:

- 1) CPSI - Coordenação de Processos de Seleção e Ingresso – responsável pela execução das políticas de ingresso e seleção da Universidade, se subdivide em: a) núcleo pedagógico (gera suporte à organização e elaboração de processos seletivos da universidade, seja em concursos públicos ou em cursos de graduação); b) núcleo operacional (dá suporte técnico e logístico para o desenvolvimento das seleções; c) secretaria (assessora a coordenação e desenvolve as atividades administrativas do setor);
- 2) CBIB - Coordenação de Bibliotecas – Planeja, organiza, controla e coordena as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas. Administra oito bibliotecas setoriais e uma biblioteca cooperante, são elas: Biblioteca do Direito, Biblioteca das Ciências Agrárias, Biblioteca de Ciência e Tecnologia,

- Biblioteca de Ciências Sociais, Biblioteca Campus Porto, Biblioteca de Educação Física, Biblioteca da Odontologia, Biblioteca de Medicina e a Biblioteca cooperante da Agência da Lagoa Mirim além da Biblioteca Retrospectiva na qual existe um projeto para a criação da mesma;
- 3) CPED – Coordenação de Programas de Educação à Distância – Apoia às unidades acadêmicas da UFPel, para execução de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão que utilizem, mesmo que parcialmente, a modalidade EaD. Subdivide-se em: a) Coordenação CPED; b) NTIC - Núcleo de Tecnologias de Informação e Comunicação (trabalho de logística da produção, manutenção e utilização das ferramentas tecnológicas; c) núcleo acadêmico – gestão acadêmica dos projetos de graduação, pesquisa e extensão que utilizam a modalidade Ead;
 - 4) CAP – Centro Agropecuário da Palma – tem por princípio a produção agropecuária, a partir dos modelos de sistemas de produção. Subdivide-se em: a) coordenação do CAP – geri e coordena o funcionamento do CAP; b) conselho gestor – define as políticas de atuação do CAP, c) gestor de produção – atua na organização, execução e interação entre os setores de produção; d) gestor administrativo – dá suporte às atividades executivas e de produção; e) gestor executivo – estimula e colabora na produção e execução de projetos;
 - 5) NULAB - Núcleo Geral de Laboratórios - agiliza o processo da expansão dos laboratórios e orientam os docentes nos contatos com laboratórios;
 - 6) LEG – Livraria, Editora e Gráfica Universitária –desenvolvem suas atividades há mais de 40 anos, tem como principal função editar obras de valor científico e cultural relacionadas com a produção de ensino, pesquisa e extensão da universidade, além de autores em geral em consonância com a proposta acadêmica e editorial da universidade. Subdivide-se em: a) direção – administra e representa a LEG, b) conselho diretor – auxiliar na gestão e administração da Editora e Gráfica Universitária; c) conselho editorial – define e implementa a política editorial da LEG; d) núcleo operacional – comanda e fiscaliza todas as rotinas administrativas e financeiras.

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Graduação

A Pró-Reitoria de graduação – PRG - coordena as diversas funções e atribuições da Pró-Reitoria de Graduação.

Pró-Reitoria de Graduação



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

Subdivide-se em:

1) CEC - Coordenação de Ensino e Currículo - responsável pelo apoio à Pró-reitora na gestão acadêmica e pedagógica dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnólogos da UFPel, engloba o: a) NCL - núcleo de cursos de licenciaturas, NCB - núcleo dos cursos de bacharelado, b) NCT - núcleo dos cursos de tecnólogos, c) núcleo de estágios, d) núcleo de pedagogia universitária;

2) CPP - Coordenação de Programas e Projetos – responsável pelo fomento a projetos institucionais oriundos da UFPel e Programas promovidos pelo Ministério da

Educação e outros órgãos, engloba o a) NPJ – núcleo de projetos, b) NPG – núcleo de programas, c) NAI – núcleo de acessibilidade e inclusão;

3) CRA - Coordenação de Registros Acadêmicos – realiza o processamento das matrículas dos ingressantes e todos os procedimentos relativos às demais matrículas que não se esgotam nos colegiados de curso, abrange: a) NMC – núcleo de matrículas e cadastro; b) NAI – núcleo de atendimento e informação; c) NCH – núcleo de currículos e históricos; d) NRD – núcleo de registros de diplomas.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG - é responsável pelas diversas funções e atribuições referentes à Pesquisa e à Pós-Graduação da Universidade. É subdividida em:

- 1) CPQ - Coordenação de Pesquisa – executa as políticas de pesquisa definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPel. Abrange o NIC – núcleo de iniciação científica e o NAP – núcleo de apoio a projetos,
- 2) CPG - Coordenação de Pós-Graduação – coordena e executa a política de pós-graduação definida pela UFPel. Compreende o NPG – núcleo de pós-graduação e o NEO – núcleo de execução orçamentária;
- 3) CIT - Coordenação de Inovação Tecnológica – responsável por liderar as ações de formação de políticas de inovação, geração e transferência de tecnologias e estímulo a formação empreendedora na UFPel. Abarca o NPIP – núcleo de propriedade intelectual e patentes e o NEIE – núcleo de empreendedorismo e incubação de empresas.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

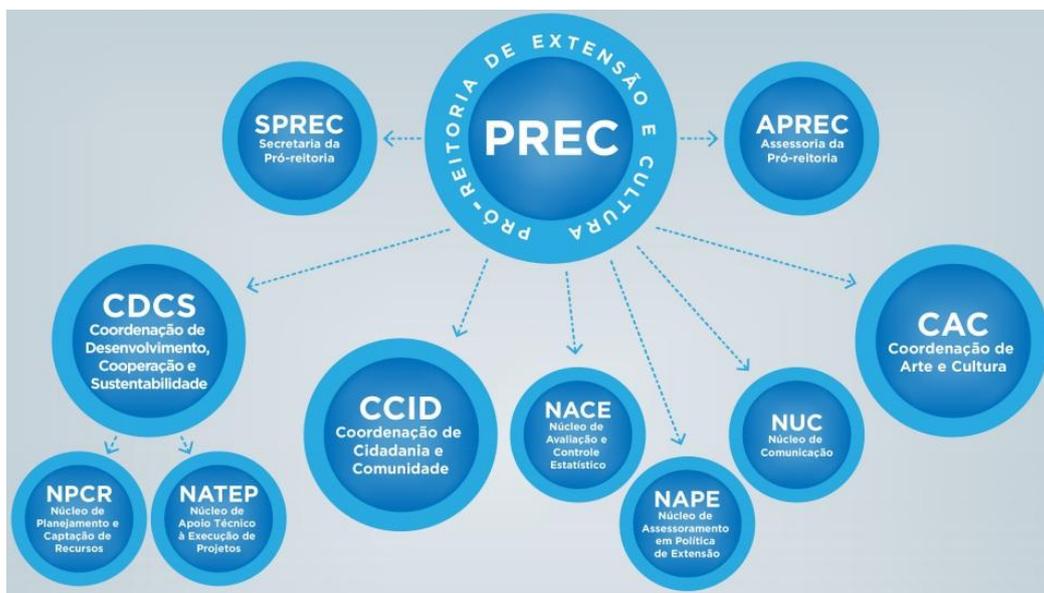


Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão

A Pró-Reitoria de Cultura e Extensão – PREC - é responsável pelos assuntos que se referem à extensão universitária e à cultura na UFPel.

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

Subdivide-se em:

- 1) CCID - Coordenação de Cidadania e Comunidade – responsável pela articulação dos projetos e programas de extensão universitária, relacionados ao desenvolvimento de comunidades e grupos sociais, com ênfase na construção da cidadania e na ampliação da democracia e dos direitos;
- 2) CDCS – Coordenação de Desenvolvimento, Cooperação e Sustentabilidade – articulação dos projetos e programas de extensão universitária relacionados ao desenvolvimento econômico e tecnológico regional. Abrange o NPCR – núcleo de planejamento e captação de recursos e NATEP – núcleo de apoio técnico à execução de projetos;

- 3) CAC – Coordenação de Arte e Cultura – responsável pelo apoio institucional às expressões artísticas e culturais da comunidade regional, vinculadas ou não aos setores acadêmicos;
- 4) NAPE – Núcleo de Assessoramento em Política de Extensão – assessoramento técnico para a formulação e execução da política acadêmica da PREC;
- 5) NACE – Núcleo de Avaliação e Controle Estatístico – responsável pela avaliação institucional e pelo controle estatístico da execução de projetos e programas de extensão e cultura;
- 6) NUC – Núcleo de Comunicação – assessoramento técnico para comunicação e difusão das atividades de extensão e cultura.

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE – coordena todas às questões ligadas a questões estudantis. Seus setores são:

- 1) Gabinete – Coordena as atribuições conferidas a PRAE e abrange o NME – núcleo de moradia estudantil;
- 2) Secretaria – realiza as rotinas administrativas do setor;
- 3) CPAE – Coordenação de Políticas de Assuntos Estudantis – diagnostica e propõe políticas que auxiliem nas questões relativas à assistência estudantil;
- 4) CIE – Coordenação de Integração Estudantil – planeja as atividades do núcleo de benefícios e da seção de Apoio Psicológico, engloba o NB – núcleo de benefícios e o NP – núcleo de programas.

Pró-Reitoria Administrativa

A Pró-Reitoria Administrativa - PRA – é responsável por coordenar e executar as aquisições de bens e serviços financeiros, contábeis e patrimoniais, estabelecimento de contratos e alienação dos bens considerados inservíveis, coordenar e acompanhar a execução de ações relativas à política de gestão da Universidade; Receber e pagar valores; Pagar despesas processadas; Distribuir, controlar, conservar e realizar a manutenção de veículos pertencentes à Universidade; Executar e fiscalizar as atividades relacionadas com os serviços de comunicação, zeladoria e vigilância.

Pró-Reitoria Administrativa



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

A PRA é dividida em:

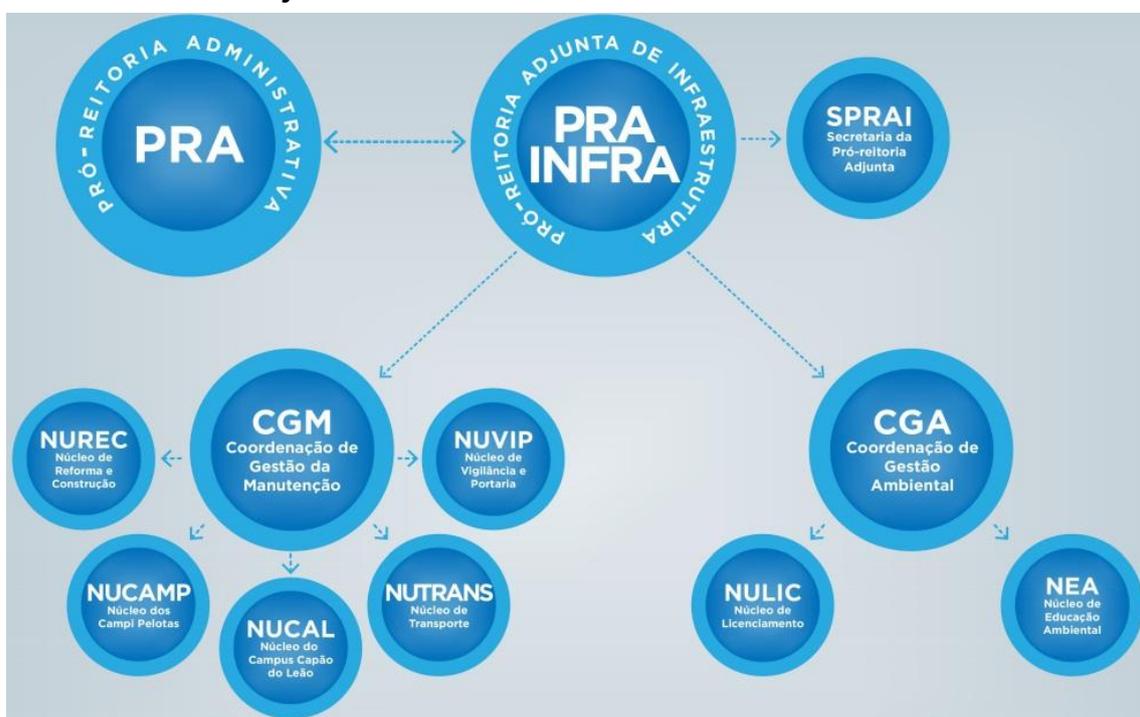
- 1) SPRA – Secretaria da Pró-Reitoria – auxilia a assessoria e o Pró-Reitor e desempenha atividades administrativas;
- 2) APRA – Assessoria da Pró-Reitoria – assessorar a Pró-Reitoria;
- 3) CMP – Coordenação de Material e Patrimônio – coordena, supervisiona, orienta e executa atividades relacionadas aos procedimentos de aquisição, controle, distribuição e alienação de materiais e serviços. Engloba o NCFCI – núcleo de controle de fornecedores, cadastro e importação, NUMAT – núcleo de material, NUPAT – núcleo de patrimônio, NULIC – núcleo de licitações, NUDOC – núcleo de documentação e arquivo;
- 4) CFC – Coordenação de Finanças e Contabilidade – responsável pela gestão financeira da instituição e pela orientação normativa para o ordenador de despesa sobre execução orçamentária, financeira e patrimonial, coordena a execução da prestação de contas anual da instituição. Abrange o NGPD –

núcleo de gestão de diárias e passagens, NUF – núcleo financeiro, NUCON – núcleo de contabilidade, CNTG – contador geral.

Pró-Reitoria Adjunta de Infraestrutura

À Pró-Reitoria Adjunta de Infraestrutura – PRAINFRA – cabe planejar, supervisionar, coordenar e acompanhar a execução das ações de manutenção e prestação de serviços de segurança, portaria, transporte e limpeza da universidade e Propor e acompanhar a política de gestão da universidade.

Pró-Reitoria Adjunta de Infraestrutura



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

A PRAINFRA é formada por:

- 1) SPRAI – Secretaria da PRAINFRA – executa as atividades administrativas rotineiras da PRAINFRA;
- 2) CGM Coordenação de Gestão da Manutenção – planeja, implementa e controla as políticas de manutenção e coordena e acompanha a execução de suas ações. É subdividida em: a) NUREC – núcleo de reforma e construção,

- b) NUCAMP – núcleo dos Campi Pelotas, c) NUCAL – núcleo do Campus Capão do Leão, d) NUTRANS – núcleo de transporte, e) NUVIP – núcleo de vigilância e portaria;
- 3) CGA – Coordenação de Gestão Ambiental – realiza o planejamento tático da gestão ambiental, subsidiando o Plano de Gestão de Desenvolvimento Sustentável (PDDS) e planejar, implementar e controlar suas políticas. Engloba o NULIC – núcleo de licenciamento e o NEA – núcleo de educação ambiental.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PRGP – compete o planejamento e coordenação das políticas de desenvolvimento das pessoas.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

A PRGP é formada por uma assessoria – APRGP, e por:

- 1) CAP – Coordenação de Administração de Pessoal – responsável por coordenar, supervisionar, deliberar, orientar e auxiliar o NUF – núcleo financeiro e o NUC – núcleo de cadastro;
- 2) CPP – Coordenação de Políticas de Pessoal – objetiva gerir o Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos e o Banco de Professor Equivalente;
- 3) CDP – Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal – responsável por assessorar o Pró-Reitor em questões de desenvolvimento na carreira docente e de pessoal técnico-administrativo. É constituída pelo NUCAP – núcleo de capacitação e pelo NAAF – núcleo de avaliação e acompanhamento funcional
- 4) NSQV – Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida – coordena as ações de medicina do trabalho e qualidade de vida.

4.3.3.8 Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN é responsável pela coordenação e acompanhamento dos processos de planejamento, desenvolvimento, regulação, gestão da informação e orçamento, coordenar a elaboração e revisão, de forma participativa, do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento



Fonte: Estrutura Administrativa da UFPel 2013-2016

Subdivide-se em:

- 1) SE –Secretaria Executiva – assessora o Pró-Reitor e é responsável pelas atividades administrativas rotineiras;
- 2) NGE – Núcleo de Gestão de Espaços – gerencia a ocupação de espaços, realiza e atualiza o inventário de espaços da UFPel. é formada pela CPPGEF – comissão permanente para políticas de gestão do espaço físico, a qual responde à questões de planejamento geral do espaço físico da universidade;
- 3) COOR – Coordenação de Orçamento – coordena a elaboração da proposta orçamentária anual, distribui o orçamento, prove informações aos gestores sobre o orçamento, procede aberturas e alterações dos créditos orçamentários junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira. Também é formado pelo NEXO – núcleo de execução orçamentária – o qual acompanha e controla créditos descentralizados, acompanha as legislações e alterações orçamentárias, acompanha e altera as despesas de folha de pagamento;

- 4) CPDI – Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – desenvolve metodologias para o planejamento, coordena os processos de planejamento, avaliação e informação institucional. Formada por: a) NINFI – núcleo de informações institucionais – coleta, analisa e prove informações gerenciais; b) NEAP – núcleo de elaboração e acompanhamento de projetos – elabora e acompanha os projetos, identifica agentes financiadores; c) NUPLAD – núcleo de planejamento e desenvolvimento – desenvolve metodologias para o planejamento institucional e descreve e redefini os processos organizacionais;
- 5) CREAC – Coordenação de Regulamentação e Acompanhamento – planeja, dirige, coordena e orienta as atividades de gestão dos atos regulatórios emitidas pelo Ministério da Educação e suas autarquias. Abrange o NUGEPRE – núcleo de gestão dos processos regulatórios e o NUACS – núcleo de acompanhamento e apoio às coordenações de curso;
- 6) COPLAF – Coordenação de Planejamento Físico – assessora, planeja, projeta, coordena e administra obras, serviços de engenharia da área física e da infraestrutura da UFPel. É formada pelo NUPADM – núcleo de planejamento administrativo e pelo NUPTEC – núcleo de planejamento técnico.